



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

IAGO VINÍCIUS SANTOS INACIO

CANUDOS NA ENCRUZILHADA DA REPÚBLICA: RAÇA, TRABALHO E POLÍTICA

CAMPINAS
2022

IAGO VINÍCIUS SANTOS INACIO

CANUDOS NA ENCRUZILHADA DA REPÚBLICA: RAÇA, TRABALHO E
POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual de
Campinas como parte dos requisitos exigidos para a
obtenção do título de Mestre em História, na Área de
História Social.

Orientador: Ricardo Figueiredo Pirola

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO
ALUNO IAGO VINÍCIUS SANTOS INACIO E
ORIENTADA PELO PROF. DR. RICARDO
FIGUEIREDO PIROLA.

CAMPINAS

2022

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Neiva Gonçalves de Oliveira - CRB 8/6792

In18c Inacio, Iago Vinícius Santos, 1993-
Canudos na encruzilhada da República : raça, trabalho e política / Iago
Vinícius Santos Inacio. – Campinas, SP : [s.n.], 2022.

Orientador: Ricardo Figueiredo Pirola.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Canudos (BA) - História - Séc. XIX. 2. Brasil - História - Abolição
da escravidão. 3. Brasil - História - República Velha, 1889-1930. I. Pirola,
Ricardo Figueiredo, 1980-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Canudos on the crossroads of the Republic : race, labour
and politics

Palavras-chave em inglês:

Canudos (BA) - History - 19th Century

Brazil - History - Abolition of slavery

Brazil - History - 1889-1930

Área de concentração: História Social

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora:

Ricardo Figueiredo Pirola [Orientador]

Wlamyra Ribeiro de Albuquerque

Leonardo Affonso de Miranda Pereira

Data de defesa: 05-10-2022

Programa de Pós-Graduação: História

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-8765-0713>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6434496842105051>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 05 de outubro de 2022, considerou o candidato Iago Vinícius Santos Inacio aprovado.

Prof. Dr. Ricardo Figueiredo Pirola

Profa. Dra. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque

Prof. Dr. Leonardo Affonso de Miranda Pereira

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

O processo de escrever uma dissertação, aparentemente solitário, só é possível através de diversas formas de apoio.

Em primeiro lugar, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa (Processo nº 130280/2020-8) que viabilizou esta pesquisa.

O ambiente de produção coletiva do conhecimento, que caracteriza o Programa de Pós-graduação em História da Unicamp, foi crucial para as reflexões que culminaram nesta dissertação. Agradeço ao meu orientador, Ricardo Figueiredo Pirola, por ter aceitado conduzir a pesquisa, além de manter-se sempre disponível, preciso nas recomendações, transmitindo conhecimentos preciosos sobre a pesquisa histórica. Sou igualmente muito grato a todos os professores do Cecult – especialmente a Lucilene Reginaldo, Aldair Rodrigues, Rodrigo Camargo de Godói, Sílvia H. Lara e Claudio Batalha – pelas críticas, comentários e contribuições pertinentes sobre o projeto. Dentre os professores, Fernando Teixeira da Silva acompanhou mais de perto a gestação de algumas ideias que foram desenvolvidas neste trabalho. Agradeço-lhe profundamente pela disponibilidade, pela generosidade e precisão nas indicações de sala de aula, que apontaram muitas veredas a ser exploradas em torno da cidade de Antônio Conselheiro.

Agradeço profundamente a Wlamyra de Albuquerque e a Leonardo Pereira pelos comentários, críticas e sugestões ministradas durante a Defesa. Sendo ambos grandes especialistas nos temas abordados nesta dissertação, as suas imensas contribuições acompanharão toda a minha vida de pesquisador. Sou novamente grato a Leonardo Pereira, assim como a Marcelo Balaban, que, no Exame de Qualificação, colocaram questões cruciais para os rearranjos por que passaram o texto desde então. Agradeço também a Petrônio Domingues e a Ana Flávia Magalhães pelos diálogos sobre o projeto de pesquisa em 2019, onde foram evocadas questões importantes acerca das interseções entre o Belo Monte e o pós-abolição brasileiro.

Parte do ambiente propício à produção intelectual da Unicamp passa pelos seus funcionários, que viabilizam as pesquisas com sua imensa solicitude e competência ao manter a instituição em pleno funcionamento. Agradeço a todos os trabalhadores da universidade, especialmente a Leandro Ferreira Maciel (Secretaria do Mestrado em

História), a Neiva Gonçalves de Oliveira (Biblioteca do IFCH) e a Flávia Renata Peral (Cecult).

Agradeço a Stefan Fornos Klein, professor e orientador da graduação, com quem pude desenvolver o interesse pela tradição dos oprimidos em aulas sempre reveladoras sobre Marx, Benjamin e Teoria Crítica. Para além dos diálogos teóricos, tão influentes em minha formação, Stefan tornou-se grande amigo, que me acompanhou, aconselhou e incentivou nos últimos anos, inclusive durante a pesquisa de mestrado.

Sou grato a Cícero Valeriano, talvez o professor mais talentoso em incentivar nos estudantes o gosto pela leitura. Reencontrei-o por acaso durante a escrita desta dissertação, do que se originou um diálogo muito prolífico, às vezes sobre Canudos, mas quase sempre sobre a literatura e a vida.

Agradeço a todos os meus amigos, colegas e familiares – especialmente Anderson, Maysa, Ícaro, Alceu, Genílson, Tereza, Maria, Wanderson, Gustavo, Eduardo Alexandre, Iyaromi, Franciele, Érika, Marina Itabaiana, Álvaro, Emanuelle e Abraão – pelas leituras, conversas, lamentos e risadas, estando sempre presentes nesses tempos tão conturbados. Agradeço profundamente a Jacy, grande memorialista, pelo seu apoio e amor incondicionais, sendo ela como um farol que ilumina todos os caminhos. Minha profunda gratidão a Manoel (*in memoriam*), filho do sertão, que me legou com muito amor não só a vida, mas o gosto pela História, tendo ele vivido tantas transformações, além de tanto acreditar no poder dos livros. A Isabelle sou grato pelas leituras, assim como por compartilhar cada momento, com muito carinho e paciência, ela que me transmitiu o gosto por Homero, bardo que nos acompanhou nessa jornada. Clarice é talvez a melhor historiadora de sua geração; seu olhar poético, sincero e sensível me ensinou tudo o que deveria saber sobre a vida e sobre a História. Agradeço-lhe eternamente por fazer parte de minha vida.

RESUMO

Nesta dissertação, analiso as relações entre Canudos, Abolição e República. Na crítica aos termos canonizados por Euclides da Cunha e pela historiografia que se baseia em sua visão, buscou-se examinar o arraial de Antônio Conselheiro através dos conflitos que a sua existência produziu na região. Essas tensões remetiam às vivências das grandes transformações do fim do século XIX no sertão de Canudos, que envolviam, portanto, o contexto do pós-abolição e os conturbados anos iniciais da Primeira República.

Nesse sentido, a presente dissertação reflete sobre os projetos de vida dos conselheiristas, viabilizados pela fundação do Belo Monte, com o intuito de demonstrar a complexidade do arraial, que extrapola a narrativa euclidiana. Na tentativa de entender os conflitos que os anseios do séquito do Conselheiro mobilizaram na região, foi importante identificar os inimigos do beato em âmbito local – fazendeiros e comerciantes. A leitura a contrapelo das palavras dos poderosos contribuiu para desvendar as tensões que Canudos engendrou numa sociedade marcada pelas fraturas do pós-abolição, assim como pela Primeira República, um regime autoritário.

As fontes consideradas foram os jornais disponíveis na Hemeroteca Digital, com maior ênfase a textos publicados no carioca *Jornal do Commercio* em 1897, ano da Guerra de Canudos. Nas páginas desse periódico, um dos principais do fim dos Oitocentos, muitas das tensões que caracterizaram o arraial foram introduzidas no debate, notadamente através dos textos escritos pelo seu correspondente de guerra, Manoel Benício. Cotejados com outras fontes – tais como o segundo manuscrito atribuído a Antônio Conselheiro, a correspondência passiva do barão de Jeremoabo e o Relatório do Comitê Patriótico da Bahia –, é possível compreender a complexidade de Canudos através dos textos da folha carioca.

A dissertação se divide em três capítulos, respectivamente orientados para as seguintes questões: 1) o perfil social e racial de Canudos; 2) as relações do arraial com os municípios e povoados do entorno; 3) a visão dos conselheiristas acerca da República. A partir das informações coletadas nas fontes, buscou-se destacar que Canudos era diverso do ponto de vista dos perfis sociais e raciais, mas predominavam descendentes de africanos, com pouca ou nenhuma posse. Além disso, Canudos lhes possibilitava aliar mobilidade pela região com o controle do próprio tempo de trabalho – motivo da ojeriza dos fazendeiros e comerciantes da região ao arraial. Por fim, que o projeto político de Antônio Conselheiro e dos seus seguidores extrapolava a definição de Canudos como “movimento messiânico”, uma vez que a sua ojeriza pela República tinha fundamentos que ultrapassavam a “fuga do mundo”.

Palavras Chave: Canudos; conselheirismo; Abolição; República.

ABSTRACT

In this thesis I analyze the relations among Canudos, Abolition and the Republic. In order to criticize the terms coined by Euclides da Cunha and the historiography based on his views, I sought to examine Antônio Conselheiro's village through the conflicts its existence provoked in the area. These tensions concerned the experiences of the major transformations in the end of 19th century in the outback region of Canudos, which therefore concerned the post-abolition context and the troubled early years of the First Republic.

In that regard, this thesis reflects on the *conselheiristas*' life projects, made possible by the foundation of Belo Monte in order to demonstrate the village's complexity, which extrapolates the euclidian narrative. With the view to understand the conflicts provoked by the yearnings of Conselheiro's followers in the region, it was important to identify the devotee's enemies – the local land owners and merchants. The reading of his words against the grain contributed to unveil the tensions Canudos engendered in a society marked by the fractures of post-abolition, as well as by the First Republic, an authoritarian regime.

The sources considered were the newspapers available in Hemeroteca Digital, with greater emphasis to texts published in *Jornal do Commercio* (RJ) in 1897, the year of the Canudos War. In the pages of this newspaper, one of the most important in the end of the 1800's, a lot of the tensions that marked the village were brought into debate, especially by the texts written by its war correspondent, Manoel Benício. Compared with other sources – such as the second manuscript attributed to Antônio Conselheiro, the passive correspondence of the Baron of Jeremoabo, the Report of the Patriotic Committee of Bahia –, it is possible to understand the complexity of Canudos through the texts of the *carioca* paper.

The thesis is divided into three chapters, respectively oriented towards the following questions: 1) the social and racial profile of Canudos; 2) the relations between the village and the surrounding towns and other villages; 3) the view of the *conselheiristas* about the Republic. From the information collected in the sources, I sought to highlight that Canudos was diverse from the social and racial profiles point of view, but there was a prevalence of African descendants, with little or no possession. In addition, Canudos allowed them to combine mobility throughout the region with control over their own working time – which is the reason why local land owners and merchants disliked the village. Finally, the political project of Antônio Conselheiro and his followers extrapolated the definition of Canudos as a “messianic movement”, since his dislike of the Republic had foundations that went beyond the “escape from the world”.

Keywords: Canudos; conselheirismo; Abolition; Republic.

Sumário

Introdução	10
Capítulo I – “Legiões de carigés”? A questão racial na caracterização dos habitantes de Canudos	27
I. O perfil social e racial dos conselheiristas na bibliografia	31
II. O <i>Jornal do Commercio</i> e o perfil dos conselheiristas	37
III. O barão de Jeremoabo e seus amigos contra o povo de Canudos	49
IV. “Legiões de carigés”?	55
Capítulo II – As relações entre os conselheiristas e as regiões circunvizinhas de Canudos	59
I. Medo construído?	60
II. “Canudos não é nenhum oco de pau de uma só saída”	63
III. A circulação dos conselheiristas como problema	74
IV. A questão da mão de obra	82
V. Os fundamentos do massacre	89
Capítulo III – O conselheirismo nas encruzilhadas da República	94
I. Canudos, um movimento messiânico/milenarista?	98
II. A missão dos freis capuchinhos no Belo Monte (1895)	101
III. Antônio Conselheiro nas encruzilhadas da República	115
Considerações finais	123
Referências	127

Introdução

Fizera questão de frisar, desde logo, que na sua mocidade não fora piolho de sacristia, homem de muita igreja. Trabalhava de sol a sol para ganhar a vida ao lado do compadre Antônio, seu irmão.

O Peregrino jamais obrigou alguém a frequentar devoções. Não permitia, isto sim, desordens, mancebias, depravações, bebedeira, pagode dentro do arraial. Às orações da latada iam as mulheres, em maior número, e os homens mais tocados de espírito religioso. O resto cuidasse dos seus haveres, deveres e obrigações, sem malquerença a ninguém.

Canudos era uma vila como outra qualquer, levando uma existência normal, com sua comunidade e organização próprias. O Peregrino era um bom e inofensivo beato, que vivia para apontar os caminhos da salvação eterna¹.

O trecho reproduzido acima é parte do depoimento que Honório Vilanova, ex-habitante de Belo Monte e irmão do eminente conselheirista Antônio Vilanova, concedido ao jornalista Nertan Macedo nos anos 1960. O teor das palavras de Honório é impactante, pois contradiz a visão canonizada por Euclides da Cunha sobre o arraial de Antônio Conselheiro. Em vez de uma povoação organizada como o lugar de uma seita religiosa, hermeticamente fechada e portadora de uma moral excessivamente rígida, encontramos a descrição de uma cidade diversa, onde cada qual cuidava dos seus haveres. Ainda que as rezas fossem práticas fundamentais de Belo Monte, sendo muito frequentadas por mulheres e “homens mais tocados de espírito religioso”, elas não eram obrigatórias a todos os moradores, que poderiam gerir seus negócios tranquilamente, desde que não promovessem desordens.

Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha apresentou um retrato oposto sobre Canudos, que, em sua perspectiva, era uma cidade estritamente religiosa, isolada do mundo. A povoação teria transformado a “população multiforme” em massa uniforme:

De sorte que ao fim de algum tempo a população constituída dos mais díspares elementos, do crente fervoroso abdicando de si todas as comodidades da vida noutras paragens, ao bandido solto, que lá chegava de clavinote ao ombro em busca de novo campo de façanhas, se fez a comunidade homogênea e uniforme, massa inconsciente e bruta, crescendo sem envolver, sem órgãos

¹ Nertan Macedo, *Memorial de Vilanova*. Rio de Janeiro: Renes; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983, p. 31.

e sem funções especializadas, pela só justaposição mecânica deavas sucessivas, à maneira de um polipeiro humano. É natural que absorvesse, intactas, todas as tendências do homem extraordinário do qual a aparência proteica – de santo exilado na terra, de fetiche de carne e osso e de bonzo claudicante – estava adrede talhada para reviver os estigmas degenerativos de três raças.

Aceitando, às cegas, todo quanto lhe ensinara aquele; imersa de todo no sonho religioso; vivendo sob a preocupação doentia da outra vida, resumia o mundo na linha de serranias que a cingiam. Não cogitava de instituições garantidoras de um destino na terra.

Eram-lhe inúteis. Canudos era o cosmo.

E este mesmo transitório e breve: um ponto de passagem, uma escala terminal, de onde decampariam sem demora; o último pouso na travessia de um deserto – a Terra. Os jagunços errantes ali armavam pela derradeira vez as tendas na romaria miraculosa para os céus...²

Mesmo a heterogeneidade de Canudos assume traços pouco diversificados sob a pena de Euclides da Cunha. Para o intelectual fluminense, a combinação dos “dísparos elementos” não ultrapassava a mescla do “crente fervoroso” ao “bandido solto” para compor a cidade conselheirista – junto aos “matutos crédulos e vaqueiros iludidos”³ e aos “melhores crentes: mulheres, crianças, velhos alquebrados, doentes inúteis”⁴. Sendo uma cidade puramente religiosa, fora das “instituições garantidoras de um destino na terra”, segundo o trecho reproduzido acima, as rezas eram autoritariamente impostas aos fiéis que decidiram seguir o Conselheiro. Conforme Euclides da Cunha desenvolve em *Os Sertões*, o beato seria um pregador atávico, portador de um culto messiânico representante mais bem acabado dos atrasos de uma sociedade isolada da “civilização”.

O conflito entre a perspectiva de Honório Vilanova e as definições euclidianas é evidente. Isso se expressa no livro que reproduziu as palavras do conselheirista, visto que o autor, o jornalista Nertan Macedo, separa as suas próprias análises e o material extraído do diálogo com Vilanova em capítulos distintos. O contraste entre o conteúdo de ambas as partes é notório. De um lado, Macedo retrata o conselheirismo como movimento “messiânico”, “fanático”, do que derivaria o seu antirrepublicanismo. O movimento assumia, portanto, uma feição atávica, conforme as

² Euclides da Cunha, *Os Sertões*. In: *Obras completas* (Paulo Roberto Pereira, org.). Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2009, v. 2, p. 150-151.

³ Euclides da Cunha, *Os Sertões...*, p. 152.

⁴ Euclides da Cunha, *Os Sertões...*, p. 154.

ideias euclidianas. Por sua vez, as palavras de Vilanova destoam dessa concepção, evidenciando, inclusive, a postura defensiva do conselheirista diante das acusações de Macedo contra Antônio Conselheiro e sua cidade. Isso é manifesto na citação que abre o capítulo, assim como em diversos trechos de *Memorial de Vilanova*. Dentre as frases extraídas do diálogo com o conselheirista, uma das mais expressivas desse contraste foi:

Grande era a Canudos do meu tempo. Quem tinha roça tratava de roça. Quem tinha gado tratava de gado. Quem tinha mulher e filhos tratava da mulher e dos filhos. *Quem gostava de reza ia rezar*. De tudo se tratava porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino⁵.

Em suma, Vilanova evocava a diversidade de Canudos, marca da sua grandeza. No contraste com as teses euclidianas, a perspectiva do conselheirista mobiliza alguns questionamentos fundamentais para compreender a experiência dos habitantes de Canudos. Afinal, Honório se refere à multiplicidade de ocupações na cidade – as roças, o gado, a família –, assim como a estratificação entre “grandes” e “pequenos”, que compartilhavam alguma propriedade. Qual o sentido disso naquela região, mais especificamente no contexto do fim dos Oitocentos?

Nesta dissertação, busco explorar alguns dos sentidos do movimento de Antônio Conselheiro que escaparam – ou foram rechaçados – pelo olhar de Euclides da Cunha, posteriormente reproduzido por parte da historiografia⁶. Desse modo, intentei investigar a diversidade de Belo Monte, aludida por Honório Vilanova nos trechos citados acima. Contudo, a análise histórica de Canudos segundo os termos dos conselheiristas encontra uma grande dificuldade. Afinal, os habitantes do povoado rebelde não foram processados ao fim dos conflitos, não havendo registro de seus depoimentos no calor da hora; os seus combatentes não se valeram da imprensa para expressar suas ideias, atitude comum entre os grupos letrados em disputa no Brasil oitocentista; por fim, a violência da guerra e os discursos produzidos pelos letrados ou políticos coetâneos contribuíram para ofuscar a experiência dos conselheiristas.

A dificuldade em lidar com os silêncios endossados pela documentação, notadamente a imprensa, bem como por boa parte da bibliografia sobre o tema é um dos grandes tormentos no estudo de Canudos e dos seus habitantes. Quem eram, de fato, os conselheiristas? Por que houve tamanho esforço para destruir a sua cidade? Tratava-se

⁵ Nertan Macedo. *Memorial de Vilanova...*, p. 66.

⁶ Cf. notas 7 a 9 da Introdução.

de um movimento rebelde articulado ou de uma seita religiosa sem intuítos políticos claros? Todas essas são questões fundamentais, que, entretanto, permaneceram obscuras durante muitos anos, sendo exploradas apenas recentemente.

O escrutínio dos jornais disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, especialmente o carioca *Jornal do Commercio*, revelou que a imprensa coetânea, é uma fonte crucial para retratar tanto a diversidade de Canudos quanto os conflitos que o povoado promoveu ou aprofundou na região. Através da leitura a contrapelo desses periódicos, é possível vislumbrar os projetos políticos dos próprios conselheiristas, retratados pela pena dos colaboradores da imprensa. Os jornais apresentaram muitas pistas sobre os conselheiristas, seus objetivos e seus inimigos, que, cruzadas com outras fontes já publicadas e analisadas por outros pesquisadores, apontam para um arraial muito mais vívido do que a imagem canonizada por Euclides da Cunha.

Antes de expor os objetivos da dissertação e as fontes consideradas, uma palavra sobre a bibliografia acerca de Canudos.

A análise histórica do conselheirismo é marcada por grande tensão entre os resultados obtidos. De um lado, encontramos a influência do espectro de Euclides da Cunha e dos discursos produzidos pela imprensa coetânea sobre Canudos. De outro, a complexidade do movimento de Antônio Conselheiro, cuja liderança remonta às suas andanças de mais de vinte anos pelos sertões do nordeste brasileiro – notadamente Ceará, Bahia e Sergipe – tornando-se eminente após a fundação de seu Belo Monte (1893-1897). Sendo Canudos um capítulo central na história da República brasileira, a produção intelectual sobre o movimento de Antônio Conselheiro é vasta e diversificada no que concerne aos quadros teóricos e às fontes utilizadas pelos pesquisadores, que muito contribuíram para a compreensão de diversos aspectos referentes ao arraial. Apesar dessa vastidão, existem algumas questões que foram privilegiadas nos estudos publicados até a década de 1990.

A abordagem mais recorrente é a ênfase nos impactos da Proclamação da República sobre a população sertaneja, especialmente no que se refere à violência dos impostos do novo regime, e, de outro lado, às reações populares fundadas em uma religiosidade exacerbada. Nesse sentido, Canudos foi definido como um movimento

religioso, mais especificamente “milenarista” e/ou “messiânico”. Essa perspectiva se baseia na crítica das análises influenciadas pelo marxismo, que teriam reservado à religião um lugar secundário em detrimento do protesto social⁷.

Um marco dos estudos sobre o “messianismo” foi o livro de Maria Isaura Pereira de Queiroz. A obra apresenta um esquema comparativo dos aspectos estruturais das crenças messiânicas, a partir da análise de diversos casos, notadamente Canudos e o Contestado. Ainda que reconheça a importância da inconformação com a ordem vigente para a eclosão de “movimentos messiânicos”, a socióloga afirma que esses movimentos propunham a “fuga do mundo” diante da desagregação social – uma concepção que moldou durante muitos anos as interpretações sobre Canudos. Outra limitação do seu trabalho se refere à coleta de dados, pois a autora traça um quadro comparativo num escopo cronológico e geográfico muito amplo, sem se basear na crítica minuciosa das fontes coligidas⁸.

Apesar de publicada em 1965, a definição de Maria Isaura Queiroz de Canudos e outros movimentos populares da Primeira República enquanto “messiânicos” ecoou em estudos posteriores. Para além de assumir que Canudos seria um movimento estritamente religioso, há vários pontos em comum com a perspectiva de Queiroz.

Os estudos que atribuem a Canudos a definição de “messiânico/milenarista” tendem a desconsiderar não somente a diversidade do movimento como também o teor das suas reivindicações e os conflitos que contribuíram tanto para a sua formação quanto para a sua destruição. Nesse sentido, ater-se à suposição de que o movimento de Antônio Conselheiro era estritamente religioso – e, ademais, “messiânico” – pode tornar

⁷ Edmundo Moniz retrata Belo Monte como um movimento baseado na *Utopia*, de T. More, livro que Antônio Conselheiro teria lido e o teria influenciado na luta contra a burguesia nacional ascendente, que se aliara ao latifúndio. Facó, por seu turno, enfatiza o caráter excludente do latifúndio no sertão brasileiro, de modo que a luta social camponesa só seria viável de duas maneiras naquele contexto: pelo crime (“cangaceiros”) e pela religião (“fanáticos”). Apesar de reconhecerem a importância de movimentos como Canudos e o Contestado, esses autores tenderam a minimizar a atuação dos conselheiristas, uma vez que o “fanatismo” teria comprometido a sua mobilização. Cf. Edmundo Moniz, *Canudos: a guerra social*. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1987; Rui Facó, *Cangaceiros e fanáticos: Gênese e lutas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

⁸ Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2003 [1965]. Mais recentemente, Vanderlei Costa realizou um estudo sobre as crenças messiânicas, conferindo atenção às suas especificidades no contexto do Belo Monte. A sua dissertação se baseia numa crítica à visão euclidiana endossada por diversos autores que analisaram o “messianismo”: em vez de um conjunto de crenças que eclode entre as camadas populares num contexto de crise, o “apocalipsismo” está presente entre os diversos estratos sociais e em diferentes contextos. Ainda assim, o autor permanece afeito à ideia de “messianismo” e “milenarismo” para definir o movimento de Canudos, desconsiderando a sua complexidade e as tensões que envolveram a criação do arraial – como o processo de abolição. Vanderlei Marinho Costa, *De medos e esperanças: uma história das crenças apocalípticas, messiânicas e milenaristas no contexto do movimento de Belo Monte (1874-1902)*. Dissertação de mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

os pesquisadores prisioneiros da visão das elites acerca do Belo Monte. Essa perspectiva tende, portanto, a eliminar o conflito na análise da formação do conselheirismo, assim como o potencial e as múltiplas faces da rebeldia dos seguidores do beato⁹. O enfoque no “messianismo” endossa a ideia de que movimentos como Canudos e o Contestado eram “pré-políticos”, cujas reivindicações seriam irrelevantes para intervir na política daquele contexto¹⁰.

A eliminação do conflito é uma característica presente em boa parte da bibliografia sobre Canudos a partir da imprensa. Durante o ano de 1897, Canudos foi o assunto mais debatido nos periódicos brasileiros, mobilizando as grandes folhas, que usavam os acontecimentos no sertão baiano para intervir nas grandes questões políticas daquele tempo. Quando tomada isoladamente, a imprensa pode induzir à ideia de que Canudos era um movimento manipulado pelos jornais da época, que teriam fabricado uma ameaça à República¹¹. É claro que havia essa dimensão, visto que os acontecimentos no sertão foram usados politicamente para atacar o grupo político rival. Entretanto, os desígnios dos letrados e políticos cariocas e paulistas não esgotavam a diversidade de questões que Canudos evocava.

Em suma, um dos pontos em comum entre as abordagens aqui apresentadas é a perspectiva verticalmente orientada. Essa visão está presente nos principais estudos acerca do trato de Canudos na imprensa. Apesar de importante para a tarefa de evidenciar os processos de inferiorização e criminalização do conselheirismo, o escrutínio dos periódicos através da análise do discurso pode endossar alguns silêncios sobre o movimento de Antônio Conselheiro. Considerando que os discursos eram produzidos pelos letrados e políticos, geralmente de regiões distantes de Canudos – da capital baiana aos centros de decisão política e econômica do país naquele momento, São Paulo e Rio de Janeiro –, essa abordagem tende a obscurecer ou desconsiderar os

⁹ R. Levine também propõe uma reinterpretação do arraial a partir da sua religiosidade. Entretanto, sua argumentação envereda pelas representações dos sertanejos enquanto débeis penitentes, incapazes de subverter a ordem estabelecida, que, diante de um contexto de intensa crise, se refugiam à espera do “milênio” e do Messias. Na sua visão, a destruição do arraial decorreu da incompreensão dos coetâneos – uma posição que desconsidera a capacidade de agência da população sertaneja e suas estratégias de resistência diante dos padrões de dominação locais. Robert Levine, *O sertão prometido: o massacre de Canudos no Nordeste brasileiro, 1893-1897*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

¹⁰ Sobre a crítica do conceito de “messianismo”, cf. Paulo Pinheiro Machado, *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

¹¹ Jacqueline Hermann, “Canudos Destruído em Nome da República. Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, p. 81-105, 1996; Walnice Nogueira Galvão, *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição*. São Paulo: Ática, 1994.

conflitos locais¹². Sob essa perspectiva, o potencial da rebeldia dos conselheiristas se perde, assim como as demandas dos seus inimigos mais próximos, que foram cruciais para mobilizar e apoiar as expedições contra Canudos.

Ainda que a perspectiva euclidiana e/ou a tendência a analisar Canudos a partir de cima tenha perdurado ao longo dos anos, desde o fim dos anos 1970, os estudos acerca do arraial de Antônio Conselheiro se dirigiram para temas até então pouco abordados.

Parte da renovação das análises sobre Canudos adveio da nova abordagem dispensada à religiosidade de Antônio Conselheiro e seu séquito. Vários autores se debruçaram sobre a teologia do peregrino a partir dos manuscritos com a sua assinatura encontrados pouco antes do incêndio da cidade. Ao demonstrar a sofisticação das suas concepções teológicas, esses estudos criticam algumas das ideias que foram cristalizadas pela visão dos intelectuais coetâneos à guerra sertaneja – como o “fanatismo”, o “messianismo” e a “loucura” imputada ao peregrino¹³.

Além da religiosidade, outras questões e fontes foram consideradas. Um dos principais responsáveis pela renovação dos estudos sobre Canudos foi José Calasans. Cioso em documentar as diversas faces do movimento, seus escritos promoveram a abertura para temas que, até meados do século XX, não eram devidamente examinados nos estudos sobre Canudos. A sua tarefa começou ainda em 1950, num texto sobre o folclore relativo a Antônio Conselheiro¹⁴. Nessa obra, Calasans ainda imputava a definição de “messiânico” ao movimento de Antônio Conselheiro – afinal, ele mesmo era um grande estudioso da obra de Euclides da Cunha. Ao longo dos anos, o historiador se dedicou à análise de fontes até então pouco convencionais no escrutínio da gente do Belo Monte. Valendo-se de depoimentos orais, correspondências trocadas entre os membros da administração eclesiástica, debates parlamentares, artigos publicados em jornais da época e cartas recebidas pelo barão de Jeremoabo, o autor se esforçou em identificar alguns membros da cidadela rebelde, de beatos a comerciantes e

¹² Dawid Danilo Bartelt, *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009; Joaquim Antonio de Novais Filho, *Memória e discurso nas narrativas sobre Antonio Conselheiro e a 'guerra' de Canudos: a imprensa de Salvador (1876-1897)*. Dissertação de mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), 2012.

¹³ José Carlos de Ataliba Nogueira, *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. São Paulo: Editora Nacional, 1978; Alexandre Otten, “‘Só Deus é grande’: Interpretação histórico-teológica da figura e do movimento de Antônio Conselheiro”. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte, v. 21, n. 53, 1989, p. 9-50; Pedro Lima Vasconcellos, *Arqueologia de um monumento: os apontamentos de Antonio Conselheiro*. São Paulo: É Realizações, 2017.

¹⁴ José Calasans, *O ciclo folclórico do Bom Jesus do Conselheiro: contribuição ao estudo da Campanha de Canudos*. Salvador: Edufba, 2002.

lideranças militares, o que lhe permitiu apontar a complexidade do arraial, a diversidade de perfis sociais e econômicos, assim como a estratificação entre seus habitantes¹⁵. Isso o levou a concluir que havia múltiplas interpretações possíveis quando se considera a variedade das fontes. Para Calasans, esse procedimento é fundamental para reafirmar a diversidade dos conselheiristas, que demonstra, por sua vez, a existência de um “Canudos não euclidiano”¹⁶, mais vívido e complexo do que o retrato canonizado por Euclides da Cunha.

Dentre as características dessa versão diversificada do arraial de Antônio Conselheiro, Calasans evocou a marcante presença de descendentes de africanos no séquito do beato. Segundo o historiador, em seu breve ensaio intitulado “Antônio Conselheiro e a escravidão”¹⁷, o peregrino foi um abolicionista, mais do que um pregador estritamente religioso; seus conselhos tratavam de temas de ordem social e política, de modo que a sua atuação se dava entre os “mal-aventurados”, incluindo escravos e libertos.

José Calasans foi o pioneiro nesse tema que contrastava tanto com a versão de Euclides da Cunha, para quem as gentes do sertão baiano eram o produto da mestiçagem entre brancos (descendentes dos bandeirantes) e indígenas, ficando os negros e seus descendentes restritos ao litoral. Assim como Calasans, outras estudiosas apontaram a importância da população negra em Canudos¹⁸. O escrutínio da cidadela a partir de múltiplas fontes na obra de José Calasans inspirou, portanto, os estudos sobre o Belo Monte a partir de baixo.

Todavia, os sentidos da presença negra em Canudos permaneceram muito tempo sem ser aprofundados pelos historiadores. Uma provável explicação para isso é a persistência de uma perspectiva verticalmente orientada no escrutínio do Belo Monte. Para além da perenidade dos termos de Euclides da Cunha, por muito tempo predominou a tendência de atribuir aos conselheiristas uma incompreensão dos grandes movimentos da política nacional e estadual de seu tempo. Ainda que reconheça a influência da abolição para o acirramento das tensões que culminaram tanto na criação

¹⁵ José Calasans, *Quase biografias de Jagunços: o séquito de Antônio Conselheiro*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1986.

¹⁶ José Calasans, *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBA, 1997, cap. 1.

¹⁷ José Calasans, *Cartografia de Canudos...*, cap. 8.

¹⁸ Yara Dulce Bandeira de Ataíde, “As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro”. *Revista USP (Dossiê Canudos)*, São Paulo; n. 20, p. 88-99, 1994; Maria Beatriz Nascimento, “O Movimento de Antônio Conselheiro e o abolicionismo: uma visão da história regional”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 25, p. 261-267, 1997.

quanto na destruição do arraial, Marco A. Villa não atenta para os meandros da questão. O historiador tende a silenciar os contornos das relações de trabalho no pós-Abolição, apesar de mencionar em diversos momentos o fenômeno da “falta de braços” no sertão. O autor prefere associar esse fenômeno à emigração para o sudeste do país, desconsiderando tanto as possíveis estratégias de resistência que marcaram o pós-Abolição quanto o temor dos fazendeiros diante do declínio do seu poder senhorial. Ademais, o historiador nega a expressividade dos negros na composição de Canudos, mantendo-se na definição de Canudos enquanto um movimento prioritariamente religioso¹⁹.

Por sua vez, Consuelo Novais Sampaio realça a importância dos conflitos entre as facções partidárias baianas para compreendermos a destruição do Belo Monte. Através das cartas remetidas ao barão de Jeremoabo pelos seus correligionários, apresenta um estudo de Canudos e do conselheirismo a partir das ações das camadas dominantes. Assim, a autora aponta que o “medo construído” presente nas missivas, bem como o próprio desenrolar da Guerra, eram manipulados pelos de cima com o intuito de destruir o Belo Monte. O recorte vertical considera os conflitos no interior das elites – a cisão partidária – mas pouco explora as tensões entre os membros da elite e seus trabalhadores, uma questão muito presente nas cartas que tratavam de Canudos. Apesar de reconhecer a importância desses conflitos, mantendo sempre a crítica à opressão do povo sertanejo pelos poderosos que fomentaram o massacre, a perspectiva de Sampaio se orienta para os desígnios das camadas dominantes²⁰.

A partir dos anos 2000, a análise dos conflitos em torno do conselheirismo se abriu a novas direções. Alguns temas cruciais que eram mencionados, mas pouco explorados pela bibliografia, ganharam maior relevância. A presença e a força da escravidão nas regiões vizinhas a Canudos foi uma dessas questões, que contou com estudos monográficos acerca de algumas comarcas específicas da região conhecida como “sertão conselheirista”.

O livro que se tornou pioneiro e inspirador para os novos estudos sobre Canudos foi escrito por Monica D. Dantas, que analisa a comarca de Itapicuru, central no processo de formação do arraial. Baseado num escopo muito diversificado de fontes, Dantas demonstra a presença da escravidão, além das estratégias de sobrevivência,

¹⁹ Marco Antonio Villa, *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1999.

²⁰ Consuelo Novais Sampaio, “Canudos: a construção do medo”. In: Consuelo N. Sampaio (org.), *Canudos: Cartas para o Barão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 31-85.

resistência e negociação dos diversos estratos da população local diante dos processos ocorridos ao longo do século XIX. Além dessas questões, o livro de Dantas nos fornece subsídios interessantes para compreendermos alguns aspectos de uma parte do “sertão conselheirista”. Dentre as contribuições do seu trabalho, encontramos também a análise de algumas tensões que fomentaram a fundação de Canudos, como os protestos contra os impostos republicanos, além dos efeitos da Abolição, retratada como um processo fundamental para o entendimento de Canudos²¹.

Joana Medrado, por sua vez, não realiza um estudo sobre o conselheirismo propriamente dito, tema que ocupa poucas páginas do seu livro, mas uma análise sobre o ofício de vaqueiro na comarca de Jeremoabo. Ainda assim, a obra permanece instigante para os estudiosos de Canudos, visto que a autora evidencia que, em vez de “servos inconscientes”, os vaqueiros eram protagonistas nas regiões pecuaristas, na medida em que os fazendeiros, em geral absenteístas, dependiam do seu trabalho para manter a integridade das suas posses. Nesse sentido, Medrado defende que os vaqueiros tinham consciência da sua importância e das possibilidades de negociação com os seus patrões, que aumentaram no contexto das transformações do fim do século XIX – como a Abolição e o conselheirismo, que impactaram os padrões de dominação locais²².

Em suma, ao se afastar da concepção euclidiana desde o fim dos anos 1970, a bibliografia sobre Canudos passou a considerar os impactos da conjuntura local na formação do arraial de Antônio Conselheiro. A presença negra e a influência da Abolição são constantemente evocadas pelos pesquisadores. É também por essa trilha que pretendo seguir em minhas análises sobre o arraial de Antônio Conselheiro. Contudo, cabem ainda alguns questionamentos. É possível afirmar que os conflitos que culminaram em luta armada e massacre se originaram nas fraturas do pós-emancipação brasileiro? Qual é a relação entre Canudos o Treze de Maio? A visão de liberdade dos conselheiristas, que remeteria ao tempo da escravidão, orientava a sua oposição ao regime republicano?

²¹ Monica Duarte Dantas, *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)*. São Paulo: Editora Hucitec; FAPESP, 2007.

²² Joana Medrado, *Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

Apesar de se tornar hegemônica após a publicação de *Os Sertões* (1902), a perspectiva de Euclides da Cunha não era predominante no tempo da Guerra. Canudos foi o principal tema dos debates travados ao longo de 1897. Como um verdadeiro enigma, os acontecimentos naquele sertão da Bahia assumiram várias feições, inclusive nos jornais de São Paulo e Rio De Janeiro: de um lado, a controvérsia sobre se os conselheiristas eram ou não restauradores; de outro, os embates entre as tendências do republicanismo que se acusavam mutuamente a cada nova derrota das tropas do governo.

Além disso, temas que foram silenciados pela visão euclidiana também apareceram nos jornais daquele tempo. Os escritos de Manoel Benício, correspondente do *Jornal do Commercio* durante a Guerra de Canudos, oferecem algumas pistas sobre a diversidade do conselheirismo, que foi percebida pelos letrados e debatida na imprensa, não obstante a construção de discursos que visavam desqualificar o movimento de Antônio Conselheiro. Ainda que sua visão se assemelhasse à de Euclides da Cunha, a experiência de Benício na Bahia teve algumas diferenças importantes em relação ao autor de *Os Sertões*. Em primeiro lugar, Benício foi o primeiro correspondente autorizado a seguir as tropas do governo, acompanhando dos preparativos da quarta expedição ao fim primeiro mês da luta, em julho de 1897, já na entrada de Canudos. Com isso, ele pôde coligir informações sobre o arraial antes da atmosfera de destruição e de notícias de combate que marcou as experiências dos outros correspondentes, incluindo Euclides.

Tal como Euclides da Cunha, Manoel Benício transformou as impressões de sua estadia na Bahia em livro, *O Rei dos Jagunços* (1899), que não alcançou o mesmo sucesso de *Os Sertões*, a despeito da notoriedade dos escritos de Benício para o *Jornal do Commercio* durante a campanha. O volume mescla diversos gêneros – diário de guerra, crônica romaneada dos costumes sertanejos e reprodução de documentos oficiais sobre Antônio Conselheiro – e apresenta algumas pistas importantes tanto sobre a composição dos conselheiristas quanto acerca dos conflitos que os seus ajuntamentos promoviam desde os tempos em que o beato era um peregrino. Referindo-se às andanças e aos efeitos das pregações de Antônio Vicente sobre a população que lhe acompanhava, Benício sugeriu sobre o beato e seu séquito:

Ignorante, e enraizado nos velhos hábitos da administração de então, desconfiado como são todos os sertanejos, de índole

conservadora por nascença, achava que toda reforma na administração e toda inovação na economia pública eram um meio de se roubar o povo.

Fora contra a introdução do sistema métrico decimal no comércio e a única reforma que encontrou sua aquiescência, mais tarde, em 1888, foi a da abolição dos escravos.

Talvez porque grande porção de quilombos e mocambeiros acaudalassem a sua errante cruzada²³.

Contrariando a ideia do mestiço sertanejo isolado e afastado da reintrodução dos africanos e seus descendentes, conforme a concepção de Euclides da Cunha, Manoel Benício afirma claramente que o séquito de Antônio Conselheiro era composto por “quilombos e mocambeiros”. No trecho citado, o autor se referia ao tempo em que o beato era um peregrino, ainda na década de 1880, antes da Abolição. Após 1888, segundo Benício, o Conselheiro permanecia influente junto dessa parcela da população. Em 1890, já no tempo da República, o beato continuava avesso às reformas, demonstrando-se contrário ao novo regime, o qual ele e seus prosélitos seriam incapazes de compreender – uma visão igualmente propalada por Euclides da Cunha. De todo modo, Manoel Benício avança na tentativa de explicar a ojeriza dos conselheiristas pelo novo governo. O autor observa o recenseamento como motivo para uma reação do Conselheiro e seu séquito contra a República. Insuflados pelo clero, que teria lançado um boato de que o Censo era uma tentativa de reescravizar o povo, os conselheiristas se rebelaram:

Deu-se a primeira explosão. O governo procurou cercar a propaganda e fez seguir uma diligência em procura do Conselheiro. Encontrou-se em Maceté [sic] e teve de voltar rechaçado pelo furor dos Conselheiristas.

A intervenção da polícia para garantir as reformas republicanas esfriou o clero, que abandonou o Conselheiro à própria sorte.

O campeão religioso e *libertador do povo que a República tentava escravizar de novo* viu-se outra vez cercado unicamente de seus adeptos²⁴.

²³ Manoel Benício, *O Rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. In: Sílvia Maria Azevedo, “*O Rei dos Jagunços de Manoel Benício*”: *Entre a Ficção e a História*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 103.

²⁴ Manoel Benício, *O Rei dos jagunços...*, p. 144, grifos meus. O trecho reproduzido acima contém uma imprecisão. O choque de Masseté aludido por Benício não ocorreu em 1890 nem teve origem nos conflitos pelo recenseamento. Na verdade, o embate entre os conselheiristas e a polícia baiana naquele termo ocorreu em 1893, na sequência das quebras de tabuletas de impostos afixadas vários pontos da região, notadamente o Soure. Cf. Monica Duarte Dantas, *Fronteiras movediças...*, cap. 4.

Mais uma vez, Manoel Benício sugere que o séquito de Antônio Conselheiro era composto prioritariamente por pessoas negras. Além de líder, ele era também um “libertador” desse povo, protegendo-o da reescravização que poderia decorrer do novo regime. Ao evidenciar o apelo do beato com essa população, Benício explorou os conflitos entre os conselheiristas e as autoridades locais, incapazes de controlar a aglomeração de gente em torno do peregrino por onde ele passava. A crônica dos costumes sertanejos traçada pelo ex-correspondente especial do *Jornal do Commercio* não se vale necessariamente de uma análise diretamente baseada nas teorias deterministas da época – conforme Euclides da Cunha. Esse aspecto tornaria o livro de Manoel Benício uma fonte crucial para retratar as tensões ao rés do chão que contribuíram para a construção e para o massacre de Canudos.

A leitura sistemática das publicações do *Jornal do Commercio* sobre Canudos ao longo de 1897 revelou que, não obstante as imprecisões e os exageros de Manoel Benício em *O Rei dos jagunços*, os conflitos ao rés do chão em torno do conselheirismo habitaram a imprensa coetânea. Apesar de ter predominado a construção de discursos que criminalizavam e inferiorizavam o movimento, existem artigos daquele tempo que apontavam o impacto do conselheirismo sobre as relações de dominação locais. Os efeitos da liderança exercida pelo beato remetiam às grandes transformações do fim dos Oitocentos no sertão da Bahia, isto é, a Abolição do cativo e a Proclamação da República. O *Jornal do Commercio*, onde Manoel Benício publicou cartas e telegramas enviados da Bahia, assumiu grande importância no registro desses debates. Obviamente, o *Jornal do Commercio* também utilizou politicamente os acontecimentos de Canudos, na tentativa de intervir nos embates políticos sobre os rumos do governo republicano, instável após duas grandes rebeliões – a Revolta da Armada e Revolução Federalista. Ainda assim, enquanto um órgão grande da imprensa do fim do século XIX, as suas páginas eram marcadas por grande polifonia, onde intervinham vários posicionamentos, que, no ano de 1897, incluíam tanto notícias dos preparativos dos combates quanto queixas de fazendeiros e negociantes locais contra o conselheirismo²⁵.

²⁵ A escolha do *Jornal do Commercio*, assim como o recurso a textos de outras folhas cariocas e paulistas, se deu igualmente por questões práticas. Em razão da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), fui impossibilitado de frequentar arquivos e bibliotecas do país ao longo de 2020. Isso prejudicou a execução do projeto inicial, que previa a diversidade de fontes. Em parte, essa variedade foi cumprida ao considerar fontes já publicadas sob outra perspectiva, bem como pela leitura dos periódicos disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Dentre as folhas que compõem o acervo – que, infelizmente, não conta com os maiores periódicos dos estados do Nordeste no período considerado na dissertação – o

A presente dissertação não consiste, portanto, num estudo sobre a cobertura da imprensa, mas utiliza os periódicos para compreender a diversidade de Canudos, as estratégias e aspirações dos conselheiristas, bem como os conflitos que o conselheirismo introduziu ou aprofundou naquele contexto. Nesse sentido, a leitura a contrapelo da imprensa, cruzada com a análise de outros documentos, possibilitou desvendar alguns traços da complexidade do movimento de Antônio Conselheiro.

Desse modo, foram escrutinados predominantemente os debates presentes no *Jornal do Commercio* ao longo de 1897, o que incluiu, dentre outros textos, as cartas de Manoel Benício sobre os conselheiristas para retratar a complexidade do movimento de Antônio Conselheiro. Além disso, o estudo considerou artigos de outros jornais (*O País*, *O Estado de São Paulo*, dentre outros) que tratassem de questões relativas ao conselheirismo. Os textos veiculados na imprensa demonstraram grande potencial para retratar as tensões introduzidas ou reforçadas pelos conselheiristas após a fundação do Belo Monte (1893). O cruzamento das informações obtidas com outras fontes foi crucial para essa tarefa, revelando uma conjuntura muito mais diversa que as narrativas fabricadas pela imprensa e por parte da bibliografia sobre o perfil dos conselheiristas, as suas relações com povoados e municípios do entorno e as suas visões acerca do regime republicano. Nesse sentido, junto dos artigos publicados nos jornais, analisei uma seleção da correspondência passiva do barão de Jeremoabo²⁶, o depoimento do conselheirista Honório Vilanova, o Relatório do Comitê Patriótico da Bahia²⁷ e trechos do segundo manuscrito atribuído a Antônio Conselheiro, *Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do mistério da Anunciação*²⁸.

Apesar de partir predominantemente de artigos publicados ao longo de 1897, o presente estudo não consiste num escrutínio da Guerra (1896-1897) nem dos discursos produzidos naquela ocasião para criminalizar os seguidores de Antônio

Jornal do Commercio se revelou o mais farto de informações acerca do conselheirismo. Essa descoberta foi surpreendente, pois predominam textos na bibliografia sobre a Guerra que tratam da relação da imprensa – carioca, mais especificamente – com Canudos sob a óptica dos discursos fabricados para fomentar o massacre contra o séquito de Antônio Conselheiro. Para além disso, os textos veiculados no *Commercio* possibilitaram um estudo de história social sobre o Belo Monte. Ainda que a partir dos interesses de um jornal carioca, foi possível retratar vários aspectos da cidadela rebelde, notadamente os conflitos que a sua existência provocou na região. O levantamento de um escopo mais amplo de fontes se encontra em andamento, que baseará uma futura pesquisa de doutorado.

²⁶ Parte da correspondência ao barão de Jeremoabo foi reunida em Consuelo N. Sampaio (org.), *Canudos: Cartas para o Barão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

²⁷ Lélis Piedade [Antônio Olavo, org.], *Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897-1901*. Salvador: Portifolium, 2002.

²⁸ Disponível em Ataliba Nogueira, *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. Editora Nacional, 1978, p. 47-190.

Conselheiro. O objetivo geral foi tratar as tensões que Canudos produziu ou criou após a sua transformação numa ampla cidade. A partir disso, foram traçados três objetivos específicos: 1) compreender o perfil social e racial dos conselheiristas; 2) a relação entre Canudos e os municípios e povoados vizinhos; 3) a visão dos habitantes de Canudos sobre o regime republicano. Nesse sentido, o movimento de Canudos foi analisado a partir dos conflitos ao rés do chão, o que envolveu a tentativa de compreender o impacto das grandes transformações da *fin-de-siècle*, a Abolição e a Proclamação, sobre a escalada das rusgas que culminaram na construção e na destruição do Belo Monte.

A cada um desses objetivos específicos correspondeu um capítulo.

No capítulo primeiro, a análise de artigos publicados no *Jornal do Commercio* e da correspondência passiva do barão de Jeremoabo reforçou a diversidade de perfis sociais e raciais na composição de Canudos. A cidade era composta por gente de todas as raças e condições econômicas: comerciantes loiros e abastados (uma minoria dotada de grande importância na condução do povoado); famílias de libertos pela Lei Áurea; pessoas não brancas que tinham alguma criação e quiçá algum pedaço de terra antes de seguir para Canudos; pessoas que trabalhavam nas fazendas do entorno e/ou desempenhavam algum ofício (pedreiros, ferreiros e artesãos).

Ainda assim, a cidade contava com a presença maciça de pessoas não brancas, cuja aglomeração em Canudos aprofundou conflitos que remetiam à abolição do cativeiro. Essa tensão foi constatada nos esforços de racialização perpetrados pelos fazendeiros e comerciantes da região contra os habitantes do Belo Monte. Tais grupos que conformavam as elites locais se mobilizaram para externar os seus incômodos na imprensa, também reproduzidos pelo *Jornal do Commercio*, além de se queixarem do conselheirismo ao barão de Jeremoabo, um dos líderes políticos da região. Seja no contato com correspondentes especiais ou nas cartas transcritas pela folha carioca, esses homens registraram que Canudos era marcado pela diversidade racial, apesar de predominarem pessoas não brancas. Contudo, eles associavam todos os conselheiristas à cor negra, mobilizando termos pejorativos e racializados para designá-los – “carigés”, que remetia diretamente ao cativeiro, assim como “negrada” e “cabroeira”, dentre outros. Nesse sentido, os fazendeiros e comerciantes da região inseriam os habitantes do Belo Monte na “vala comum da raça emancipada”²⁹ – como se todos tivessem sido

²⁹ Wlamyra Albuquerque, “A vala comum da ‘raça emancipada’: abolição e racialização no Brasil, breve comentário”. *História Social*, n. 9, 2010, pp. 91-108.

beneficiados pela Lei Áurea, o que não procedia naquele trecho do sertão baiano³⁰. Esse processo de racialização evidenciou o estreito vínculo entre a ojeriza ao conselheirismo e a Abolição, remetendo aos intensos debates ocorridos no imediato pós-emancipação.

Com base nisso, analiso, no segundo capítulo, a tensa relação entre o séquito de Antônio Conselheiro e os municípios e povoados da região, na tentativa de escrutinar o motivo da sanha dos fazendeiros e comerciantes do entorno pela destruição de Canudos. Através da reflexão a partir de artigos do *Jornal do Commercio* e, mais uma vez, da correspondência passiva do barão de Jeremoabo, observa-se que os poderosos da região se incomodavam com as possibilidades abertas por Canudos aos que decidiam seguir o Conselheiro.

Por meio das palavras dos proprietários daqueles sertões, é possível perceber as estratégias dos próprios conselheiristas, que apontavam, em geral, para a reafirmação da liberdade num contexto pós-emancipação, isto é, a busca pela autonomia de movimentos, pelo controle do tempo e da remuneração do trabalho. Tais possibilidades eram facilitadas pela geografia de Canudos, que oferecia aos seus habitantes tanto um sentimento de proteção por causa do relevo acidentado e pela caatinga aspérrima ao redor, quanto a possibilidade de circulação por várias direções, visto que o Belo Monte se integrava à região por diversas estradas. Esses aspectos intensificavam, do ponto de vista dos proeminentes da região, a perda do domínio sobre a mão de obra, assim como a precarização das formas tradicionais de dominação.

Em vez da intenção de negociar, os fazendeiros e comerciantes da região defendiam o uso da força para debelar os conselheiristas, que, por sua vez, estavam dispostos a defender com armas o seu Belo Monte. A documentação demonstra que os proprietários locais estiveram na base do massacre ao conselheirismo, pressionando pela destruição do arraial desde a sua fundação, antes que ele se tornasse a principal questão política da República. Além disso, alguns correspondentes do barão de Jeremoabo forneceram apoio material às expedições, o que realça o seu empenho no aniquilamento de Canudos.

No terceiro e último capítulo, analiso a política dos conselheiristas, isto é, as suas concepções acerca do regime republicano, bem como as suas estratégias de luta

³⁰ Com a abolição do tráfico internacional e o recrudescimento do tráfico interprovincial, escasseou a mão de obra escravizada no sertão conselheirista, onde predominavam fazendas de criação ou propriedades voltadas para o comércio interno, que dificilmente poderiam competir com a demanda das zonas de plantações dedicadas à exportação. Esse processo foi analisado em Monica Duarte Dantas, *Fronteiras movediças...*, cap. 2 e 3.

contra o novo governo. A análise do Relatório enviado pelo frei João Evangelista do Monte Marciano ao bispo da Bahia (1895), reproduzido no *Jornal do Commercio* em 1897, assim como a reflexão a partir do segundo manuscrito atribuído a Antônio Conselheiro revelaram que o conselheirismo não era um movimento estritamente religioso. A iniciativa dos conselheiristas de defender aguerridamente Canudos contra as tropas do governo era muito menos o produto de um “fanatismo”, conforme sugeriam os debates coetâneos, do que o resguardo de um projeto com vistas ao aprofundamento da liberdade prometida pela Lei Áurea.

De outro lado, a análise das fontes evidenciou que a visão negativa dos conselheiristas sobre o regime republicano não era o mero produto da sua incompreensão dos assuntos de ordem política, conforme sugeriram Euclides da Cunha e seus contemporâneos. Ao contrário, o ódio contra a República se originara em suas experiências após 1889, que envolviam maior ingerência do Estado em suas vidas: a cobrança de impostos abusivos; o aumento da violência policial contra Antônio Conselheiro e seu séquito; a instituição do registro civil de casamentos. Essas questões eram entendidas como tentativa de minar a liberdade conquistada.

Nesse sentido, o presente estudo teve o intuito de explorar uma parte da diversidade da cidade de Antônio Conselheiro. Reconhecendo-o como uma das experiências mais complexas da Primeira República, observou-se que Canudos estava ancorado nos conflitos locais, marcados pela herança do pós-emancipação. De outro lado, buscou-se demonstrar as formas pelas quais a população sertaneja vivenciou o início do regime republicano, encontrando no arraial de Antônio Conselheiro a oportunidade de fundar um projeto que contemplasse as suas demandas, excluídas dos centros de decisão política daquele momento.

Capítulo I – “Legiões de carigés”? A questão racial na caracterização dos habitantes de Canudos

Na conturbada última década do século XIX, a Expedição de Canudos foi um dos assuntos centrais na imprensa. A resistência aguerrida dos seguidores de Antônio Conselheiro povoou, ao longo de 1897, os debates sobre os caminhos e descaminhos da República. Nos jornais da época, os sentidos do arraial e da sua luta eram disputados, especialmente a respeito da ameaça – real ou imaginada – do Belo Monte ao novo regime. No intenso debate através da imprensa, intervieram diversas vozes nas notícias, crônicas, editoriais, telegramas e publicações a pedido: militares ciosos da honra do Exército, políticos, letrados, moradores das regiões circunvizinhas do arraial, etc.

Dentre as muitas questões que saltavam da polifônica imprensa oitocentista, a caracterização dos conselheiristas foi um dos aspectos fundamentais. Em determinados momentos da campanha, especialmente logo após as derrotas da segunda e terceira expedições, o interesse pelos intuitos e pelo perfil dos defensores do Belo Monte era central nas colunas dedicadas aos sucessos de Canudos.

Aliás, esse assunto podia aparecer mesmo em textos que não eram necessariamente dedicados ao escrutínio das peculiaridades dos conselheiristas. Na leitura sistemática das ocorrências relativas aos sucessos de Canudos, deparei-me com um termo intrigante. Nos dois primeiros meses de 1897, o *Jornal do Commercio* tinha o hábito de transcrever notícias e telegramas dos periódicos baianos, que eram até então a principal fonte sobre os assuntos da Bahia. Na edição de 05 de fevereiro daquele ano, a folha carioca publicou um longo telegrama originalmente enviado ao *Jornal de Notícias* por um correspondente do sertão, sem especificar-lhe o nome. O texto narra as agruras da malfadada segunda expedição, sobre a qual pairava grande controvérsia acerca dos culpados pela derrota. O autor acreditava que o chefe da campanha, major Febrônio, graças às suas más decisões, era o responsável pelo fracasso das tropas do governo, uma vez que não lhe teriam faltado munições nem apoio dos fazendeiros da região, empenhados no fornecimento de alimentos e guias. Num pequeno trecho da sua narração, o missivista expõe:

Adiante já do feixe da serra [o major?] encontrou dezenove bois dos carros que conduziam a munição, os cavalos em que iam oficiais montados, capotes e outros objetos encontrando também quatro soldados mortos e nove conselheiristas que eles ali apelidam de *Carigés*¹.

Segundo o informante, os colaboradores da expedição contra Canudos designavam os seguidores de Antônio Conselheiro pelo sobrenome de Eduardo Carigé, uma das principais lideranças do abolicionismo na Bahia. Além da atuação na imprensa e da fundação de sociedades abolicionistas expressivas, como a Sociedade Libertadora Baiana, Carigé gozava de grande popularidade junto aos escravizados. A sua atividade envolvia tanto a defesa nos tribunais quanto o amparo na capital baiana de cativos fugidos do interior da província. Por sua atuação, era mortalmente odiado pelos escravocratas, que o perseguiram e ameaçaram em várias ocasiões². E esse ódio perdurou após o fim do Império, pois os ex-senhores usavam o nome do abolicionista para designar com desprezo os egressos da escravidão, cujas demandas lhes aterrorizavam.

Conforme se observa em 1897, o termo “carigé” era também usado para designar os conselheiristas, numa indicação da grande presença negra em Canudos. À primeira vista, esse retrato do povo de Antônio Conselheiro pode surpreender os leitores contumazes de *Os Sertões*, especialmente os que consideram Euclides da Cunha a maior autoridade sobre a guerra sertaneja. Afinal, o intelectual fluminense defendia que a composição do “homem” sertanejo era produto da mestiçagem entre brancos e indígenas. Segundo ele, os negros se mantiveram no “litoral”, o que explicaria a degenerescência das suas populações, em contraste com a força dos conselheiristas, capazes de resistir por muitos meses a um inimigo belicamente superior.

Passados 124 anos do incêndio e do massacre, *Os Sertões* consiste num monumento incontornável sobre o Belo Monte. A escrita de Euclides da Cunha perenizou, em prosa simultaneamente apaixonada e “científica”, os combates, a resistência aguerrida dos conselheiristas e a violência desmedida contra os prisioneiros. Ainda assim, a sua visão, que povoa o cânone artístico e intelectual brasileiro desde então, aprisionou o conselheirismo numa jaula de aço. Sua narrativa se concentra nos

¹ “Telegramas”. Bahia, 03 de fevereiro de 1897. *Jornal do Commercio*, 05 de fevereiro de 1897, p. 1, grifo meu.

² Sobre o processo de abolição na província da Bahia, cf. Jailton Lima Brito, “A abolição na Bahia: uma história política - 1870-1888”. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA: Salvador, Bahia, 1996.

erros das expedições militares, mas pouco revela sobre os conflitos que marcaram a criação do arraial. Sua interpretação define os hábitos sertanejos como anacrônicos; o sertanejo é retratado como “indolente”, “atrasado” nas crenças religiosas, além de acometido pela “servidão inconsciente” aos patrões. Por fim, as suas reflexões sobre a mestiçagem do “jagunço” silenciaram sobre a escravidão e a presença negra no Belo Monte.

Não me é possível avaliar se os leitores cariocas e paulistas compreendiam esse sentido da palavra “carigé”. De outro lado, é curioso que o mesmo Euclides da Cunha tenha entrado em contato com a existência de negros no entorno de Canudos. Durante a sua breve passagem pelos municípios circunvizinhos do arraial, em setembro de 1897, o correspondente do *Estado de São Paulo* tinha o hábito de anotar as palavras de uso corrente no sertão, com o intuito de registrar o linguajar local. Dentre os muitos termos coligidos, o autor escreveu laconicamente: “Carigé - negro do sertão”³. Portanto, Euclides da Cunha descobriu a presença negra nos sertões, mas preferiu silenciá-la em seu livro, no qual debatia os rumos da nação, sem se furtar do debate sobre a formação de uma raça brasileira.

Partindo das publicações do *Jornal do Commercio* de 1897 e de cartas de comerciantes e fazendeiros do interior da Bahia, analisarei, neste primeiro capítulo, o perfil social e racial dos conselheiristas e as disputas que essa caracterização suscitava. No ano 1897, a caracterização dos defensores do Belo Monte foi recorrente nas folhas do país. O jornal carioca, como um dos mais tradicionais do Brasil, oferece muitas possibilidades ao escrutínio da diversidade do movimento de Antônio Conselheiro. Nesse sentido, minha intenção é buscar nos vários relatos da imprensa sobre Canudos e em correspondências privadas a própria composição da cidade de Antônio Conselheiro e os conflitos que esse aspecto evocava.

A imprensa teve papel crucial em transformar Canudos na questão principal do momento. A maioria dos jornais defendeu a destruição violenta do arraial, considerado grande inimigo da República. Por essa razão, alguns pesquisadores escrutinaram a imprensa coetânea a partir da análise do discurso, a fim de observar a produção de representações que fomentaram a destruição do Belo Monte e o massacre dos seus seguidores. Seguindo essa perspectiva, Dawid D. Bartelt considerou diversos jornais, além de obras literárias e outras fontes, na tentativa de compreender a

³ Olímpio Sousa de Andrade (org.), *Caderneta de Campo*. In: Euclides da Cunha, *Obra completa*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009, vol. 2, p. 618.

construção dos termos que viabilizaram o massacre e, posteriormente, o pertencimento dos conselheiristas à nação brasileira⁴. Joaquim N. Filho, por sua vez, analisou discursos veiculados na imprensa da capital baiana⁵. Ambos os textos apontam o processo de inferiorização dos conselheiristas – designados como “fanáticos”, “loucos” ou mesmo “degenerados” –, procedimento crucial a possibilitar o massacre dos habitantes de Canudos. O enfoque nas causas do massacre teve no trabalho de Walnice N. Galvão uma fonte de inspiração. Afinal, ainda nos anos 1970, a autora reuniu os textos dos correspondentes de guerra enviados ao Belo Monte e, no estudo introdutório, observou o modo como a imprensa geralmente concorria para desumanizar os seguidores do peregrino⁶.

Em que pese a sua importância, a perspectiva orientada pela análise do discurso obscurece algumas questões cruciais a respeito do arraial de Antônio Conselheiro. Uma delas é a própria complexidade de Canudos, cujas múltiplas faces podem desaparecer quando o olhamos a partir desse enfoque. O Belo Monte evocava tensões que extrapolavam a representação – pela imprensa e por instituições como o Exército, a Igreja ou os órgãos administrativos ou repressivos – do Conselheiro e seu séquito como inimigos da República. Ainda que esses assuntos tenham sido fundamentais para configurar o conselheirismo como o grande tema de 1897, o conflito mais duradouro em torno de Canudos remetia às tensões entre os conselheiristas e, de outro lado, os proprietários e negociantes locais. A tendência a obscurecer as escaramuças locais aparece com maior intensidade num artigo de Jacqueline Hermann, também baseado nos periódicos do Rio de Janeiro, no qual Canudos é retratado como uma questão fabricada pelos grupos opostos em luta pelo poder na capital federal⁷.

A análise proposta no presente capítulo segue outro caminho. Num estudo de história social, busco refletir sobre o perfil social e racial de Canudos à luz dos conflitos que a cidadela evocava em sua região, identificando os inimigos e as maneiras como eles percebiam o arraial. Assim, podemos entender alguns dos sentidos que o Belo Monte assumiu em seu entorno – que passam, obviamente, pelo termo “carigé” evocado pelo correspondente do *Jornal de Notícias* e registrado por Euclides da Cunha

⁴ David D. Bartelt, *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

⁵ Joaquim Antonio de Novais Filho, “Memória e discurso nas narrativas sobre Antonio Conselheiro e a ‘guerra’ de Canudos: a imprensa de Salvador (1876-1897)”. Dissertação de mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

⁶ Walnice Nogueira Galvão, *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais*. Recife: CEPE, 2019.

⁷ Jacqueline Hermann, “Canudos destruído em nome da República. Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1996, p. 81-105.

–, antes mesmo de se tornar uma grande questão nacional. Além disso, e a partir da leitura a contrapelo de alguns textos veiculados no *Jornal do Commercio* – analisados em conjunto com outras fontes, quando necessário –, busco introduzir a diversidade de veredas que a cidadela rebelde abriu para os seus habitantes.

Antes de prosseguir na análise do perfil social dos conselheiristas, uma palavra sobre a bibliografia voltada ao assunto.

I. O perfil social e racial dos conselheiristas na bibliografia

Apesar de soar estranha aos euclidianos, a presença negra em Canudos foi constatada em alguns estudos. Nessa questão, José Calasans foi um dos responsáveis pela renovação da historiografia sobre o arraial de Antônio Conselheiro. A importância de sua obra se estende aos vários aspectos que caracterizavam a cidadela, inclusive no que concerne à questão racial. Referindo-se ao silêncio de Euclides da Cunha sobre a diversidade racial em Canudos, Calasans indagou:

O histórico episódio do Belo Monte, arraial efemeramente florescente na derradeira década do século XIX, que atraiu milhares de humildes brasileiros, procedentes de vários pontos do Brasil, poderia ter ocorrido sem a participação do ex-escravo, do homem que alcançara sua liberdade pouco antes da migração nordestina? Poderia Antônio Conselheiro, indiscutivelmente um autêntico líder dos sertões, ter congregado, em torno de sua figura de peregrino, tantos seguidores se não fosse portador de uma mensagem a respeito da escravidão e da monarquia, os dois maiores problemas do seu tempo? [...] O Conselheiro não era, apenas, um pregador de feição religiosa. Também versava, nas suas longas prédicas, assuntos de ordem social e política⁸.

Calasans conclui o seu breve artigo reconhecendo o peso da população egressa da escravidão no Belo Monte. Para atestar a presença dos ex-escravizados no arraial de Antônio Conselheiro, o historiador recupera três relatos, os dois primeiros publicados na imprensa baiana: a narrativa de um trabalhador italiano sobre o seu encontro com o beato; a célebre carta do barão de Jeremoabo ao *Jornal de Notícias*, de março de 1897; um trecho de *O Rei dos Jagunços*, livro de Manoel Benício.

⁸ José Calasans, *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e do Turismo/EGBA, 1997, p. 117-118.

Além do texto supracitado, José Calasans escreveu um artigo sustentando a hipótese de que arraial teria sido o “último quilombo”⁹. Outros estudiosos descreveram a composição demográfica da cidadela e observaram, através do escrutínio dos censos disponíveis ou de livros publicados pelos correspondentes da guerra, que a maioria dos conselheiristas era preta ou parda. Esse foi o caminho trilhado, por exemplo, por Yara Ataíde e Maria Beatriz Nascimento. Essas autoras constataram, entre outras coisas, que boa parte da população de Canudos vinha de regiões específicas dos sertões de Sergipe e da Bahia, nas quais a proporção de pretos e pardos era significativamente maior do que de brancos¹⁰.

Apesar do reconhecimento por parte da bibliografia da presença significativa de pretos e pardos, a ideia de que Canudos era uma espécie de último quilombo foi duramente criticada por Marco A. Villa. Baseado nas informações sobre cor recolhidas pelos membros do Comitê Patriótico da Bahia ao fim da guerra, o historiador observa que a população declarada negra correspondia a cerca de 10% do total. Segundo ele, isso indica que a questão racial não era central no arraial de Antônio Conselheiro¹¹. De fato, é improvável que o arraial tenha sido edificado com motivações expressamente raciais. Entretanto, como demonstra a recorrência do termo “carigé” no sertão da Bahia daquele tempo, havia alguma tensão que remetia à cor da pele dos conselheiristas.

Se as informações sobre a composição étnica do arraial já haviam sido abordadas pelos autores citados acima, a primeira parte do livro de Dawid Bartelt versa sobre a história social de Canudos. Naquele trecho da obra, o historiador alemão resume algumas das principais descobertas sobre o perfil social e econômico dos conselheiristas, ao mesmo tempo em que avança na tarefa de descortinar a diversidade das pessoas e dos motivos que edificaram o Belo Monte. Ainda assim, a sua perspectiva não observa os principais conflitos que a mera existência de um arraial com aquelas características engendrava na região. Ao vaticinar o esgotamento da história social no escrutínio do Belo Monte, de modo que os fundamentos da destruição só poderiam ser

⁹ José Calasans, *Cartografia de Canudos...*, p. 66.

¹⁰ Durante os anos 1990, por ocasião do centenário da criação e da posterior destruição de Canudos, houve uma preocupação com a renovação dos estudos sobre Canudos. No que concerne à revisão da composição demográfica do arraial destacam-se: Yara Dulce Bandeira de Ataíde. “As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro”. *Revista USP (Dossiê Canudos)*, São Paulo; n. 20, p. 88-99, 1994; Maria Beatriz Nascimento. “O Movimento de Antônio Conselheiro e o abolicionismo: uma visão da história regional”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 25, p. 261-267, 1997. No caso de Beatriz Nascimento, a tese de que Canudos operava de modo semelhante a um quilombo é central na sua argumentação.

¹¹ Marco Antônio Villa, *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1999.

descobertos pela análise do discurso, o historiador alemão deixa obscuras as tensões ao rés do chão, desconsiderando a importância que tiveram para a controvérsia que se estendeu por todo o ano de 1897.

Bartelt afirma que a composição étnica da população de Canudos correspondia às proporções registradas pelo censo de 1890 para a região: “uma média de 23,9% de ‘brancos’, 17,5% de ‘negros’, 6% de caboclos (indígenas) e 52,6% de mestiços”¹². O autor realça a diversidade racial do Belo Monte, onde predominavam os “caboclos” (segundo o autor, mestiço de pele escura de indígenas e brancos), que, por sua vez, coexistiam com os libertos pelo 13 de maio, indígenas e famílias brancas abastadas. Nesse sentido, Bartelt demonstra que esteve atento à multiplicidade do perfil racial em Canudos. A sua constatação se baseou no Relatório do Comitê Patriótico da Bahia¹³, documento que corroboraria a correspondência que a composição do arraial se assemelhava às porcentagens do censo de 1890.

Apesar de reconhecer a diversidade de Canudos, o autor não se aprofunda nos conflitos que a cidadela evocava no seu entorno. Uma tensão diz respeito à recorrência com que a presença negra e o estigma do cativo eram retratados nos relatos coetâneos acerca do Belo Monte – como indica o recurso ao termo “carigé”. A outra questão diz respeito à construção da liderança de Antônio Conselheiro. Se, de um lado, Bartelt aponta que o arraial era uma comunidade profundamente organizada e estratificada, de outro, defende que a liderança do Conselheiro se assemelhava à de um coronel, sendo o Belo Monte regido segundo os princípios oligárquicos vigentes¹⁴. Além

¹² Dawid D. Bartelt, *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 69.

¹³ “Das 128 crianças e mulheres incluídas na estatística, 33 são classificadas de ‘brancas’, o que corresponde a 25,8%. Na ausência de prova significativa, esse número se refere à média de ‘brancos’ na região (23,9%). Por fim, também as fotografias tiradas pelo fotógrafo de guerra Flávio Barros, bem como relatos de testemunhas oculares, confirmam gradações na cor de pele da população. Não se pode dizer que a população de Canudos fosse étnica e socialmente homogênea. Com exceção da classe alta, em sua maioria ‘branca’, a população retratava a realidade étnica e social no final do século XIX: uma região com crescimento populacional acima da média, refúgio de antigos escravos, remanescentes da população indígena, com a imensa maioria de trabalhadores rurais sem instrução escolar ou sem formação sólida e uma pequena classe média, sobretudo de negociantes e comerciantes, assim como vaqueiros, famílias ‘boas’ e ‘abastadas’. Alguns comerciantes e comandantes de Belo Monte dispunham de consideráveis bens em dinheiro e terras. De uma dessas famílias ‘boas’ descendia também Antônio Vicente Mendes Maciel – que não era ‘branco’ mas sim, como de fato a maioria, um ‘moreno acaboclado’, conforme as categorias de época”. Dawid D. Bartelt, *Sertão, República e Nação...*, p. 71.

¹⁴ “Belo Monte foi, portanto, administrada de acordo com princípios oligárquicos, no sentido literal da palavra. A legitimidade do pequeno grupo de líderes não resultava de eleições mas do prestígio ganho com suas próprias ações, bens e/ou proximidade com Maciel. O “domínio” de Maciel funcionava de modo análogo aos princípios coronelísticos – com uma diferença decisiva: não fundava seu poder em propriedades rurais e na dependência econômica daí resultante, nem em influências políticas, mas em sua legitimidade religiosa ou, se preferirmos, em sua santidade, em sua proximidade com Deus. Na época das migrações Maciel já era tido por coronel. Não há informações sobre se Maciel, além de sua postura

da afirmação de que Antônio Conselheiro era uma espécie de coronel, o historiador alemão afirma que o Belo Monte era composto por uma “população móvel”, que teria mantido intactas as suas relações sociais fora do arraial. Isso incluiria as “relações de patronagem” com os coronéis das zonas limítrofes¹⁵.

Nesse sentido, alguns questionamentos se mantêm pertinentes. Se os “moradores temporários” de Canudos mantinham intactas as suas relações *fora* do arraial, de onde viera o ímpeto pela destruição do Belo Monte? Se Antônio Conselheiro era semelhante a um *coronel*, por que as suas práticas eram abominadas pelos outros coronéis, seus semelhantes na perspectiva de Bartelt?

Aliás, era real essa diversidade de Canudos? Se havia características várias para as gentes de Canudos, por que os conselheiristas eram, então, apelidados de “carigés”? Quem os apelidava? Com que intuito? Havia, enfim, tantas pessoas negras no arraial?

Com efeito, o traço que definia o arraial de Canudos era mesmo a diversidade de perfis – tanto socioeconômicos quanto raciais. Essa multiplicidade é corroborada pelo Relatório do Comitê Patriótico da Bahia. Fundado em 28 de julho de 1897, o Comitê Patriótico da Bahia tinha como objetivo arrecadar fundos para auxiliar os soldados feridos no combate em Canudos. Tratava-se de um momento delicado para as tropas do governo, surpreendidas pela aguerrida e organizada resistência dos conselheiristas àquela altura da guerra. Nesse sentido, a instituição operava como um bando precatório e promovia eventos visando à caridade diante dos patriotas. Ao fim da luta, o Comitê prestou auxílio às mulheres e crianças desamparadas pelo massacre.

Publicado em 1901, o Relatório do Comitê discrimina as suas atividades financeiras e filantrópicas e o seu posicionamento em face dos sucessos de Canudos. No fim da publicação, temos acesso à relação de prisioneiros atendidos, que evidencia a diversidade das gentes do Conselheiro. Trata-se de uma fonte preciosa, pois contém o registro de várias informações sobre as famílias do Belo Monte, tais como lugar de

negativa quanto à construção abstrata de República, proibia em princípio seus seguidores de participarem de eleições. Entretanto, *podia* influir na decisão concreta – ou mesmo determiná-la – de um considerável número de eleitores na região. E, também nesse sentido, Maciel ocupava, independentemente de sua vontade, o *status* de coronel”. David D. Bartelt, *Sertão, República e Nação...*, p. 76.

¹⁵ Dawid D. Bartelt, *Sertão, República e Nação...*, p. 78.

origem e/ou residência, nome, idade, filiação e outros laços de parentesco, nome dos cônjuges (se casadas). Além desses aspectos, a relação informa sobre as cores dos conselheiristas, revelando a multiplicidade de categorias raciais em uso no sertão da Bahia. Segundo Hebe Mattos, as indicações sobre as cores na documentação escassearam desde meados do século XIX, tornando-se ainda menos comuns após a Abolição¹⁶. Isso torna o Relatório uma documentação rara, pois demonstra, através de amostra razoável, que o arraial era, de fato, um local diverso no que tange o perfil social dos seus habitantes.

Quanto às cores, o médico Américo Barreto Filho, que registrou as informações sobre as pessoas amparadas, designou os conselheiristas segundo uma ampla gama de categorias: “mulata” (por vezes, “mulata clara”), “cabocla”, “escura”, “morena”, “morena acaboclada”, “branca”, “preta” e “negra”. Em alguns casos, registraram-se as tonalidades dos cabelos: “louro”, “cabelos anelados”, “castanhos claros” ou simplesmente “claros”. Ainda que houvesse tal diversidade, a soma de todas as categorias da população não branca atendida perfazia 75% da amostra, sendo 10% das mulheres e crianças designadas como pretas.

Geralmente, os habitantes auxiliados não brancos indicavam trabalhar em lavoura, tendo pouca ou nenhuma posse de terras ou de animais antes de seguir para Canudos. De outro lado, havia algumas famílias de pessoas brancas e abastadas. Tornados eminências conselheiristas, os chefes dessas famílias eram em alguns casos negociantes que fizeram fortuna com suas casas de comércio dentro do Belo Monte¹⁷, ou então fazendeiros que seguiram o Conselheiro e contribuíram com doações para a fundação e a manutenção do arraial, bem como para a construção da Igreja Nova¹⁸.

¹⁶ Hebe Mattos, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

¹⁷ O caso mais conhecido é o de Antônio Vilanova, um dos principais comerciantes de Canudos, assumindo funções de liderança militar durante a guerra. Sobre o seu irmão, Honório Vilanova, Nertan Macedo escreveu: “Vestígio algum de sangue tapuia ou negro”. Nertan Macedo, *Memorial de Vilanova*. Rio de Janeiro: Renes; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983, p. 27.

De todo modo, havia eminências conselheiristas não brancas. Além de João Abade, negro e líder militar, Joaquim Macambira e Norberto eram comerciantes abastados da região de Canudos, antes mesmo de o Conselheiro fundar o Belo Monte. Ambos foram assassinados nos combates e seus órfãos foram atendidos pelo Comitê Patriótico, que designou Maria Francisca Macambira como “cabocla” e Eliseu, filho de Norberto, como “escuro”. Cf. Lélis Piedade [Antônio Olavo, org.], *Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897-1901*. Salvador: Portifolium, 2002, p. 226-228.

¹⁸ O Comitê Patriótico da Bahia atendeu alguns filhos e mulheres de conselheiristas brancos e abastados. Dentre eles, o mais célebre foi o fazendeiro Antônio Marciano dos Santos, o Marciano de Sergipe, pai de Jovina e Júlio. Sobre ele, foi registrado no Relatório: “levou grande soma de recursos para Canudos e era homem abastado”. Lélis Piedade [Antônio Olavo, org.], *Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia...*, p. 228. Marciano tinha laços de sangue com um coronel do Exército, além de ter parentes abastados na região.

Em que pese a importância da descrição dos auxiliados para reenviá-los às suas famílias, a preocupação com as cores e sua associação com outras informações de cada conselheirista demonstra a centralidade desse fator para os membros do Comitê Patriótico. Por exemplo, o médico que anotou as características era muito mais rigoroso em descrever os atributos das mulheres e crianças loiras. Além disso, muito se dizia sobre aquelas que eram de famílias abastadas ou que, então, adquiriram posses. A identificação dos conselheiristas com o fanatismo, a barbárie, a monarquia, era uma construção racista. E o fato de os membros do Comitê se mostrarem surpresos com a existência de pessoas loiras e/ou de boas condições reforça essa tendência¹⁹.

Dawid Bartelt indica que as porcentagens da composição racial do Belo Monte, tal como registradas no Relatório do Comitê, seguiam as médias do censo de 1890, sem questionar, por exemplo, as condições em que foi produzida a documentação sobre a qual ele se baseia. O Relatório, como observado acima, foi escrito no fim da guerra, a partir da coleta de informações sobre os últimos sobreviventes. Considerando o grande fluxo de pessoas que entraram e saíram de Canudos, especialmente nos últimos meses da refrega, é possível duvidar se os dados consistiam num retrato fiel do que teria sido o Belo Monte ao longo de sua existência, ou mesmo durante 1897.

Outra questão diz respeito à análise da presença negra em Canudos. A grande aglomeração de pessoas de cor, inclusive de ex-escravizados, era evocada em relatos coetâneos, alguns deles veiculados pela imprensa carioca, como na menção aos “carigés”, conforme exposto no início do capítulo. Desse modo, existe a possibilidade de os negros terem fugido em massa ou perecido maciçamente durante a luta. Outra hipótese é que esse contingente em específico fosse considerado pelos observadores

¹⁹ O autor do Relatório destacava quando as pessoas auxiliadas eram brancas e/ou de boa família, com posses. Sobre uma delas, ele anotou: “Maria Leandra dos Santos, *branca*, de 30 anos, viúva de Rosendo Maximiano dos Santos, morto em Canudos, do termo de Tucano, onde tem parentes abastados, fazendeiros e negociantes. Seu marido *fora arrastado a Canudos pelo fanatismo*, tendo sido morto nos últimos combates protestando que os cristãos não deviam derramar sangue, não fora combatente. Era homem abastado e negociante”. O autor registrava de modo diverso as pessoas negras. Em primeiro lugar, não registrava o espanto por estar em Canudos, como o fazia com as pessoas “brancas”, “louras” ou “de cabelos claros” e “de boa família”. Ademais, em alguns casos de pessoas negras, não se registrava o nome dos parentes nem se adicionavam outras informações. Na seção do Relatório dedicada aos menores de 18 anos, encontramos: “Maria Vitória, preta, órfã de pai e mãe, natural de Natuba, onde tem parentes vivos”. A moça não tem idade, não tem sobrenome; não sabemos qual era o seu estado de saúde. Teria ela sido jogada à própria sorte para encontrar seus parentes? Na mesma seção dos menores de 18 anos, registrou-se apenas o caso de mais uma adolescente, com muito mais informações: “Martinha Joaquina de Jesus, *branca, loura e de boa família*, filha legítima de João Maria e Maria Joaquina de Jesus, falecida em Alagoinhas [onde havia uma enfermaria para os prisioneiros], variolosa; o pai morreu nos últimos combates; é natural do termo de Tucano, onde tem tios e outros parentes abastados da mesma família de Maria Leandra”. Cf. Lélis Piedade [Antônio Olavo, org.], *Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia...*, p. 225-233, grifos meus.

coetâneos como um dos principais problemas do arraial de Antônio Conselheiro, independentemente da sua porcentagem. Ou então que a condição de egressos do cativeiro era generalizada a todos os conselheiristas.

E a questão perdura: por que os conselheiristas eram apelidados de “carigés”, um termo que remete à presença negra e às tensões do pós-abolição?

II. O *Jornal do Commercio* e o perfil dos conselheiristas

Novamente, o *Jornal do Commercio* oferece subsídios para refletirmos sobre o perfil dos conselheiristas. Ao longo de 1897, principalmente na primeira metade do ano, a caracterização dos intuitos do povo do Belo Monte era a preocupação central da imprensa, particularmente no que concerne à controvérsia sobre a natureza do movimento. As folhas indagavam – ou melhor, guerreavam – acerca da existência de *política* em Canudos. Em outras palavras, os homens da imprensa carioca e paulista se ocupavam em saber se era consistente a hipótese de que Canudos era um movimento restaurador. Apesar da inquietação acerca dos propósitos dos conselheiristas, os letrados de então pouco se interessavam em designar com exatidão o perfil dos revoltosos. Ainda em 1894, antes de o Belo Monte se tornar o principal assunto debatido, *O País*, folha radical republicana, já buscava chamar atenção ao movimento de Antônio Conselheiro com a publicação de um telegrama misterioso:

Consta que o fanático ‘conselheiro’ está presentemente no lugar denominado Canudos, tendo sob seu comando um exército organizado militarmente e composto de 2.000 criminosos. //Diz-se também que este indivíduo mandou um contingente em direção a Alagoinhas, para tomar alguns presos que vinham para a capital. //Fala-se também que este sujeito efetua prédicas diárias aconselhando o povo a não reconhecer válido o dinheiro da República e garantindo que a monarquia é o único governo verdadeiro. //No Pombal e lugares próximos receia-se um assalto a cada momento²⁰.

Naquele momento, o novo regime permanecia instável, tendo de enfrentar duas revoltas de grande intensidade entre 1893 e 1895 – a Revolta da Armada e a Revolução Federalista, ambas assumiram conteúdo restaurador. O jornal carioca *O País*, autoproclamado a “folha de maior tiragem e de maior circulação da América do Sul”,

²⁰ “Telegramas”. Bahia, 18 de julho de 1897. *O País*, edição de 19 de julho de 1894, p. 1.

era ferrenho defensor da República, especialmente a sua versão militarista, representada pelo marechal Floriano Peixoto. Com o intuito de evitar a proliferação de novas revoltas, o periódico defendia ações enérgicas desde o início, o que não era praticado por Prudente de Moraes, definido pela oposição como um presidente fraco. O alarmismo jacobino do *País* foi logo vislumbrado pelo arguto e zombeteiro Machado de Assis, que escreveu em sua crônica semanal:

Telegrama da Bahia refere que o conselheiro está em Canudos com 2.000 homens (dois mil homens) perfeitamente armados. Que Conselheiro? O Conselheiro. Não lhe ponhas nome algum, que é sair da poesia e do mistério. É o Conselheiro, um homem, dizem que fanático, levando consigo a toda a parte dois mil legionários. Pelas últimas notícias tinha mandado um contingente de Alagoinhas. Temem-se no Pombal e outros lugares os seus assaltos. // [...] Sim, meus amigos. Os dois mil homens do Conselheiro, que vão de vila em vila, assim como os clavinoteiros de Belmonte, que se metem pelo sertão, comendo o que arrebatam, acampando em vez de morar, levando moças naturalmente, moças cativas, chorosas e belas, são os piratas dos poetas de 1830. Poetas de 1894, aí tendes matéria nova e fecunda. Recordai vossos pais; cantai, como Hugo, a canção dos piratas: //En mer, les hardis écumeurs/Nous allions de Fer à Catane²¹.

Machado de Assis zomba do absurdo representado pelo telegrama, que instilava o alarme sem, no entanto, especificar quem era o Conselheiro e seus dois mil homens. A solução encontrada pelo autor, que aprofunda o efeito cômico, é aproximá-los dos piratas cantados pelos poetas românticos dos 1830, o que os tornava matéria para as composições da *fin-de-siècle*.

E a dúvida sobre os intuitos dos conselheiristas perdurava. Eram eles meros fanáticos esfaimados ou restauradores convictos? Esse debate esteve presente nas páginas do *Jornal do Commercio*, que assumiu em seus artigos, editoriais e transcrições uma clara posição sobre os acontecimentos na Bahia: era o fanatismo o força motriz dos seguidores de Antônio Conselheiro. Na crônica semanal de 31 de janeiro de 1897, um colaborador do periódico sintetizou o embate e, em tom irônico, sugeriu uma solução para o desenlace da refrega em Canudos:

Antônio Conselheiro esteve e continua a estar na ordem do dia.

²¹ “A Semana”, *Gazeta de Notícias*, edição de 22 de julho de 1894, p. 1.

Inda ninguém me informou qual a aspiração, qual o *desideratum*, quais os intuitos desse já hoje célebre caudilho, que inesperadamente rechaçou por duas vezes as tropas legais enviadas ao seu encalço, durando cinco dias a última ação.

Os milhares de clavinoteiros que o seguem são chamados *fanáticos*.

Daí deduzo que o Conselheiro tem por escopo o se constituir santo, profeta, criador de uma nova religião...

Ora, desde que o Estado nada tem a ver com religião, com padres, santos e profetas; desde que, pela Constituição vigente, o leitor pode amanhã, se lhe der na cachimônia, arvorar em templo o seu chalé do Rio Comprido, e nele adorar Santa Pinta-Manta das Dúzias, Santa Pouca Vergonha, o glorioso mártir Lansquenet (mais conhecido por vira-vira), Santa Luxúria, a protomártir Carraspana, o profeta Brodio, os apóstolos Perto, Xerez e Clicquot, a deusa Borboleta, os bem-aventurados S. Cinismo e Santa Libertinagem; desde que a lei permite essa liberdade absoluta de crenças e de cultos – não nos [ilegível] oponhamos a que o Antônio Conselheiro se erija em neto de Cristo ou sobrinho de Maomé. Ele é profeta na sua terra e o Estado não tem o direito de o demitir do cargo do profeta, o qual independe do funcionalismo público e não incide em artigo algum do código.

Se eu fora do governo, enviaria ao Conselheiro uma embaixada parlamentar, propondo paz sob as seguintes condições:

1ª – A República não faz questão de que Antônio Conselheiro se impinga [sic] aos povos como sendo profeta ou santo; os sectários de Conselheiro podem adorá-lo como o entenderem, levantando igrejas e capelas, inventando nova liturgia, fundando dogmas, criando festas móveis e imóveis.

2ª – Antônio Conselheiro compromete-se a reconhecer e respeitar o governo legal do país, desarmará e dissipará os seus asseclas.

E deste modo estaria extinta a insurreição²².

Apesar de apontar, no início da crônica, que os intuitos dos conselheiristas não eram claros, o autor confere sentido aos habitantes de Canudos. Sem mencionar diretamente a controvérsia sobre a existência de elementos revolucionários articulados pela restauração e mantidos com auxílio externo, o cronista deduz que a motivação da rebeldia sertaneja era puramente religiosa. Afinal, os “clavinoteiros” conselheiristas eram chamados de “fanáticos” e o seu líder tinha aspirações de criar um novo dogma.

Ao reduzi-los ao *status* de fanáticos, o cronista sugere, muito ironicamente, que o movimento de Antônio Conselheiro não era uma ameaça às instituições republicanas – ao menos não àquela altura, em janeiro de 1897, às vésperas da segunda

²² G., “Sem Rumor – (Crônica Semanal)”. *Jornal do Commercio*, 31 de janeiro de 1897, p. 1.

expedição, que fracassaria. Sendo um movimento religioso, não era necessário temer uma nova revolução, nos moldes dos federalistas do Sul ou dos revoltosos da Armada, pois os conselheiristas não se ligavam aos intuitos considerados elevados.

Obviamente, com o avançar da luta, tornada cada vez mais tensa e imprevisível, a imprensa perderia o tom jocoso no trato de Canudos. Entretanto, a controvérsia sobre a existência de elementos que se batiam pela restauração no arraial de Antônio Conselheiro perdurou até os últimos meses da quarta expedição, ecoando até em cartas e telegramas de Euclides da Cunha²³.

Como se prolongava a controvérsia sobre os intuitos do movimento de Canudos, o *Jornal do Commercio* deu um passo importante rumo à descrição dos conselheiristas. Isso ocorreu a partir do fim de março de 1897, quando a folha carioca enviou o primeiro correspondente especial, encarregado de acompanhar as tropas do governo e testemunhar não só o combate como também os traços da região e dos seguidores de Antônio Conselheiro. Além disso, era-lhe necessário mandar notícias oficiais, a fim de desestabilizar os boatos alarmantes sobre o Belo Monte – tais como o bochicho de que o arraial recebia auxílio externo ou que os seus combatentes tomaram as cidades do entorno. Essas tarefas foram entregues a Manoel Benício, capitão honorário do exército, vereador e jornalista em Niterói²⁴. Como as operações demoraram a se concretizar, Manoel Benício usou os dois primeiros meses da sua estadia no Estado da Bahia para enviar informações sobre os conselheiristas. Durante esse tempo, sempre junto das tropas, o correspondente visitou alguns municípios e

²³ Apesar de a carta ter demorado a chegar a São Paulo, Euclides da Cunha, espantado com a força da resistência dos conselheiristas àquela altura, indagou em 26 de setembro, a dez dias da tomada de Canudos: “Não é possível que a munição de guerra daquela gente seja só devida à deixada pelas expedições anteriores. A nossa esgota-se todos os dias; todos os dias entram comboios carregados e, no entanto, já nos falta, às vezes”. Com essas palavras, o correspondente do jornal paulistano subentendia que os conselheiristas recebiam financiamento externo, quicá dos restauradores. Euclides da Cunha, “Canudos – (Diário de uma expedição)”, 26 de setembro de 1897. *O Estado de São Paulo*, 13 de outubro de 1897, p. 1.

²⁴ Antes de tornar-se enviado especial da folha carioca, Manoel Benício era conhecido dos leitores do país. Durante os bombardeios da Revolta da Armada, em setembro de 1893, ele publicara um diário sobre os combates no jornal jacobino *O Tempo*, posteriormente reproduzidos em outras folhas do país. Os seus textos daquele tempo, escritos quando esteve junto das tropas legais, fizeram sucesso por descreverem em detalhes os lances da luta, além do tom exaltado na defesa do novo regime contra os elementos desestabilizadores. No momento em que foi escolhido como correspondente do *Jornal do Commercio*, Benício já era cidadão destacado em Niterói. Colaborador assíduo de *O Fluminense*, sua experiência nas folhas do Estado se estendia desde o início da década de 1890 e perduraria até o começo dos anos 1920. Além disso, fora redator do *Jornal do Rio*. Assim como boa parte dos outros correspondentes que seriam enviados ao sertão, tinha passagem pela escola militar, onde não concluiu seus estudos. Seu título de capitão fora concedido por Floriano Peixoto em reconhecimento aos seus serviços de correspondente durante a Revolta da Armada. Para mais informações sobre a trajetória de Manoel Benício, cf. Américo Rodrigues, “Data memorável”, *O Fluminense*, 23 de agosto de 1922, p. 1. Trata-se de uma homenagem ao capitão por ocasião de seu aniversário.

povoados da região e recolheu depoimentos de várias pessoas sobre Canudos e sua gente. Algumas das descrições contribuem para compreendermos o sentido do termo “carigé”, evocado no início do capítulo.

Logo em sua chegada à capital baiana, Manoel Benício escreveu uma carta em que reflete sobre o lugar dos sucessos de Canudos na História do Brasil. Com base no diálogo com os soldados que participaram da derrota da terceira expedição, o correspondente do *Jornal do Commercio* relata o ódio dos conselheiristas contra os seus inimigos, bem como a imensa disposição para a luta encarniçada. Depois de designar essas características do povo de Antônio Conselheiro, que o autor considera fanático e propenso ao crime, ele continua: “Entre os malvados de Canudos afirmaram [os soldados] que existem no meio de uma maioria absoluta de caras patibulares sobre corpos esmolambados e sujos alguns indivíduos de botas de verniz e de certo asseio no vestuário”²⁵. Em outras palavras, havia pessoas de condições no arraial de Antônio Conselheiro e não apenas as “caras patibulares”, isto é, as pessoas sem posses nem instrução, que, pelo “fanatismo”, seriam naturalmente criminosas. Considerando o que se publicava costumeiramente na imprensa durante as expedições contra Canudos, não é pouco significativa a menção aos “indivíduos de botas de verniz”. Afinal, Manoel Benício sugere que o arraial era muito mais diverso do que se veiculava nos jornais coetâneos.

Entretanto, a diversidade dos conselheiristas não foi explorada pelo correspondente do *Jornal do Commercio* nessa carta. O que perdurava em seus escritos dos primeiros dias na capital baiana era a tarefa de demonstrar que os habitantes de Canudos eram valentes, pois odiavam o regime republicano, mas que, simultaneamente, não ameaçavam as instituições. Em geral, as caracterizações de Benício desqualificavam os conselheiristas, tidos como incapazes de compreender a República. Aliás, o correspondente versa em outra missiva sobre a genealogia dos “jagunços”, que teria origem na ascendência indígena e nas brigas entre facções políticas na primeira metade do XIX, e assim os define:

Os indivíduos desta casta de brasileiros atravessados, ignorantes, supersticiosos, são pela vida beduína que levam naturalmente malvados e capricham em se fazer temer por atos de valentia e

²⁵ Manoel Benício, “Expedição de Canudos”. Carta da Bahia [Salvador], 26 de março de 1897. *Jornal do Commercio*, 03 de abril de 1897, p. 1.

resistência a todas as cláusulas do mais suave policiamento social.

Quanto maior número de mortes têm nas costas, mais arrogantes se mostram em nossos sertões nortistas, e estas assinalam a canivete e a facão no coice do bacamarte e clavinote. O preço destas armas no sertão está na razão crescente dos talhos que formam no coice. Cabeleira, o herói de um romance de costumes sertanejos, é o daguerreótipo nítido de um jagunço²⁶.

Um retrato muito pouco lisonjeiro, mas que, até então, nada dizia sobre a presença negra aludida pelo informante do *Jornal de Notícias*. Manoel Benício se refere à população negra apenas no início de abril de 1897. Na epístola, o correspondente trata da primeira ida das tropas do governo ao sertão. Após sair da capital baiana, sob boatos “alarmantes”, mas não especificados, Benício relata o que encontrou na viagem a Alagoinhas:

Não embarcamos em trem expedicionário, antes comum ou diário em que vinham os diversos negociantes do sertão. Pela conversa, todos mostram desejo fervoroso que o governo extermine Canudos, foco de bandidos. É opinião corrente entre eles de que ali só domina o fanatismo religioso. É verdade que esses fanáticos tem [sic] verdadeira ojeriza à República que, na opinião deles, é incompatível com a religião cristã. Sobe a tanto o seu desprezo pelo regime atual de governo que as notas (dinheiro) que lhes chegam as [sic] com as efígies republicanas, são destruídas.

Até aí só lucra o tesouro nacional. Os próprios títulos eleitorais que alguns possuíam, tiveram e têm o destino das aludidas notas do Banco²⁷.

A carta consiste, portanto, na revelação de uma situação diversa do que prenunciavam os boatos agourentos, colhida a partir do diálogo com os moradores do sertão. O objetivo do correspondente aparece logo no início da citação: realçar que os baianos, inclusive os sertanejos, eram, em geral, contra os conselheiristas. Esse mote não era óbvio para os coetâneos, visto que a colaboração dos moradores dos arredores com os canudenses era sempre evocada pelos militares das expedições derrotadas. Desse modo, o correspondente estabelece uma divisão, posteriormente retomada por outros enviados especiais, entre o “sertanejo” e o “jagunço”. O primeiro era, em suma, o

²⁶ Manoel Benício, “Expedição de Canudos”. Carta da Bahia [Salvador], 29 de março de 1897. *Jornal do Commercio*, 03 de abril de 1897, p. 1.

²⁷ Manoel Benício, “Expedição de Canudos”. Carta de Alagoinhas, 01 de abril de 1897. *Jornal do Commercio*, 09 de abril de 1897, p. 1.

habitante do sertão, que, incomodado com a refrega ou mesmo com a existência do Belo Monte, colaborava com as tropas legais. O “jagunço”, por sua vez, era o combatente de Canudos ou seu colaborador mais direto, que tocaiava nos arredores da cidadela e fornecia informações sobre os movimentos do Exército.

Ao insistir nesse ponto, Manoel Benício indicava, mais uma vez, que eram infundadas as conjecturas de que todos os baianos eram “revolucionários”, isto é, movidos por ideais restauradores. E a entrevista com os negociantes tem como aspecto mais importante, ao menos do ponto de vista do *Jornal do Commercio* e seus leitores, justamente o ato de desmistificar aqueles boatos.

Se as notícias alarmantes eram infundadas, Manoel Benício indica que era real a “ojeriza” que os seguidores de Antônio Conselheiro tinham pela República. Não sendo revolucionários, mas profundamente rebeldes ao novo regime, o ódio dos conselheiristas pela República se originava no “fanatismo religioso”, que os conduzia a alguns paroxismos: a queima de notas de dinheiro e títulos de eleitores. E o mesmo fanatismo se completava pela crença de que o novo regime era incompatível com a religião cristã.

Nesse trecho, temos o primeiro traço da caracterização dos conselheiristas por Manoel Benício, a partir do diálogo com os negociantes da região, inimigos de Canudos. Em sua visão, os conselheiristas eram “fanáticos religiosos”, que, incapazes de compreender os fundamentos e a pretensa superioridade do regime republicano, lhe opunham uma resistência igualmente fanática, queimando os seus símbolos – notadamente o papel-moeda e os títulos de eleitores. Até esse ponto, o relato do correspondente não diferia muito da concepção veiculada nas páginas do *Jornal do Commercio* e, por conseguinte, de outras folhas do momento.

De outro lado, as palavras dos mercadores, aludidos por Manoel Benício na citação, é aspecto fundamental no interior da missiva, especialmente por revelar as múltiplas faces do Belo Monte, conhecidas pelos moradores da região. Um desses aspectos é a menção à existência de pessoas alfabetizadas na cidadela. Munidas de seus títulos, essas pessoas tinham condições de participar ativamente do processo eleitoral, que era muito restrito naquele tempo. Ao eliminar os critérios censitários, a Constituição de 1891 possibilitou o aumento dos eleitores. Ainda assim, os índices de pessoas aptas a votar eram baixos, o que, por sua vez, decorria da proibição do voto dos

analfabetos e das mulheres, dentre outros grupos. De outro lado, nem todos os eleitores em potencial participavam dos pleitos²⁸.

No caso de Canudos, os eleitores em potencial eram possivelmente a parte abastada: negociantes como Macambira e os irmãos Vilanova, outros homens que tinham posses antes de seguir para o arraial, ou mesmo roceiros, lavradores e agregados que tiveram acesso à alfabetização. Se em Canudos existiam libertos, como sugere o termo “carigés” evocado no início do capítulo, eles em geral não votavam, pois não tiveram acesso à alfabetização. Conforme observou Felipe Azevedo e Souza, desde a reforma eleitoral de 1881, havia o empenho de excluir essa população da participação eleitoral, o que se justificava tanto pelas teorias raciais quanto por uma concepção demofóbica²⁹.

Embora sugira que Canudos tinha eleitores em potencial, assim como aludira aos “homens de botas”, os proeminentes que contrastavam com a maioria de “caras patibulares”, Manoel Benício assim continua o retrato dos conselheiristas, traçado a partir dos relatos dos mercadores:

Só ultimamente, depois da segunda expedição militar, é que os *jagunços* tem [*sic*] deixado de aparecer pelas cidades povoadas e fazendas vizinhas. Dantes emigravam magotes de Canudos e iam trabalhar nas fazendas durante dez ou quinze dias, voltando depois ao arraial santo munido de mantimentos. Outros procuravam as cidades e ali vendiam gêneros de indústria que fabricavam em Canudos, constando de cordas de caruá, esteiras, cestos peles etc., e, com o produto destas vendas, forneciam-se de carne de sol, rapadura, e farinha, retomando, ponto de partida.

Com esse trecho, Manoel Benício traz novas informações sobre o perfil dos conselheiristas. Sem mencionar os homens proeminentes do arraial, aqueles que usavam botas, o correspondente observa que havia “magotes” de trabalhadores rurais e artesãos, que se movimentavam bastante pela região. As características que emanam dessas ocupações estão profundamente ligadas à conclusão de Manoel Benício ao fim da missiva:

²⁸ No Rio de Janeiro em 1894, 20% da população estava apta a votar no sufrágio para presidente, mas apenas 7% dessa soma participaram do pleito. José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 80-82.

²⁹ Felipe Azevedo e Silva, “A dissimulada arte de produzir exclusões: as reformas que encolheram o eleitorado brasileiro (1881-1930)”. *Revista de História*, n. 179. São Paulo, 2020, p. 1-35.

Toda esta gente, segundo a opinião geral destes bandos é esquelética, *esmolambada*, é de cor negra ou fula, não tem a compreensão do que é República nem monarquia; a própria religião cristã é entendida como a ensinação dos milagres e outros fenômenos, que se não procura explicar senão por sinais da cólera ou bom humor de Deus³⁰.

Reproduzindo a “opinião geral” dos seus interlocutores, Manoel Benício define “todos” os conselheiristas como “esqueléticos” e “esmolambados”. A informação principal desse trecho, que aprofunda os sentidos das duas alcunhas anteriores, é a informação sobre as suas cores. Apesar de não recorrer ao termo “carigé”, que, ao remeter ao iminente abolicionista, evoca o passado cativo e a pele negra, o correspondente realça que a gente de Antônio Conselheiro era majoritariamente “negra” ou “fula”. Segundo Luís Maria da Silva Pinto, “fulo” significa “de cor negra que não é bem fixa, e tira para amarela”³¹. Sobre o mesmo termo, Antônio de Moraes Silva acrescenta: “diz-se do preto, e do mulato, que não tem a sua cor bem fixa, mas tirante a amarelo ou pálido”³². O termo “fula” também remetia a povos africanos. De acordo com Bluteau, “João de Barros, dá ele nome a uns negros da Baía de Santa Helena, não sei se por razão de certa cor”³³.

Possivelmente, Manoel Benício usou a palavra “fula” como sinônimo de “pardo”, a fim de demonstrar que a população do Belo Monte era necessariamente não branca. Afinal, “toda esta gente” era negra ou fula. Ora, ao recorrer a uma definição racializada do povo de Antônio Conselheiro, o correspondente do *Jornal do Commercio* tinha intuítos nítidos, que foram claramente percebidos pelos leitores coetâneos. A maior preocupação dos homens de imprensa e do seu público capital federal consistia na dúvida sobre as motivações de Canudos. A população carioca se atormentava para saber se o arraial era realmente restaurador, na esteira da Revolta da Armada e da Revolução

³⁰ Manoel Benício, “Expedição de Canudos”. Carta de Alagoinhas, 01 de abril de 1897. *Jornal do Commercio*, 09 de abril de 1897, p. 1.

³¹ Luís Maria da Silva Pinto, *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>

³² Antonio de Moraes Silva; Bluteau, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: 541 p. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>

³³ Bluteau, Rafael, *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...* : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v; 2 Suplementos. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>

Federalista – e se era, portanto, uma ameaça ao regime republicano. E o relato de Manoel Benício desmente essa dúvida através da racialização.

O seu procedimento se baseia na justaposição de dados que desmentem as teses de ameaça ao regime republicano. Para Manoel Benício, os conselheiristas eram “fanáticos”, “esquálidos”, “esmolambados” e, sobretudo, “negros” ou “fulas”. O desprezo do correspondente por essa população é notório: pessoas com essas características não se ocupavam da *política*. Nessa curta missiva, Benício evidenciou os limites da cidadania na República ainda em consolidação: uma parcela significativa da população era, na sua visão, incapaz de se ocupar de questões relativas à forma de governo. E essa incapacidade passava pela raça e deslegitimava a sua rebeldia, reduzida ao nível do “fanatismo”.

Essa tese de Manoel Benício não era isolada. Nas últimas décadas do século XIX, o debate sobre a cidadania da população negra e/ou liberta foi muito disputado. Wlamyra de Albuquerque demonstra que, nesse período, as relações sociais foram profundamente racializadas, deixando à mostra os arranjos que, à vista da Abolição, buscavam manter as hierarquias sociorraciais herdadas do escravismo. A partir da visita desastrosa de Silva Jardim à Bahia em 1889, e das manifestações posteriores de Rui Barbosa, a autora pontua que a racialização ficou evidente no debate entre monarquismo e república. Na visão dos republicanos, o barbarismo da Guarda Negra, ligada irracionalmente à família real por causa da Abolição, se opunha aos defensores da República, que obravam pelo advento da civilização no Brasil³⁴. Marcelo Balaban, por sua vez, analisa a reprodução do racismo nas imagens dos negros veiculadas na imprensa ilustrada da Corte entre 1884 e 1886, momento crucial nos encaminhamentos do fim do cativeiro no Brasil. O autor demonstra o alcance da ridicularização dos corpos negros nas caricaturas sobre questões relativas à liberdade e à cidadania³⁵.

Manoel Benício, como homem de imprensa, abolicionista e republicano histórico, estava a par desses debates. A associação que parte da imprensa do sudeste fazia entre Canudos e a restauração talvez viesse justamente da significativa presença de gente negra no arraial e das lembranças da Guarda Negra no final da Monarquia. Esse

³⁴ Wlamyra de Albuquerque, *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, capítulo III.

³⁵ “Ao transformar em imagens o cotidiano desfile de pessoas de pele escura no Rio de Janeiro, fossem elas escravas, libertas ou livres, as caricaturas politizavam a raça. [...] Entre o risível, o ridículo e o feio, a ‘beleza da raça africana’ era tornada assunto estético, social e político”. Marcelo Balaban, “A beleza da raça: imagens de negros na imprensa ilustrada da Corte (1884-1886)”. In: Gabriela dos Reis Sampaio, Ivana Stolze Lima e Marcelo Balaban (orgs.), *Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil*. Salvador: Edufba, 2019, p. 122.

tipo de associação muito possivelmente não escapava a Benício, mas seus escritos buscavam defender a ideia de que a população negra, mais do que restauradora, era incapaz de um posicionamento político consciente. Para ele, a maioria não branca era sinônima de fanatismo, valentia no combate, barbárie e, sobretudo, a incompreensão dos assuntos propriamente *políticos*. Era uma população excluída da cidadania e que assim deveria se manter para o bem do novo regime.

O correspondente do *Jornal do Commercio* não abandonou a sua descrição racializada da gente de Antônio Conselheiro. Onze dias após a carta de 01 de abril de 1897, Manoel Benício escreveu uma longa missiva, quiçá a mais importante dos seus primeiros meses junto das tropas. Tratava-se da narração do diálogo que ele tivera com Manoel Pequeno, comerciante sertanejo, dono de um armazém em Cumbe, que lhe teria informado sobre a derrota de Moreira César, além de lhe fornecer detalhes sobre os conselheiristas, incluindo o homem que teria assassinado ao coronel cortador de cabeças.

O texto narra a fuga das tropas de Moreira César, sob a perseguição dos conselheiristas. As forças teriam sido acoitadas por Manoel Pequeno, que fornecera detalhes sobre os habitantes do Belo Monte. O comerciante tinha fechado a venda, temendo a visita dos conselheiristas. E de fato, eles foram ao seu encontro, todos “armados com as espingardas tomadas dos soldados”. Nesse trecho, o correspondente lhe indagou se eles sabiam manejar essas armas, ao que ele respondeu: “É um gosto vê [sic] com *vexame* eles bolem com aquilo. Em um instantinho eles arrancam fora o batoque da culatra e tornam a botar no lugar”.

Após isso, Benício demonstra interesse em conhecer os tipos físicos da gente de Canudos e pergunta ao seu interlocutor se eram “homens mais ou menos limpos, de boa presença”, ao que ele responde: “Qual, meu senhor. Tudo é uma cabroeira desconforme. Daquilo não se aproveitada nada. Há cada pedaço de negrão que vai longe. Cada um que ainda mais debaixo do cangaço (cheio de armas)”. Os termos usados por Manoel Pequeno – ou inseridos por Manoel Benício – sugerem a maciça presença da população de cor no arraial de Canudos. O vocábulo “cabroeira” significa “conjunto de cabras”, isto é, “capanga” ou mesmo “jagunço”, sem perder a conotação racial, pois “cabra” é também “mestiço indefinido, de negro, índio ou branca, de pele morena clara”³⁶. Trata-se de uma palavra de duplo sentido, que associa o indivíduo de

³⁶ Definições de “cabroeira”, “cabra”, “jagunço” e “negrões”. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

cor ao crime, inculcado, por sua vez, na ideia do “jagunço”. Se o negociante usara um termo polissêmico, os vocábulos seguintes reforçam ambas as acepções: além de “negrões”, os conselheiristas eram apegados às armas de fogo, sabendo manuseá-las com esmero.

Benício leva adiante o seu interesse pela gente de Canudos e pede ao comerciante mais informações sobre o grupo que apareceu em Cumbe, obtendo como resposta a descrição de que era composto por 36 conselheiristas, dos quais ele seria capaz de reconhecer “Gangorra, Pajeú e o companheiro deste e mais uns quatro”. Sobre Pajeú, célebre liderança militar do Belo Monte, o negociante disse que se tratava de “um negrão alto, companheiro do que matou o coronel Moreira Cesar”. Manoel Pequeno disse ter conhecido o assassino do coronel porque ele se gabou dos seus feitos em sua presença, mas não soube precisar o seu nome. Entretanto, o descreveu: “O feitio dele é de um sujeito assim do tope de V. S. e menos gordo. É da casta dos *Sararás* (aças). Ele contou que estava preso na cadeia de Monte Santo e mais três, quando o coronel lá chegou. Foi levado à presença do *corta-pescoço*, como se apelidava ao coronel”³⁷.

Em suma, Manoel Benício racializa Canudos ao justapor a cor – geralmente negra, mas também “fula” ou até “sarará” – à predisposição dos “jagunços” para o crime e para o fanatismo. Obviamente, o correspondente do *Jornal do Commercio* não foi o único a racializar os conselheiristas naquele tempo. As anotações do Comitê Patriótico igualmente reproduzem esse tipo de associação. Ainda que não desqualifique diretamente as mulheres e crianças pretas, o sentimento de caridade e comoção pareciam mais profundos quando se tratavam das moças brancas que sobreviveram à tragédia em Canudos³⁸.

O procedimento de Manoel Benício não era, portanto, incomum. Wlamyra de Albuquerque e Gabriela dos Reis Sampaio demonstram, a partir de Nina Rodrigues, como a rebeldia dos conselheiristas foi racializada ao fim da guerra de Canudos. Na concepção do médico, a valentia dos habitantes do Belo Monte era produto da degeneração ocasionada pela mestiçagem, origem da “loucura epidêmica” que teve lugar no sertão. Os mestiços, predispostos ao crime e à alienação, seriam o grande

³⁷ Manoel Benício, “Expedição de Canudos”. Queimadas, 12 de abril de 1897. *Jornal do Commercio*, 22 de abril de 1897, p. 1.

³⁸ Vide Capítulo I, nota 19.

problema a obstar o projeto civilizatório representado pela República no Brasil, uma visão que unia Rodrigues e Euclides da Cunha³⁹.

Entretanto, os relatos de Manoel Benício apontam questões que permaneceram opacas nas análises de Cunha e Rodrigues. Ainda que o propósito das referidas cartas seja desmentir os boatos sobre a presença de um movimento restaurador organizado em Canudos, o correspondente do *Jornal do Commercio* evidencia outra face do arraial de Antônio Conselheiro. Um elemento crucial dos seus textos é a menção às fontes que lhe concederam depoimentos sobre o Belo Monte e sua gente: os comerciantes “moradores da região”.

Ao registrar a visão dos negociantes acerca do Belo Monte e suas implicações, Manoel Benício tocou numa questão fundamental daquele momento: os conflitos que arraial produziu ou aprofundou na região. Ao trazer explicitamente os termos dos inimigos da cidadela, o correspondente evidenciou os interesses que se batiam pela destruição do Belo Monte. Por conseguinte, a menção aos comerciantes não é um mero acessório à narrativa. Ao contrário, Benício visa a realçar que dialogara de fato com os moradores da região, que, afetados pelo arraial de Canudos, eram *fonte* crucial para elucidar a real natureza do movimento aos observadores externos. Além disso, eles eram legítimos inimigos de Antônio Conselheiro, o que realçaria o isolamento dos seus seguidores, que não gozavam do apoio da maioria dos moradores destacados da região.

O processo de racialização dos conselheiristas é, enfim, uma das principais expressões dos conflitos em torno do Belo Monte. Desse modo, a visão dos fazendeiros e comerciantes é fundamental para compreendermos os múltiplos sentidos da existência do arraial naquela região.

III. O barão de Jeremoabo e seus amigos contra o povo de Canudos

Nos textos analisados até aqui, observamos que os moradores da região interrogados geralmente evocavam a maciça presença de pessoas de cor negra ou mesmo de não brancos no arraial de Canudos. Nos relatos, a aglomeração de gente com esse perfil – ao qual eram associados outros traços, como o fanatismo, o pendor para a

³⁹ Gabriela dos Reis Sampaio e Wlamyra de Albuquerque. *De que lado você samba? Raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição*. Campinas: Editora da Unicamp, 2021, p. 251-266.

valentia e o crime, a aparência esmolambada – era considerada um problema. Esse incômodo perdurava desde pelo menos 1893, ano em que o Belo Monte foi fundado.

Nesse sentido, não é sem importância atentar para o que os inimigos de Antônio Conselheiro diziam. O ódio que esses homens devotavam ao peregrino e seus seguidores evidencia as transformações das relações sociais no entorno de Canudos. Essa conjuntura aponta em direção contrária ao que sugeriu Bartelt, que indica a permanência dos mesmos padrões dentro e fora do arraial, principalmente no trato com os “coronéis”, conforme vimos em trecho do primeiro item do capítulo. Nos trechos analisados, são esclarecidos os motivos da tormenta ocasionada pelo Belo Monte: de um lado, a intensa mobilidade de lavradores e artesãos; de outro, o perfil racial dos habitantes do arraial. Esse desagrado se expressava na urgência pela destruição do povoado, o que eles se esforçaram para esclarecer ao correspondente do *Jornal do Commercio*.

Apesar de não ser a questão mais comentada do momento na imprensa carioca, aparecendo de modo lateral em telegramas ou breves relatos de correspondente, os tormentos dos fazendeiros e comerciantes sertanejos fervilhavam longe do debate sobre a real intenção restauradora de Canudos. A discussão sobre a raça dos conselheiristas era, então, proeminente. É o que atesta a correspondência passiva do fazendeiro Cícero Dantas Martins, o barão de Jeremoabo, que traz várias ocorrências semelhantes aos termos reproduzidos por Manoel Benício. O barão era figura eminente na política baiana desde o Império, quando era vinculado ao Partido Conservador e ocupara cargos políticos. Na República, ele manteve-se em destaque na região, apesar de a sua facção política ter perdido o controle do governo estadual após o declínio do governo constitucional de Deodoro da Fonseca (1891)⁴⁰. Mesmo aliado do governo estadual, onde dominava o grupo liderado por Luís Viana, dentre outros, Martins mantinha-se a par dos grandes debates de seu tempo. Missivista inveterado, ele recebia e respondia cartas de uma ampla gama de amigos, compadres e parentes, que versavam sobre política, eleições e outros assuntos referentes ao sertão, especialmente das regiões vizinhas de Canudos, onde possuía propriedades⁴¹. Através das epístolas, acompanhou a fundação e o crescimento do arraial de Antônio Conselheiro. Em uma dessas cartas, o

⁴⁰ Consuelo Novais Sampaio, *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República; uma política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975, cap. II.

⁴¹ Sobre a trajetória do barão de Jeremoabo, cf. Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Jr., *Cícero Dantas Martins – de Barão a Coronel: trajetória política de um líder conservador na Bahia. 1838-1903*. Dissertação de mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2000.

fazendeiro José Américo Camelo de Sousa Velho, primo do barão de Jeremoabo define, quase três anos antes da primeira expedição, com impaciência e sarcasmo indisfarçados, os traços da composição racial do Belo Monte:

Tenho vivido internado nestas caatingas sem ter notícias ou comunicação com parte alguma; e apesar desta vida de retiro ia indo bem; mas já não está assim, à vista de estar perto do trono do retirante de saco às costas (o tal Antônio Conselheiro da malvadeza) que não tendo mais governo nesta infeliz terra está ele mais poderoso do que Napoleão I. Eu não sou brasileiro: e considero a maior ofensa que um homem pode me fazer é chamar-me brasileiro. *Sou hoje considerado e pretendo naturalizar-me como africano. Temos muito breve de ver este sertão confiscado por ele e seu povo; pois está com mais de 16 mil pessoas; povo este miserável tudo que foi escravo, tudo que é criminoso de todas as Províncias: não tendo uma só criatura que esta seja humana e ele impondo as leis; criando exército de soldados; e fazendo tudo que lhe vem à vontade: basta deste sentido que me incomoda!!* Tenho vivido aqui trabalhando para remontar aquilo que o abandono de 4 anos destruiu: como de fato tenho feito muito para minhas forças, e *falta de trabalhadores*, e tenho gasto muito dinheiro⁴².

A missiva era categórica. José Américo reclamava do alcance que assumira a liderança de Antônio Conselheiro em fevereiro de 1894, cerca de nove meses após a fundação do Belo Monte. E o tom utilizado pelo fazendeiro, notável na criação de gado, demonstra as principais questões para aqueles que se constituíram como inimigos do conselheirismo: o Conselheiro, Canudos e os magotes de gente que migravam semanalmente para o arraial reavivaram os debates que se arrastaram durante a dissolução do escravismo brasileiro. Para José Américo, Canudos era sinônimo de falta de trabalhadores nas fazendas.

Sobre o processo de abolição pairaram grandes expectativas senhoriais, que buscavam tanto a fixação dos libertos nas fazendas quanto a manutenção da deferência e das hierarquias. Nesse sentido, nas últimas décadas do escravismo, os senhores tentaram controlar o processo, seja através da pressão pelas indenizações ou leis coercitivas para o trabalho, seja mediante as alforrias coletivas, talhadas para cultivar a gratidão dos

⁴² Carta de José Américo de Sousa Velho a Cícero D. Martins. Rosário [propriedade do remetente situada nas proximidades de Monte Santo], 28 de fevereiro de 1894. In: Consuelo N. Sampaio, *Canudos: cartas para o barão*, São Paulo: Edusp/Imesp, 2001, p. 97, grifos meus.

libertos⁴³. Um dos maiores problemas para os ex-senhores após o treze de maio foi justamente a questão da mobilidade dos libertos. Mattos e Rios demonstram como a autonomia de movimentos era valorizada pelos libertos⁴⁴, um padrão cultural forjado desde os tempos do cativo⁴⁵.

Ora, José Américo já inicia a carta com uma reclamação importante, que se desdobra no desenrolar do texto. O autor desabafa ao amigo sobre a sua situação pouco atraente: a vida reclusa próxima ao “trono do retirante de saco às costas”. Na sua visão, era um problema ladear o reduto do peregrino, uma vez que, não havendo governo na Bahia, ele era mais poderoso até do que Napoleão I. Com essas palavras, o fazendeiro critica o abandono legado pela facção rival, que não se interessava pelos insucessos dos moradores do sertão nordeste do Estado, onde o grupo do barão de Jeremoabo era forte.

Para Américo, esse abandono era grave, visto que, sem medidas coercitivas, Antônio Conselheiro “da malvadeza” – termo sinônimo de perverso e, enfim, criminoso – estava prestes a *confiscar* todo o sertão. Segundo ele, nas fileiras do Belo Monte se contavam mais de 16 mil pessoas – o que era, certamente, exagero àquela altura. O termo usado é emblemático: o *confisco* realizado pelo Conselheiro não tinha limites, esvaziando a região. José Américo estava claramente incomodado com a migração em massa para Canudos, que impactava as relações sociais daquele entorno. O peregrino se consagrava grande líder daqueles termos, de modo que a sua influência se sobrepunha a todos os outros laços.

O desengano de José Américo era ainda mais profundo quando ele descrevia o perfil das pessoas que seguiam seu vizinho Antônio Conselheiro. Entre as 16 mil almas pastoreadas pelo beato, contavam, segundo o fazendeiro, menos brasileiros do que “africanos”. Tudo o que havia de “escravo” e, portanto, “miserável” e “criminoso de todas as Províncias” acorria para fazer parte do seu “exército de soldados”. E o clímax do seu desprezo pelos conselheiristas: nenhuma dessas “criaturas” era “humana”.

Dentre esses termos muito pouco lisonjeiros, dois se sobressaem, uma vez que operam como a matriz dos outros: “africano” e “escravo”. O missivista considera toda a população do Belo Monte negra, diretamente egressa do cativo, mesmo em

⁴³ Walter Fraga, *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, esp. cap. III.

⁴⁴ Ana Maria Rios & Hebe Maria Mattos. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. *Topoi*, v. 5, n. 8, 2004, pp. 170-198.

⁴⁵ Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, esp. cap. II.

1897. Ora, se a quantidade de libertos beneficiados pela Lei Áurea foi diminuta, proporcionalmente ao total da população não branca, cabe o questionamento: por que José Américo associa *toda* a população de Canudos ao fim do cativeiro, deixando nas entrelinhas que eles eram *necessariamente* libertos?⁴⁶

Essa questão se torna ainda mais profunda quando consideramos os grandes processos econômicos da segunda metade dos oitocentos. Ora, naquele tempo, por causa do fim do tráfico internacional houve a transferência da propriedade escrava para as regiões cafeeiras do sudeste brasileiro⁴⁷. Por essa razão, a posse de cativos, até então razoavelmente difundida, tornou-se cada vez mais escassa nas regiões de economia menos rentáveis, como no entorno de Canudos. De acordo com Monica Dantas, havia, sim, cativos no lugar, mas eles eram uma pequena parcela da população⁴⁸. É de imaginar que essa população era ainda menor nas vésperas da Lei Áurea.

Ao insistir sobre o predomínio de “africanos” e “escravos” em Canudos, José Américo reavivava os debates em torno do pós-abolição. Certamente, um homem como ele, cheio de agregados, parentes e conhecidos pelos sertões, sabia da diversidade dos habitantes do Belo Monte. De fato, havia muitos negros, mas não somente: como vimos no primeiro subitem do capítulo, diversas categorias raciais poderiam ser mobilizadas para designar os conselheiristas. Ao considerar todos como negros, o fazendeiro racializava o arraial, imputando aos seus habitantes o estigma do cativeiro, ainda que longínquo, como provavelmente era o caso da maioria do séquito de Antônio Conselheiro.

O sentido racializado dessa assertiva é que, na visão de Américo, o arraial não passava de uma aglomeração de gente inferior, sem “nenhuma criatura humana”, sobre a qual Antônio Conselheiro exercia influência incontornável – opinião partilhada pelos negociantes interlocutores de Manoel Benício. Com a perda do controle sobre a gente que migrava para o Belo Monte, as palavras do fazendeiro expunham o conflito que caracterizou o pós-abolição no Brasil. Segundo Wlamyra de Albuquerque, os mecanismos de racialização nesse período foram muito importantes para os interessados em manter as hierarquias e a exclusão no país⁴⁹. José Américo se indignava pelas

⁴⁶ Lilia Moritz Schwarcz, “Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira”. In: Olívia Maria Gomes da Cunha e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007, p. 23-54.

⁴⁷ Hebe Mattos, *Das cores do silêncio...*, cap. V.

⁴⁸ Monica Duarte Dantas, *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)*. São Paulo: Editora Hucitec; FAPESP, 2007.

⁴⁹ Wlamyra Albuquerque, “A vala comum da ‘raça emancipada’...”.

ameaças representadas por Antônio Conselheiro, especialmente quando lembrava que a migração e o fim da deferência ocasionava a “falta de trabalhadores”, o que o impedia de retomar o crescimento de seus negócios.

Esse ódio indisfarçado perdurou. José Américo tornou-se, com o aumento das tensões provocado pela guerra, um dos maiores inimigos de Antônio Conselheiro, tanto que os seguidores do arraial tentaram assassiná-lo pela sua colaboração com as forças do governo⁵⁰. Sendo influente na região do entorno de Canudos, é provável que algum de seus correligionários tenha estado naquele trem que levou as tropas, onde Manoel Benício soube dessa questão. Em suma, a perda do controle sobre os movimentos da população de cor, que serviria como mão de obra em potencial, menos de uma década após a Abolição, contribuiu em demasia para a ojeriza dos proprietários pela influência de Antônio Conselheiro. Eles detestavam as possibilidades que a existência de Canudos abria para o aprofundamento da liberdade dos egressos do cativeiro, bem como aumentava as possibilidades de negociação e de autonomia de toda a população não branca, outrora dependente. Além disso, os poderosos temiam os conselheiristas pela posse de armas, que era uma realidade desde a fundação do arraial, como a indicar a disposição em lutar pelos direitos representados pelo Belo Monte.

José Américo não foi o único dos amigos do barão de Jeremoabo a mencionar – e a reclamar – da presença negra em Canudos. Um deles confessa na epístola em que narra a derrota da terceira expedição, se contrapondo inclusive à versão de que havia intuitos restauradores no Belo Monte:

Quanto aos jornais alegarem que lá existe vulto habilitado para dirigir combate [isto é, que havia conspiradores monarquistas de grande importância no arraial] e que João Abade [um dos principais líderes conselheiristas] é filho de Ilhéus e foi estudante de um liceu e matou a namorada, é completamente inverídico. Lá os vultos que estão desenvolvendo a revolta é o mesmo conselheiro com seus sequazes dentre estes soldados desertores de diversos Estados e *o povo do 13 de maio, que é a*

⁵⁰ Em carta de 04 de abril de 1897 – coincidentemente, três dias depois de uma das missivas de Manoel Benício analisada neste capítulo –, José Américo relatou que teve de fugir da sua propriedade, ameaçado de morte pelos conselheiristas, que atearam fogo a uma das suas fazendas. Ele contou um pouco da tensão ao barão de Jeremoabo: “Estou acomodando minha família para ir até aí e falarmos longamente e seguirei para Alagoinhas e daí lhe aviso, para você mandar duas montadas para Timbó, para chegar até aí. O Arsênio saiu corrido, como eu, deixando a família no Riacho e indo a Vila Nova, onde ali o achei e há três dias que aqui cheguei e tem estado comigo”. Carta de José Américo Camelo de Sousa Velho a Cícero Dantas Martins. Serrinha, 04 de abril de 1897. In: Consuelo N. Sampaio (org.), *Canudos...*, p. 169.

*maior parte; advirto mais, que gente de cor branca poucos lá tem, quanto mais homens que ocupam certa projeção!*⁵¹.

Nessa carta, um habitante do sertão critica as ideias propagadas pelos jornais que flertavam com o jacobinismo, ou seja, que Canudos era explorado e/ou tinha motivações claramente restauradoras. Mesmo no trecho em que trata da minoria branca, o missivista despreza a gente de Antônio Conselheiro, pois ainda que houvesse brancos, o arraial não contava com “homens de projeção”. Esse debate remete à cidadania no pós-abolição: no afã de manter seus privilégios e as hierarquias sociorraciais no novo regime, os fazendeiros e negociantes, em vários casos, ex-senhores, buscavam limitar a cidadania negra. E um desses procedimentos se evidencia no ato de homogeneizar e desqualificar os habitantes de Canudos: eles eram todos “negros” ou, quando brancos, “sem projeção”. Estava em jogo o controle dessas pessoas que migravam para Canudos e rompiam com os padrões de deferência e as hierarquias estabelecidas – ainda que, pelo menos antes da guerra, eles o fizessem sem partir para o conflito aberto. De todo modo, o conflito era latente, visto que uma parte dos conselheiristas andava armada e disposta a defender o seu líder a todo custo.

Em suma, a mera existência do Belo Monte abriu novas reivindicações e possibilidades para os conselheiristas e isso era notado pelos inimigos do arraial.

IV. “Legiões de carigés”?

Além das epístolas citadas, outro amigo do barão de Jeremoabo, o negociante e proprietário Manuel F. Meneses, ao narrar a fuga das tropas do governo na terceira expedição, assim escreveu ao barão: “Só se vendo para bem avaliar a confusão e o temor que de nós se apoderou porque o alferes que veio primeiro, parece-me que mesmo ao entrar na vila, julgava ouvir tropelar atrás de si *legiões de carigés*”⁵². E com ele retomamos ao ponto de partida do capítulo.

Assim como o correspondente do *Jornal de Notícias* havia notado, o comerciante Manuel Meneses também apelidava os conselheiristas de “carigés”. Pelo que vimos até aqui, o uso do termo pelos cidadãos proeminentes, geralmente

⁵¹ Carta de Antero Cerqueira Galo a Cícero Dantas Martins. Tucano, 19 de março de 1897. In: Consuelo N. Sampaio (org.), *Canudos...*, p. 160, grifos meus.

⁵² Carta a Cícero Dantas Martins. Monte Santo, 07 de março de 1897. In: Consuelo N. Sampaio (org.), *Canudos...*, p. 153.

fazendeiros e negociantes, não se referia unicamente aos libertos pelo Treze de Maio. Ao chamar todos os habitantes do Belo Monte por essa alcunha, os eminentes sertanejos buscavam evidenciar a sua condição de não brancos, o que os tornaria, nessa perspectiva, necessariamente inferiores. A figura do célebre abolicionista baiano, tornada apelido, realçava o seu passado escravo, mesmo se longínquo. Quando dirigida aos migrantes de Canudos, a pecha, quiçá, remetia à busca pelo acoitamento, característica de uma vida itinerante, tal como os fugitivos e libertos faziam com Eduardo Carigé.

Como se observa nas cartas ao barão de Jeremoabo, os conflitos entre o povo de Antônio Conselheiro e os proprietários do entorno de Canudos era longo. Além disso, envolvia a tensão racial, agravada após menos de uma década da Abolição. Ainda que o arraial não contasse apenas com pessoas negras, era com base nesse contingente que os inimigos do beato se referiam ao seu séquito. A autonomia e a mobilidade que o Belo Monte facultava às pessoas não brancas, incluindo os ex-escravizados, abalava os padrões tradicionais de dominação. Ao relatar alguns termos do seu diálogo com os negociantes que se deslocavam no mesmo trem que as tropas do governo, Manoel Benício apontou a multiplicidade de tensões que o arraial promovia em sua região.

As suas palavras permitem observar igualmente a diversidade de sentidos que a cidadela assumira no Brasil. Fora da Bahia, especialmente no Rio de Janeiro, a disputa consistia em definir os intuitos dos conselheiristas (monarquistas ou republicanos?). Pelas vilas e povoados sertanejos, a questão principal nada tinha a ver com a *política* no arraial – debate que era, inclusive, zombado pelos notáveis do sertão, como demonstra uma das cartas citada acima. Havia, sim, o intuito de destruir Canudos: menos pela sua ameaça ao novo regime e mais pelos prejuízos imputados aos modelos tradicionais de domínio. Na ansiedade pelo desfecho favorável às tropas do governo, simultânea aos debates sobre a existência de intuitos “políticos” em Canudos, essas questões se perderam aos olhos dos intérpretes posteriores, geralmente sob a influência de Euclides da Cunha.

A racialização dos conselheiristas, que encontramos nas palavras de fazendeiros e comerciantes sertanejos, evidencia que a existência do arraial de Canudos reavivou as tensões raciais do imediato pós-emancipação. E isso aparece mesmo nos textos da imprensa carioca, para a qual os conflitos de uma região longínqua eram muito menos importantes do que as pretensas ameaças ao regime republicano.

Ao evidenciar a população negra na composição do Belo Monte, os fazendeiros e comerciantes, que serviram de fonte para Manoel Benício, apontavam os caminhos que o arraial abriu para a população sertaneja. Depois da sua fundação, até mesmo os mais desvalidos – isto é, as pessoas de cor e, especialmente, os “carigés” – se assenhoreavam de si mesmos e podiam negociar melhores condições de trabalho. Em outras palavras, ao ter a possibilidade de se assentar em Canudos, podiam escolher quando, quanto e para quem trabalhariam. Canudos, ao fim e ao cabo, era um arraial marcado por intensa diversidade de gente. Os escritos veiculados na imprensa contribuem para entrevermos a existência de pessoas de condições no arraial, além, claro, da presença maciça de negros. É muito provável ainda que a porcentagem dos diferentes tipos de indivíduos (brancos, negros, fulas, mestiços, etc.) que existiam em Canudos variou ao longo do tempo. Fato, porém, é que Canudos estava distante do retrato euclidiano, no qual os descendentes de africanos foram invisibilizados. Nos relatos de época (jornais, cartas particulares) era justamente essa parcela da população que estava posta em evidência.

Assim, a grande questão sobre a caracterização racial em Canudos se dava em torno dos sentidos que a presença de gente não branca representava no arraial. Enquanto para parte da imprensa do Rio de Janeiro a presença de negros e seus descendentes em Canudos evocava as lembranças da Guarda Negra e os perigos da restauração da Monarquia, para outros, a exemplo de Manoel Benício, evocava o fanatismo, a irracionalidade – elementos que incapacitavam tal população para o pleno exercício da cidadania e a consciente escolha política. Já para muitos dos proprietários e comerciantes locais, Canudos evocava os temores originários do processo de abolição, isto é, as dificuldades na manutenção da mão de obra nas fazendas e a possibilidade de ruptura das hierarquias e da deferência esperada. Em todas essas representações de Canudos na época, a ênfase na descrição racializada dos seguidores do Conselheiro serviu como elemento que justificava sua completa destruição.

Por fim, destaco ainda que, ao contrário do que as pesquisas baseadas na análise do discurso sugerem, Canudos não foi apenas uma questão fabricada a partir de cima. Os conflitos locais foram decisivos para que o arraial de Antônio Conselheiro se tornasse questão da maior importância – ao menos para os proprietários de fazendas e de casas de comércio da região. Esses homens participaram das expedições, prestando apoio material – alimentos, animais para transporte, guias – às tropas do governo. Fazendeiros e negociantes tentaram mobilizar uma intervenção federal, o que não foi

um processo imediato nem dependeu diretamente de seus desígnios, uma vez que os grupos claramente interessados na destruição do Belo Monte nem sempre gozavam de tanta importância no cenário federal naquele momento. Ainda assim, eles conseguiram cumprir o seu projeto, fomentando um dos maiores conflitos armados da História do Brasil, que culminou no grande massacre que destruiu Canudos, rompendo com as ameaças ao *status quo* naquela terra ignota.

Capítulo II – As relações entre os conselheiristas e as regiões circunvizinhas de Canudos

O empenho dos fazendeiros e negociantes das regiões circunvizinhas de Canudos – em geral, membros da facção política do barão de Jeremoabo – na destruição do arraial indica a profundidade dos conflitos em torno da liderança de Antônio Conselheiro. A tensão era longa. Os primeiros lances ocorreram nos anos 1870, quando o beato foi aprisionado pela primeira vez. Arrastou-se durante a década de 1880, conforme registrado pelas autoridades eclesiásticas, que denunciavam os riscos das multidões guiadas pelo peregrino sobre a ordem e a moral pública – além, claro, das reclamações acerca de suas práticas religiosas, consideradas fetichistas pelos membros da Igreja¹.

Os conflitos se intensificaram após a proclamação da República, atingindo o seu ápice com a fundação do Belo Monte. A racialização dos conselheiristas pelos poderosos da região era apenas uma das dimensões dessa tensão, que tinha ares de explosiva desde 1893, quando Antônio Vicente e seu séquito ocuparam o povoado de Canudos. As tentativas de identificar a multiplicidade de cores e projetos conselheiristas sob o manto da “raça negra” ou, para usar os termos de Wlamyra de Albuquerque, da “raça emancipada”², revelavam que os fazendeiros e negociantes consideravam que as hierarquias sociorraciais estavam sob ameaça. Uma parte de sua estratégia era desqualificar a gente do Conselheiro com base em argumentos racistas. Em suma, o incômodo com a perda do poder tradicional se expressava na racialização dos conselheiristas, mobilizada pelos eminentes da região tanto em suas conversas privadas quanto na imprensa, ainda que de modo não tão frequente, mas não menos evidente.

Neste capítulo, analisarei os conflitos entre o Belo Monte e as regiões circunvizinhas. Em busca de refletir sobre as tensões que o arraial evocava para os seus contemporâneos, escrutinarei as novas reivindicações criadas ou aprofundadas pela cidadela para seus habitantes e/ou pessoas próximas que optaram por não seguir o Conselheiro. A partir de textos publicados no *Jornal do Commercio* ao longo de 1897 e da correspondência passiva do barão de Jeremoabo, demonstrarei como as ações dos

¹ Leandro Aquino Wanderlei, *Conflito no sertão conselheirista: a relação do clero da Arquidiocese da Bahia com Antônio Conselheiro e seus adeptos (1873-1897)*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

² Wlamyra Albuquerque, “A vala comum da ‘raça emancipada’: abolição e racialização no Brasil, breve comentário”. *História Social*, n. 9, 2010, pp. 91-108.

conselheiristas contribuíram para transformar os padrões tradicionais de domínio, o que foi percebido pelos poderosos, que, por sua vez, se movimentaram para destruir Canudos.

I. Medo construído?

Os conflitos de Canudos com as regiões circunvizinhas já foram parcialmente analisados por outros autores. Publicado no início dos anos 2000, um ensaio de Consuelo Novais Sampaio figura entre os mais importantes da historiografia sobre Canudos, ao se orientar por uma perspectiva que impactou os estudos sobre o tema. Baseando-se na correspondência passiva do barão de Jeremoabo, que, apesar de brevemente citadas por autores como José Calasans³ e Robert Levine⁴, era inacessível ao grande público, a historiadora esforçou-se por demonstrar como o processo que culminou na destruição do Belo Monte era produto das lutas entre as facções políticas baianas.

O ensaio de Consuelo N. Sampaio se caracteriza por examinar a influência que a cisão partidária e as brigas entre facções políticas na Bahia do século XIX tiveram nos desdobramentos da questão. A autora centra a sua análise no mundo dos que destruíram o arraial, as camadas dirigentes baianas do fim dos oitocentos, isto é, através de um recorte vertical. Em suma, Sampaio defende que Canudos – ou melhor, a sua destruição – pode ser compreendido apenas a partir das ações das classes dominantes.

Esse recorte vertical se opera na ideia de “medo construído”. Trata-se, portanto, de estabelecer o vínculo entre o medo “patológico” das elites e a manipulação da imagem de Antônio Conselheiro e seu séquito, procedimento central na tarefa de fundamentar a destruição de Canudos. Nesse sentido, a autora defende:

o medo que destruiu Canudos não surgiu das camadas populares nem impeliu o progresso. O medo de Canudos foi um *medo construído* pelos de cima, com o propósito de enfraquecer e mesmo aniquilar forças adversárias, numa cruenta disputa pelo poder político no interior de uma mesma classe social. [...] Quando [o medo] se dissipou, teve um efeito paralisante e mesmo retrógrado. O *status quo* foi preservado e as camadas

³ José Calasans, *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e do Turismo/EGBA, 1997, caps. I e IV.

⁴ Robert Levine, *O sertão prometido: o massacre de Canudos no Nordeste brasileiro, 1893-1897*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

populares da sociedade foram contidas, voltando ao quietismo que lhes havia sido preservado pelas classes dominantes⁵.

Ao definir “medo”, Sampaio diferencia o “medo costumeiro” (das doenças, desastres naturais, etc.) dos outros medos, “elaborados, direcionados, *construídos*, frutos de notícias falsas e de boatos”. Em face dessa forma de temor, segundo a autora, “a reação humana deixa de ser natural e se torna *patológica*. Então, o medo cria bloqueios à razão e conduz a comportamentos aberrantes e suicidas, como os que marcam as últimas fases da Guerra de Canudos”⁶.

Seguindo o recorte vertical, a autora distingue os dois pilares do “medo construído” pelos fazendeiros: no plano nacional, o “fantasma da restauração monárquica”; no âmbito estadual, o “fantasma das fazendas destruídas”. Sampaio nos explica que a escalada do medo, a partir da mobilização desses argumentos, se deu num contexto de encarniçada luta política na Bahia. À facção dominante, encabeçada, dentre outros, por Luiz Vianna – o mesmo que governava o Estado em 1897, ano da guerra –, se opunha o grupo liderado por Cícero Dantas Martins, o barão de Jeremoabo, e José Gonçalves, governador no tempo do marechal Deodoro (1891). Outrora aliados, eles romperam após a cisão partidária de 1893, coincidentemente o mesmo ano da fundação do Belo Monte, o que gerou disputa sobre a autonomia municipal, culminando na duplicata de poderes nas eleições de 1895, quando o grupo do barão de Jeremoabo foi derrotado por decisão federal.

Nesse sentido, Sampaio defende que os acontecimentos em Canudos foram manipulados pelos políticos do círculo do barão de Jeremoabo para atacar a facção rival. Apesar de orientar verticalmente a sua reflexão, Sampaio reconhece, contudo, alguns conflitos ao rés do chão presentes nas cartas ao barão reunidas no volume. Trata-se de questões importantes para a história social de Canudos: a luta dos conselheiristas contra os impostos republicanos, a presença considerável de ex-escravizados libertos pela Abolição, as secas, o êxodo da mão de obra para Canudos e o medo preventivo de invasão das fazendas. Esses temas evidenciam que a relação de Canudos com as suas regiões limítrofes era simultaneamente complexa e conflituosa.

Entretanto, ao optar pelo “recorte vertical”, Consuelo N. Sampaio se manteve na análise do discurso das elites, materializado nas cartas para o barão, sem

⁵ Consuelo Novais Sampaio, “Canudos: a construção do medo”. In: Consuelo N. Sampaio (org.), *Canudos: Cartas para o Barão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 32-33.

⁶ Consuelo Novais Sampaio, “Canudos: a construção do medo”..., p. 34.

explorar as tensões ao rés do chão, que ela mesma tangenciou, cruciais para entender o movimento de Antônio Conselheiro. Além disso, a noção de “medo construído” confere ao processo histórico uma dimensão aparentemente conspiratória, manipulada pelas elites – visão que despoja as classes subalternas de sua agência em face da dominação.

Ora, como vimos no capítulo anterior, os comerciantes e fazendeiros das proximidades de Canudos estavam profundamente incomodados com o desenvolvimento do arraial, que crescia e se mantinha fora da influência dos poderosos e das autoridades locais. Esse incômodo foi expresso de modo racializado, geralmente no âmbito das conversas e correspondências privadas, mas também no espaço público, com menções explícitas até no *Jornal do Commercio*. Mesmo quando publicadas, as queixas não foram suficientes para mobilizar uma imediata intervenção armada contra o Belo Monte – conforme o desejo dos eminentes locais. Aliás, o círculo do barão de Jeremoabo, principal interessado na destruição de Canudos, não gozava de tanta importância no cenário federal nem dominava o Estado naquele tempo. Nessas circunstâncias, era-lhe impossível controlar a ascensão da liderança de Antônio Conselheiro e seus efeitos sobre os padrões tradicionais de domínio. Possivelmente, essa era a principal questão daquele momento.

Nesse sentido, o “recorte vertical” através da noção de “medo construído” não aprofunda algumas questões presentes nas cartas ao barão, tais como o problema da mão de obra, ou mesmo a reconfiguração dos padrões de domínio no pós-abolição. Se o “medo” era necessariamente manipulado pelos de cima, segundo a visão de Sampaio, como entender a amplitude dos conflitos que se desenrolavam naquele momento? Em vez de observar unicamente os desígnios das eminências locais, estaduais ou federais, é importante escrutinar a relação espinhosa do Belo Monte com o seu entorno, que se expressava nas tensões ao rés do chão – parcialmente evocadas por Sampaio. Naquele momento, a situação se encaminhava para opor os seguidores do Conselheiro e as autoridades e poderosos da região, o que atingiu seu apogeu na violência da guerra e nos ataques às fazendas de inimigos do Belo Monte. Em suma, o recorte vertical para a análise de Canudos e do conselheirismo despoja a população rebelde do seu protagonismo, evidenciado pela resistência impressionante durante o período da guerra, mas também pela capacidade de organização durante os anos de existência do Belo Monte.

Na busca por compreender a conflituosa relação do Belo Monte com as regiões circunvizinhas, é necessário nos voltarmos mais uma vez para os relatos de

época a respeito do arraial e de sua gente. As notícias publicadas na imprensa, especialmente quando acompanhadas da leitura a contrapelo das cartas para o barão de Jeremoabo, apontam que a perda de controle sobre a movimentação e o tipo de ocupação exercida pela população sertaneja eram os principais motivos de sua ojeriza por Canudos, associados ao desejo de uma intervenção armada para debelar os seus habitantes. Esse ímpeto destruidor demorou a se concretizar, mas se agravou paulatinamente ao longo dos três primeiros anos de existência do arraial. Certamente, a composição do arraial contribuiu para aguçar a sanha dos poderosos.

II. “Canudos não é nenhum oco de pau de uma só saída”

Fundado em 1893, após o episódio conhecido como Choque de Masseté, o Belo Monte se situava no sertão nordeste da Bahia. Razoavelmente distante da capital, o lugar, também conhecido por Canudos, era mais próximo das fronteiras com Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Essa distância em relação à cidade do Salvador estava na origem de um dos principais discursos repetidos pelos jornais e autoridades militares sobre o arraial: a dificuldade de acesso, que atrapalhava o envio de tropas do governo para o Belo Monte. Nos relatos publicados na imprensa em 1897, por exemplo, esse era um dos aspectos mais evocados pelos observadores, em geral, militares que participaram das expedições, como combatentes ou correspondentes.

Logo no início de sua estadia na Bahia, Manoel Benício descreveu para os leitores o longo caminho a ser percorrido da capital para a zona de Canudos. A estação de trem mais próxima do arraial, segundo ele, se situava em Queimadas. De lá até Canudos, eram “40 léguas a pé e por travessias solitárias e perigosas”. No mesmo texto, o correspondente do *Jornal do Commercio* descreve aos leitores o itinerário. De acordo com a sua descrição, as estradas eram, de fato, aspérrimas, circundadas pela densa caatinga e, em alguns trechos, balda de água. Eis o itinerário planejado pelas tropas:

Não há jagunços nestes cento e tantos quilômetros que temos andado [de Salvador a Queimadas, passando por Alagoinhas]. Saindo de Queimadas, podemos dormir em Serra Branca, que dista sete léguas do ponto que partimos e sete léguas de Monte Santo. Ao todo 14 léguas a pé ou montado, atravessando uma zona carrasqueira (de arvoredos baixos) com água para beber-se. De Monte Santo a Canudos são 26 léguas a pé ou a cavalo pela

estrada de Cumbe. Há mais duas estradas vigiadas pelas forças dos jagunços, pouco frequentadas hoje.

A que vai pela *Serra do Cabais* [sic, Cambaio], conhecida pelo major Febrônio e a *Jeremoabo* por onde vinha o 2º batalhão.

Saímos de *Monte Santo* e vamos bivocar três léguas adiante no acampamento de *Lajinha* onde há água.

O segundo acampamento três léguas adiante de Lajinha é denominado – *Jiboia*.

Toda esta zona é de caatinga (árvore grande).

De *Jiboia* a *Cumbe* são duas léguas: dista portanto o primeiro povoado – Cumbe – de Monte Santo oito léguas.

De *Cumbe* a *Cajazeira*, 3 léguas; deste acampamento a *Serra Branca* 2 léguas. Em este ponto não há água. O exército de Moreira César teve de suspender o acampamento e marchar desde as 4 horas da tarde até às 2 horas do dia seguinte, andando toda a noite, para apanhar água no *Rosário*, distante 8 léguas.

Toda região percorrida desde *Serra Branca* é arenosa e pontuada de restingas.

Do *Rosário* ao rancho do *Vigário* são três léguas e há bastante água. Já estamos na zona perigosa e a vigilância das rondas e sentinelas avançadas é mais cuidadosa.

Do acampamento ao *Angico* uma légua, de *Angico* a *Tapera* uma légua.

De *Tapera* avança-se, sobe-se uma cochilha, um serrote, um morro e do alto do morro vê-se destampar-se embaixo, na distância ex-abrupto de 300 metros uma longa planície aureolada de morros ao longe. Estamos em Canudos.

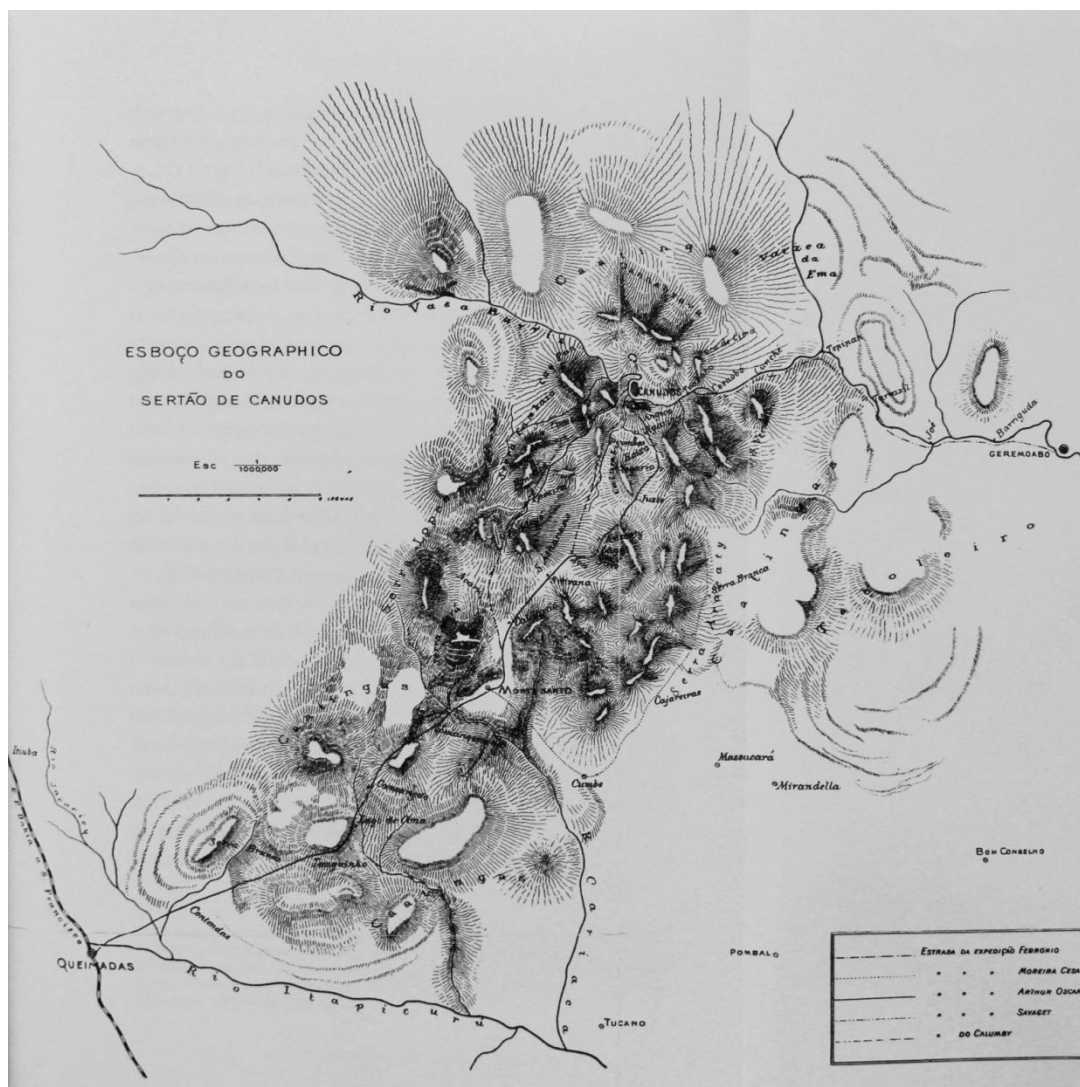
Ora, vê-se por aí que Canudos não é nenhum oco de pau de uma só saída⁷.

Para além da precisão em descrever as paradas e acampamentos ao longo do caminho para o Belo Monte, o texto de Manoel Benício nos demonstra que o arraial se situava numa região próxima de várias estradas que o ligavam a diversos municípios e povoados locais. Isto é, apesar do tom do relato de que Belo Monte estava isolado e distante, especialmente para quem olhava pela perspectiva de Salvador, ou melhor, do Rio de Janeiro, o próprio relato de Benício destaca as várias vias de comunicação da localidade com diversas regiões do interior baiano. No Mapa 1, essa característica se sobressai. Esse esboço geográfico corrobora as palavras do correspondente do *Jornal do Commercio* de que Canudos não era “nenhum oco de pau de uma só saída”. O evento principal de comparação evocado por Benício nesse trecho do relato é a campanha de Itararé, durante a Revolução Federalista – ou seja, Belo Monte tinha diversas saídas, dificultando a ação das tropas de tentar encurralar seus moradores, diferentemente do

⁷ Manoel Benício, “Expedição de Canudos”. Carta da Bahia, 27 de março de 1897. *Jornal do Commercio*, 03 de abril de 1897, p. 1, grifos do autor.

local em que ocorreu a batalha militar no sul do país. Além de banhado pelo rio Vaza-Barris, a cidadela, cercada por morros e serras, se comunicava com o seu entorno por vários trechos transitáveis: a sudoeste, pela travessia do Cambaio, nas imediações da serra homônima; a oeste, pela estrada de Uauá, já próxima do rio; a leste, por Cocorobó e pela estrada de Jeremoabo; a sudeste, pela estrada de Cumbe, que conduzia a Monte Santo.

Mapa 1 - Esboço geográfico do sertão de Canudos⁸



Essas duas características – a abertura Canudos ao exterior e o terreno acidentado, que facilitava a formação de trincheiras naturais – dificultaram as operações das tropas do governo. Tanto foi assim que a estratégia do exército na quarta expedição foi a de cercar Belo Monte, cortando-lhe as rotas de fuga e o recebimento de

⁸ Ambos os mapas reproduzidos nesta dissertação foram extraídos de Euclides da Cunha (Leopoldo M. Bernucci, org.), *Os Sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

mantimentos. Essa tarefa foi morosa, custando mais de dois meses, o que obrigou o deslocamento de grande quantidade de homens, armas e munições para compor as forças do governo⁹. Sendo uma das principais características de Canudos, a ligação por várias direções também estava na origem dos conflitos provocados ou aprofundados pela mera existência da cidadela rebelde naquelas paragens. Então vejamos.

Aos seus habitantes, o arraial oferecia simultaneamente grande proteção – veredas longas e aspérrimas, relevo acidentado, etc. – e comunicação com o exterior. Essa ambivalência era característica fundamental para explicar a própria longevidade da existência de Belo Monte. Apesar da aridez que a sua geografia exalava, a diversidade de estradas na região fomentava a multiplicidade de relações com os povoados e municípios do entorno com Canudos. Sobre essa questão, Manoel Benício nos oferece algumas pistas. No trecho de uma de suas cartas mais célebres ao *Jornal do Commercio*, reproduzida no capítulo anterior, o correspondente afirmava:

Só ultimamente, depois da segunda expedição militar, é que os *jagunços* tem [sic] deixado de aparecer pelas cidades povoadas e fazendas vizinhas. Dantes emigravam magotes de Canudos e iam trabalhar nas fazendas durante dez ou quinze dias, voltando depois ao arraial santo munido de mantimentos. Outros procuravam as cidades e ali vendiam gêneros de indústria que fabricavam em Canudos, constando de cordas de caruá, esteiras, cestos peles etc., e, com o produto destas vendas, forneciam-se de carne de sol, rapadura, e farinha, retomando, ponto de partida¹⁰.

No texto, encontramos o retrato de uma zona profundamente movimentada. Em vez de uma cidade estritamente dedicada a assuntos de ordem religiosa, de “fanáticos”, o correspondente descortinava, através das palavras dos mercadores sertanejos, a multiplicidade de estratégias de sobrevivência dos habitantes do arraial. Os seguidores de Antônio Conselheiro certamente se sentiram atraídos pela localização da

⁹ Um telegrama de jornal *O País* demonstra que as tropas do governo perceberam a importância de algumas rotas para os conselheiristas, que as defendiam de modo aguerrido: “Está tomada, portanto, a estrada do Cambaio. No mesmo dia, às 6 horas da tarde, tomar o rio do Sargento, cujas margens penhascosas cobrem-se de trincheiras naturais e arranjadas, cruzando fogos acima de seu profundo leito. É uma passagem abrigada na extensão de dois quilômetros, na estrada do Calumbi [...]. //Estas duas estradas [Cambaio e Calumbi] comunicavam Canudos com as povoações Bom Conselho, Cumbe, Fortaleza, Tucano, Serra do Lopes e outros celeiros que proporcionavam fartos recursos aos inimigos e que agora estão inutilizados”. “Canudos”, Telegrama da Bahia (transcrito do jornal *O País*), 13 de setembro de 1897. *O Estado de São Paulo*, 15 de setembro de 1897, p. 1.

¹⁰ Manoel Benício, “Expedição de Canudos”. Carta de Alagoinhas, 01 de abril de 1897. *Jornal do Commercio*, 09 de abril de 1897.

cidadela – para além, obviamente, da fé representada pelo beato – e exploravam as possibilidades que se ofereciam a quem decidisse mudar-se inteira ou parcialmente para o Belo Monte. Nesse sentido, vale a pena escrutinar novamente o perfil dos conselheiristas.

Conforme a notícia fornecida por Manoel Benício, percebe-se que, até a segunda expedição, o povo de Antônio Conselheiro frequentava, aos “magotes”, os municípios e fazendas limítrofes. O recorte temporal não é por acaso, pois, a partir da segunda expedição, recrudesceram as investidas do governo, o que demandou maior preparação para os futuros ataques e a suspensão de tudo o que não dissesse respeito ao fornecimento de gêneros e munições.

De todo modo, antes daquela etapa do conflito armado, ou seja, até o fim de janeiro de 1897, os negócios do Belo Monte pareciam seguir a tendência do que noticiava Manoel Benício. Ao relatar a existência dessas atividades em Canudos, os comerciantes apresentaram ao correspondente as ocupações dos conselheiristas. Havia o contingente que trabalhava nas fazendas das zonas limítrofes. É possível que os mercadores também tenham incluído nessa parte os homens que exerciam ofícios – ferreiros, pedreiros, etc. – e atendiam às demandas dos moradores locais, notadamente dos grandes fazendeiros, mas também dos próprios comerciantes. Para além de se referir a esse grupo, a informação mais importante sobre os lavradores diz respeito ao tempo de trabalho e à circulação desses homens: eles se dirigiam às fazendas do entorno para trabalhar por apenas dez ou quinze dias, logo retornando a Canudos, munidos dos gêneros necessários.

A outra parte dos habitantes de Canudos era composta, segundo Benício, por artesãos, que fabricavam seus produtos – esteiras, cestos, cordas, dentre outros – a partir de plantas da caatinga. Assim como os lavradores, os artesãos circulavam muito pelos povoados e municípios da região em busca das feiras para vender as suas obras, retornando após se municiar com itens básicos da sua alimentação, mas que não eram produzidos dentro do Belo Monte – “carne de sol, rapadura e farinha”.

Proferida pelos comerciantes sertanejos, essa descrição das atividades dos conselheiristas introduz algumas das principais questões do momento, as quais os poderosos da região acompanhavam com grande interesse. As fontes de Manoel Benício retrataram os conselheiristas como homens simples, trabalhadores e artesãos sertanejos, que viviam a maior parte do tempo em Canudos, mas que muito se movimentavam pelos municípios, povoados e fazendas para tratar de seus negócios. Obviamente, esse

relato das ocupações do povo de Antônio Conselheiro não esgota as características dos moradores de Belo Monte. Afinal, era a diversidade que definia o arraial, onde imperava a multiplicidade de interesses, negócios e perfis. Havia mercadores prósperos, que davam grande apoio financeiro e ocupavam posições de destaque na cidadela, como Antônio Vilanova e Joaquim Macambira.

Se os habitantes de Canudos muito circulavam pelo entorno para comerciar e/ou trabalhar nas fazendas da região, também é verdade que o arraial era aberto aos visitantes que passavam pela cidadela para vender os seus produtos. Esses movimentos foram documentados no *Jornal do Commercio* durante 1897. Em uma de suas cartas, Manoel Benício narra o diálogo que tivera com um comerciante de Cumbe, Manoel Pequeno. No texto, o negociante afirma ter conhecido o assassino do coronel Moreira César, chefe da terceira expedição. O militar teria perguntado ao homem se era conselheirista. Seu futuro algoz lhe disse que não, apesar de conhecer o peregrino, bem como o Belo Monte (de onde vinha, antes de ser preso) e sua gente, pois era negociante de fumo por aquelas bandas. O coronel lhe incumbiu de ir até Canudos ver se o Conselheiro tinha trincheiras e outras coisas e voltar para lhe informar. Após isso, Moreira César deu-lhe mais de quatro mil réis e ele seguiu para o Belo Monte¹¹.

Ora, o homem que teria matado Moreira César, feito prisioneiro pelas tropas que invadiam os sertões, clamava não ser morador do Belo Monte. Obviamente, é possível que esse depoimento se tratasse de uma estratégia do conselheirista para não se complicar ante os militares. De todo modo, ele foi pego em circulação, justificada pelos negócios que ele travava com os habitantes de Canudos – no caso, o comércio de fumo. Ademais, a conversa indica que a circulação de gente pelo Belo Monte, característica fundamental na configuração do povoado, também foi explorada pelas tropas do governo para obter informações sobre os conselheiristas.

O destino do algoz de Moreira César parece ter sido semelhante a outro caso relatado na mesma edição do *Jornal do Commercio* em que se publicou o texto de Manoel Benício. Tratava-se da transcrição de uma notícia originalmente publicada no jornal baiano *Correio de Notícias*. A matéria do texto é a prisão de Luiz, um “indivíduo conselheirista”, na vila de Bom Conselho, na Bahia, e sua condução para Sergipe, de onde o delegado de polícia de Simão Dias o enviou ao chefe de polícia de Aracaju – sem especificar por que ele fora remetido ao Estado vizinho. O interesse pelo homem

¹¹ Manoel Benício, “Expedição de Canudos”. Carta de Queimadas, 12 de abril de 1897. *Jornal do Commercio*, 22 de abril de 1897, p. 1.

decorria do seu conhecimento sobre os fatos de Canudos, lugar que ele frequentava assiduamente. Com efeito, a notícia dá várias pistas de que Luiz circulava muito pela região, com intenso trânsito pelo Belo Monte:

Este indivíduo residia na Barriguda, distante de Canudos três léguas; diz não pertencer à gente do Conselheiro, e que a nenhum encontro assistiu; mas sabe que no encontro de Auá [sic] morreram setenta e tantas pessoas, e no Cambaio muitas, não sabendo o número; do último nada sabe porque estava trabalhando em Cocoroba [sic].

Não é improvável que Luiz residisse por alguns dias no arraial e trabalhasse nas fazendas do entorno durante um tempo, em conformidade como padrão indicado Manoel Benício no texto citado mais acima. Ele pode ter omitido a sua residência no Belo Monte para não complicar a si mesmo nem aos seus outros conhecidos que lá moravam. Ainda segundo a notícia, Luiz esteve em Canudos depois do último encontro, no domingo da mesma semana, em provável referência à terceira expedição, o que lhe permitiu dar diversas informações, notadamente sobre a preparação e as estratégias de combate dos conselheiristas, mas também acerca da confortável situação financeira do arraial. Ao fim da notícia, ainda descobrimos “que logo depois do último encontro o Conselheiro dispersou o povo em busca de mantimentos tendo ido muitos do município do Bom Conselho, de Jeremoabo, de Monte Santo e do Cumbe”¹². Sabendo que o combate se tornaria mais renhido, os conselheiristas saíram em busca de mantimentos que pudessem ser armazenados. De outro lado, isso significaria que a ampla circulação dos habitantes de Canudos pelos municípios e povoados limítrofes seria interrompida, conforme indicam os negociantes que dialogaram com Manoel Benício no trem.

As palavras de Luiz são importantes, pois revelam duas das principais dimensões de Belo Monte, quando de sua existência: de um lado, a ampla circulação de gente do arraial para as regiões vizinhas e vice-versa; de outro, a intensa cooperação dos habitantes da cidadela com pessoas de fora, especialmente quando tinham que tratar de seus negócios. Essa cooperação foi igualmente retratada por Manoel Benício, mais especificamente na carta escrita a partir do diálogo entre o correspondente do *Jornal do Commercio* e o negociante de Cumbe.

Após derrotar os militares da terceira expedição e persegui-los durante a sua fuga, os conselheiristas passaram o dia inteiro em Cumbe, no encalço de algum soldado

¹² “Antônio Conselheiro”. *Jornal do Commercio*, 22 de abril de 1897, p. 2.

ou oficial retardatário. Nesse contexto, um compadre de Manoel Pequeno avisou a Manoel Gangorra, chefe do grupo de conselheiristas, que vira cinco soldados pela estrada, sendo eles acolhidos pelo negociante, que, por sua vez, os escondera na casa em que estava sua mulher. Depois disso, momentos de grande tensão para o colaborador das forças do governo:

Os cabras ficaram ainda mais quatro dias em Cumbe. Tocaram fogo nos dois armazéns de gêneros do governo, sem mais nada aproveitar, além das balas e pólvoras. Um tal Lalau por que [sic] me viu levando comida para os soldados escondidos desconfiou e contou ao Gangorra.

Deus me defenda, mas no dia em que aquele desgraçado passar na distância de um tiro, largo-lhe fogo, sem dó nem piedade. Porque o Lalau era até meu vizinho e não devia obrar de maneira tão incapaz.

Deus me ajude que ainda volte a Cumbe e havemos de nos topar um com o outro¹³.

Temos aqui o conflito entre duas tendências: de um lado, um comerciante em prejuízo por causa do afluxo para o Belo Monte e que toma partido pelas tropas do governo com o intuito de destruir o arraial; de outro, um homem, Lalau, que colabora com os conselheiristas, alguns deles talvez seus conhecidos, com quem provavelmente negociava e compartilhava do ódio pelo massacre que o governo queria perpetrar na região.

As fontes analisadas até aqui demonstram que Canudos não era uma comunidade fechada, como se poderia supor a partir da caracterização do arraial enquanto o lugar de uma seita religiosa messiânica/milenarista. Na verdade, o arraial era aberto a novos moradores, visitantes, peregrinos ou parentes das pessoas que se mudaram para o povoado, o que era de conhecimento dos moradores da região. A circulação dos conselheiristas pelos municípios e povoados limítrofes era viabilizada por intensos laços de cooperação: seja através do parentesco, da lealdade ao Conselheiro ou mesmo da possibilidade de ganho, uma vez que os conselheiristas movimentavam o comércio da região, sendo vantajoso manter-se em boas relações com o séquito do peregrino.

Os relatos baseados no diálogo com os comerciantes sertanejos também demonstram que Canudos era marcado por grande diversidade de negócios – visto que

¹³ Manoel Benício, “Expedição de Canudos”. Carta de Queimadas, 12 de abril de 1897. *Jornal do Commercio*, 22 de abril de 1897, p. 1.

coabitavam trabalhadores das lavouras, homens de ofício (ferreiros, pedreiros, etc.) e artesãos encarregados de vender seus produtos nas feiras locais. Esse retrato parece corroborar a célebre frase de Honório Vilanova:

Grande era a Canudos do meu tempo. Quem tinha roça tratava de roça. Quem tinha gado tratava de gado. Quem tinha mulher e filhos tratava da mulher e dos filhos. *Quem gostava de reza ia rezar*. De tudo se tratava porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino¹⁴.

O irmão de Honório Vilanova, o célebre negociante Antônio Vilanova, seguiu um caminho semelhante aos conselheiristas que, ainda no tempo da guerra, circulavam entre o Belo Monte e as zonas limítrofes. Antes de se assentar em Canudos, Antônio Vilanova, que viera para Bahia fugindo da seca de 1888, era comerciante em Vila Nova da Rainha, após mascatear pelos sertões do Piauí à Bahia. Homem de confiança do Conselheiro, ele levava suas mercadorias para negociar durante as peregrinações do beato e, posteriormente, se tornou um dos principais fornecedores de Canudos. Sua ida para o arraial se deu a convite do próprio Conselheiro. No Belo Monte, sua vida prosperou, visto que ele se tornou um homem abastado e, no tempo da guerra, uma das principais lideranças militares ao lado do peregrino¹⁵.

Apesar de sua visão pouco lisonjeira acerca de Canudos, Euclides da Cunha também registrou a diversidade de atividades no arraial de Antônio Conselheiro. Na conversa com Agostinho, adolescente aprisionado pelas tropas do governo, o correspondente de *O Estado de São Paulo* anotou:

Indaguei sobre a natureza dos trabalhos agrícolas –, rudimentares, quase nulos. O trabalho sob a sua forma mais generalizada consiste em *ganhar* em Monte Santo, Jeremoabo e outras povoações circunjacentes. A criação mais numerosa é a de bodes, em número quase incalculável, enchendo, em torno, os plainos dilatados das chapadas, quase sem donos, sem trato, ariscos, retrogadando [*sic*] pelo abandono no estado selvagem primitivo¹⁶.

¹⁴ Nertan Macedo. *Memorial de Vilanova*. Rio de Janeiro: Renes; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983, p. 66.

¹⁵ Sobre a trajetória de Antônio Vilanova e sua família, cf. Nertan Macedo. *Memorial de Vilanova...*, caps. 1, 2 e 3.

¹⁶ Euclides da Cunha, “Canudos – (Diário de uma expedição)”. Bahia, 19 de agosto de 1897. *O Estado de São Paulo*, 27 de agosto de 1897, p. 1.

A partir do relato de Agostinho, Euclides da Cunha revela que Canudos facultava a numerosa criação de bodes. Certamente, essa possibilidade era atraente aos conselheiristas, visto que esses animais serviam para alimentar a grande quantidade de moradores e visitantes. Ademais, havendo tantos artesões em Belo Monte, talvez se aproveitasse o couro do bode para o fabrico de produtos que seriam vendidos nas feiras da região.

Quanto às atividades agrícolas, o apontamento de Euclides da Cunha na citação acima é controverso. Em outros relatos coetâneos, há indicações de que a área de Canudos se caracterizava pela fertilidade, que se sobressaía em face da aridez do seu entorno¹⁷. Possivelmente, essa fecundidade derivava da proximidade com o rio Vaza-Barris. O próprio Euclides, em carta escrita durante a sua estadia em Monte Santo, pouco antes de seguir de fato para o sítio da guerra, afirma:

Imaginem que, enquanto o exército lhes ocupa grande parte de casas e os fulmina quotidianamente, num bombardeio incessante, os fanáticos distribuem de um modo notável a atividade, revezando-se, da linha de fogo para o campo onde cultivam mandiocas, feijão e milho!
Fazem *roças* que devem ser colhidas no ano vindouro!¹⁸

As fontes de Euclides da Cunha para obter essas informações foram os combatentes que estavam em Canudos havia meses, deslocados para Monte Santo, uma das bases de operação, por motivo de ferimento. Em setembro de 1897, o desenlace da guerra permanecia indeterminado. Por causa da morosidade da luta, cresciam as preocupações em São Paulo e no Rio de Janeiro. Euclides tinha o intuito de transmitir essa indecisão na carta, mobilizando o “fanatismo” dos conselheiristas, causa de combates renhidos e de grandes perdas para o exército. Apesar desse objetivo, a menção

¹⁷ Frei João Evangelista do Monte Marciano, que estivera no arraial em 1895 assim descreve a geografia de Canudos, evidenciando uma região muito propícia à criação e ao cultivo das roças: “A fazenda Canudos dista duas léguas do Riacho das Pedras, no lado oposto à serra geral. A uma légua de distância o terreno é inculto, porém ótimo para a criação miúda, principalmente nas cheias do rio Vaza-Barris. //Um quilômetro adiante descobre-se uma vasta planície muito fértil, regada pelo rio, na baixa de um monte, de cuja eminência já se avistam a casa antiga da fazenda Canudos, a capela edificada por *Antônio Conselheiro*, e as misérrimas habitações dos seus fanatizados discípulos. //Passado o rio, logo se encontram essas casinhas toscas, construídas de barro e cobertas de palha, de porta, sem janela, e não arruadas”. “Relatório apresentado pelo Rvm. Frei João Evangelista de Monte Marciano ao Arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial de Canudos” (1895). “Antônio Conselheiro”. *Jornal do Commercio*, 14 de fevereiro de 1897, p. 2.

¹⁸ Euclides da Cunha, “Canudos – (Diário de uma expedição)”. Monte Santo, 06 de setembro de 1897. *O Estado de São Paulo*, 22 de setembro de 1897, p. 1.

à fertilidade do terreno e à dedicação dos soldados do Belo Monte às suas roças em meio às balas não deixa de ser plausível.

Agostinho ainda apontou ao inquisidor que muitos conselheiristas *ganhavam* nos municípios e povoados vizinhos. Em outras palavras, o conselheirista evidencia que os moradores de Belo Monte aliavam as suas moradias no arraial com as atividades nas regiões adjacentes. O seu relato se assemelha ao que Manoel Benício tinha registrado em abril de 1897: que a gente do Conselheiro trabalhava por 10 ou 15 dias de nas imediações, se municiaava dos gêneros necessários e, enfim, retornava para o arraial. Essa conjuntura era muito atraente aos que decidiam habitar em Canudos, uma vez que permitia grande autonomia de movimentos, além do controle sobre o tempo de trabalho.

Em suma, imperava em Canudos a diversidade de negócios e a circulação de pessoas. Essa característica foi abordada em estudos recentes sobre o tema. David Bartelt, para demonstrar que o arraial não era uma comunidade fechada, qual uma seita hermética, evidencia essa variedade de motivos no povoado sertanejo. O historiador alemão aponta as muitas possibilidades que se abriam àqueles que decidiam viver em Canudos¹⁹. Para Bartelt, o aspecto principal de atração de Canudos era, além das múltiplas oportunidades, a chance de manter o contato com o exterior. Afinal, a cidadela era uma comunidade aberta:

Mas a decisão de ir com toda a família para Canudos nem sempre significava perder o contato com a vida anterior, como sugeria o *tópos* vigente, segundo o qual “as pessoas vendiam ou doavam todos os seus pertences se seguiam o Conselheiro”. Analisando a situação das mulheres presas, o Comitê Patriótico chegou à seguinte conclusão: “muitas reservaram bens de que esperavam viver depois das lutas, como verificamos, e outras, sempre apreensivas do futuro, partiam para ali deixando seus bens sob a administração de parentes e amigos [...] Segundo nos afirmaram muitos oficiais, a maior parte dos papéis encontrados em Canudos eram escrituras de compra de casa e terras” (Piedade, 1901, p. xi)²⁰.

¹⁹ “Os imigrantes eram, em sua maioria, famílias de pequenos agricultores sem terra. Canudos lhes oferecia uma alternativa social abrangente. A motivação dessas pessoas talvez possa ser esboçada da seguinte maneira: escapavam da dependência do coronelismo e aderiam a um movimento grande, com a perspectiva de conseguir uma posição econômica não inferior à anterior, talvez até um pouco melhor. Os velhos e debilitados, por exemplo, podiam esperar por uma assistência material modesta, além da isenção de impostos e tributos. A proximidade do rio garantia o abastecimento de água. A comunidade era bem organizada e capaz de se defender”. Dawid Danilo Bartelt. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 77.

²⁰ David Danilo Bartelt. *Sertão, República e Nação...*, p. 78.

Esse argumento de Bartelt, porém, contrasta com a sua descrição da relação dos moradores de Belo Monte com os membros das elites locais. Conforme vimos no capítulo anterior, o historiador alemão defende que a abertura e a circulação das gentes de Canudos pelo entorno era a expressão do seguinte movimento: as relações dos conselheiristas com a sua vida pregressa à migração se mantinham intactas, inclusive as relações de dependência com os poderosos. Nesse sentido, surge o questionamento: se tudo permanecera igual, por que os fazendeiros e comerciantes da região temiam os conselheiristas e desejavam destruir a experiência do Belo Monte?

III. A circulação dos conselheiristas como problema

Antes de prosseguir na análise dos conflitos que a mera existência de Canudos engendrou naquela região, escrutinemos os sentidos assumidos pela ambivalência que caracterizava o arraial – isto é, a grande proteção oferecida aos seus habitantes pela geografia local e a existência de estradas que possibilitavam a circulação por todas as direções. A maneira a partir da qual os fazendeiros e negociantes lidaram com essas características indica alguns dos elementos da tensão gerada ao longo dos anos entre esses proprietários (terra e comércio) e os moradores de Canudos. O ódio que fermentou entre os poderosos era uma resposta aos sentidos que o arraial de Antônio Conselheiro assumia para os que decidiam habitar no Belo Monte.

As fontes debatidas no subitem anterior nos possibilitam observar que o arraial de Antônio Conselheiro oferecia grande autonomia de circulação aos seus habitantes. Desde que as famílias seguissem a moral religiosa pregada pelo beato²¹, a vida no Belo Monte parecia muito atraente para os artesãos e lavradores que lá se assentaram. Além da exaltação de uma vida coletiva baseada em princípios comuns – o que não anulava a diversidade dos negócios e das gentes, conforme aludido por Honório Vilanova –, era possível ter em Canudos moradia e proteção, sem precisar cortar os seus laços com o exterior. Nesse sentido, os conselheiristas podiam controlar o seu tempo de trabalho fora do arraial – segundo os comerciantes interlocutores de Manoel Benício, por dez ou quinze dias – ou mesmo decidir trabalhar por si mesmos, fabricando seus próprios produtos a fim de vendê-los ou trocá-los nas feiras da região para se municiar

²¹ Pedro Lima Vasconcellos. *Arqueologia de um monumento: os apontamentos de Antonio Conselheiro*. São Paulo: É Realizações, 2017.

dos gêneros necessários. Essas várias opções também estavam intrinsecamente ligadas à geografia do arraial.

Os sentidos das possibilidades que se ofereciam aos que decidiam seguir o Conselheiro se tornam mais claros quando consideramos as transformações em curso naquela região desde a metade do século XIX. Em minucioso estudo das fontes acerca do cotidiano sertanejo, Monica Dantas analisa os impactos das grandes transformações dos oitocentos sobre as vizinhanças de Canudos, mais especificamente sobre a comarca de Itapicuru, uma das mais importantes e diversificadas daquele território. Atenta ao perfil dos moradores locais, bem como aos interesses de fazendeiros, escravizados e pessoas livres, a autora escrutina o “horizonte descendente” da situação socioeconômica das camadas menos abastadas, resultado da concentração de terras e da propriedade escrava. De um lado, esse processo derivava da abolição do tráfico internacional, que aprofundou o afluxo de escravizados para as fazendas de café de São Paulo e do Rio de Janeiro, tornando a propriedade de humanos um privilégio dos mais abastados, especialmente nos sertões brasileiros, onde escasseavam os grandes empreendimentos agrícolas. De outro lado, a Lei de Terras fomentou esse processo de concentração de propriedade, aumentando as desigualdades no interior país.

Segundo Dantas, a maioria da população dos termos de Itapicuru era composta por lavradores, que recorriam às estratégias de apossamento do território em áreas comuns – ou então dependiam das terras dos grandes proprietários, uma alternativa que esses homens livres pobres tentavam evitar, como demonstra a autora, ao citar a construção de várias formas de laços horizontais. Com a seca de 1888, essas estratégias com vistas a assegurar a autonomia, ainda mais desejada com a Abolição, foram prejudicadas, o que culminou no aumento da dependência em relação aos donos das terras²².

Diante desse processo, torna-se plausível a importância que Belo Monte assumiu para os sertanejos, especialmente para os que viviam de lavoura. O arraial de Antônio Conselheiro lhes facultava aliar a autonomia de movimentos à possibilidade de escolha sobre os tipos de trabalho a realizar e por quanto tempo o fariam. Os conselheiristas podiam, como sugeriu Manoel Benício na carta transcrita no subitem anterior, trabalhar um tempo fora de Canudos e passar a outra parte dentro da cidadela,

²² Monica Duarte Dantas. *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)*. São Paulo: Editora Hucitec; FAPESP, 2007.

talvez lidando com as suas próprias roças ou contribuindo para o funcionamento do arraial.

O crescimento de Canudos era acompanhado com muita avidez pelos fazendeiros da região, tornando-se tema recorrente na correspondência passiva do barão de Jeremoabo daquele tempo. Através desses registros, é possível compreender alguns trajetos dos migrantes rumo a Canudos. Além disso, as palavras dos fazendeiros nos revelam os sentidos atribuídos pelas elites locais ao arraial, o que nos permite compreender a sua atenção à liderança do beato em outros termos que não a ideia de “medo construído”.

Ainda no início de 1894, pouco mais de seis meses após a fundação do Belo Monte, o intendente de Tucano informou ao barão: “Seguiu daqui e destas imediações esta semana para o Conselheiro umas 16 a 20 famílias, é um horror!!...”.²³ Um mês depois, outro amigo do líder político local noticiava:

O Antônio Conselheiro continua a ser o motivo da saída de muita gente daqui, e outros pontos, que ameaça ficarão [sic] despovoados. O êxodo agora de nossa gente é grande e o Governador não pode agora tomar providências, que são urgentes.

Compreendo que, quando a miséria, que já começa a manifestar-se em Canudos, tomar proporções maiores, os roubos e assassinatos serão a consequência do pouco caso com que se olha para os primeiros atos daqueles monomaniacos. Quem for fazendeiro nas proximidades de *Belo Monte* (assim se chamam hoje os Canudos) há de pagar o descuido e a negligência dos que nos governam²⁴.

Notícias semelhantes, enviadas de vários municípios e povoados, aparecem nas cartas ao barão até o início de 1896, indicação de que o êxodo para Canudos ocorreu de modo mais ou menos ininterrupto até então – ou mesmo até 1897, ano da guerra, quando muitos homens devem ter acorrido para a cidadela a fim de combater nas trincheiras do Conselheiro. De todo modo, alguns dos principais conflitos entre o Belo Monte e seu entorno foram tangenciados na carta transcrita acima. Em primeiro lugar, Aristides Lobo expressa a sua perplexidade em face da intensa migração, tão forte que

²³ Carta de Marcelino Pereira de Miranda a Cícero Dantas Martins. Tucano, 12 de janeiro de 1894. In: Consuelo N. Sampaio (org.), *Canudos...*, p. 90.

²⁴ Carta de Aristides da Costa Borges a Cícero Dantas Martins. Vitória [nome da fazenda, sem indicações do município a que pertencia], 09 de fevereiro de 1894. In: Consuelo N. Sampaio (org.), *Canudos...*, p. 94.

estava prestes a despovoar “vários pontos”. A palavra utilizada para designar os retirantes não é sem interesse: o amigo do barão afirma que o êxodo de *nossa gente* era grande, que merecia providências urgentes da parte do governador – que era da facção rival ao círculo de Cícero Dantas Martins, para o azar do missivista.

De todo modo, Aristides aponta, ao fim da carta, que a migração desenfreada engendraria grande miséria, bem como roubos e assassinatos contra os fazendeiros. A sua visão sugere, portanto, que a existência de Belo Monte culminaria na generalização da violência na região, ameaçando diretamente as suas propriedades. Essas violências só vieram a ocorrer em 1897, três anos após a missiva de Aristides, quando os ataques às fazendas e as ameaças de morte passaram a figurar como estratégia dos conselheiristas para punir colaboradores do governo. Apesar da demora, parece evidente que os fazendeiros não buscavam apenas “construir o medo” como ferramenta de intervenção nas lutas políticas locais. Ao contrário, eles percebiam a existência de uma situação explosiva, manifesta na dissonância entre os projetos dos conselheiristas e o poder tradicional das elites locais.

Mais do que a “construção do medo”, a expressão de Aristides Lobo para designar a população local – “*nossa gente*” – e os seus temores revelam outra concepção sobre o crescimento de Canudos. De um lado, o fazendeiro reconhecia que o arraial era, de fato, uma comunidade aberta. Ora, o Conselheiro estava pronto para abrigar a todos que chegassem a seu Belo Monte, mesmo sendo muitos os novos habitantes, independentemente de sua origem, que remontava a vários municípios e povoados da região. Esses terrenos incluíam tanto os mais comumente visitados pelo beato, a exemplo de Inhambupe, Jeremoabo, Coité, Soure, Itapicuru, Monte Santo, Cumbe, Alagoinhas e Tucano, como ainda as regiões mais próximas do litoral, Entre Rios ou municípios de Sergipe, no caso de Itabaianinha²⁵. Algumas dessas localidades estão representadas no mapa abaixo:

²⁵ A lista de pessoas auxiliadas pelo Comitê Patriótico da Bahia reforça a diversidade das origens dos conselheiristas. Isso realça a força do projeto representado pelo Belo Monte, assim como a influência construída por Antônio Conselheiro durante as suas andanças entre as décadas de 1870 e 1890. Cf. Lélis Piedade [Antônio Olavo, org.], *Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897-1901*. Salvador: Portifolium, 2002, p. 225-233.

lentamente, pelas estradas. Teve, este fato, muitas testemunhas que aqui estão, contestes.

Sob uma atração irresistível famílias inteiras mudaram-se para Canudos que cresceu bruscamente em poucos meses, por que a edificação rudimentar permitia que a multidão sem lar fizesse uma média de doze casas por dia.

O fato é assombroso mas acordam, expondo-o, todos os informantes. Não é de espantar a ninguém a resistência espantosa desdobrada²⁶.

Na visão dos fazendeiros, o fluxo constante de gente para Canudos, igualmente relatado pelos velhos habitantes de Queimadas a Euclides da Cunha, era um problema, que demandava medidas urgentes, sobre as quais apenas o governador era capaz de agir categoricamente. Mas onde residia propriamente esse problema? Ou melhor, por que eles eram tão contrários à migração que exigiam tanto a destruição do Belo Monte?

O termo “*nossa gente*” oferece algumas pistas para responder a esses questionamentos. Ao referir-se aos migrantes com um pronome possessivo, no mesmo trecho em que demonstra o incômodo com a ameaça de despovoamento do local, Aristides revela o seu mal-estar com a perda do controle sobre a população local. No caso da carta do fazendeiro, o principal problema era justamente a circulação dos conselheiristas, que geravam outros incômodos, elucidativos do modo como o Belo Monte desestabilizou as relações de dominação na região.

Como a racialização analisada no capítulo I, as queixas dos fazendeiros locais revelam as fraturas do pós-abolição no sertão baiano. Se a principal luta dos grandes proprietários se orientava para controlar não somente a população liberta pelo Treze de Maio como também toda a população de cor, que buscava se afastar dos estigmas raciais, a fundação de Belo Monte precarizou os intuítos dos poderosos. Afinal, o projeto de viver em Canudos era muito atrativo, uma vez que era possível aliar diversas atividades, controlar o tempo de trabalho e, enfim, aprofundar a liberdade conquistada com a abolição do cativeiro. Comentando o caso maranhense, Matheus Gato observa que, se a Lei Áurea foi um aporte político importante para a organização da vida individual e coletiva dos libertos, os ex-senhores tentaram perpetuar a sujeição mesmo após o fim do cativeiro. De acordo com o sociólogo, a conjuntura do Maranhão – marcada pela presença significativa de terras disponíveis para a agricultura de

²⁶ Euclides da Cunha, “Canudos – Diário de uma expedição”. Queimadas, 01 de setembro de 1897. *O Estado de São Paulo*, 09 de setembro de 1897, p. 1.

subsistência, além das longas faixas territoriais de complicado acesso – dificultava o controle dos libertos e da população livre não branca²⁷. No caso baiano, a experiência de Canudos foi crucial para a afirmação dos direitos desse contingente, ao passo que inviabilizou as formas tradicionais de domínio, tema das queixas ao barão de Jeremoabo.

O fato de Canudos ser uma comunidade aberta evidenciava a vulnerabilidade dos fazendeiros da região, outrora tão poderosos no afã de impor a sua vontade. Eles perderam o controle sobre as famílias tornadas conselheiristas, que, além de buscar a autonomia, eram rebeldes na tentativa de defendê-la. Assim como o Belo Monte era aberto ao vaivém de gente e de mercadorias, o arraial contava com várias trilhas que poderiam levar os conselheiristas mais exaltados a atacar os seus inimigos fazendeiros. Em suma, mais do que a busca pela “construção do medo”, os proprietários do entorno desabafavam sobre a sua desdita momentânea e sabiam da disposição dos conselheiristas para combater qualquer ameaça contra o peregrino ou contra a livre circulação. Aliás, a primeira expedição, capitaneada pela polícia baiana, se originou nas denúncias de que os conselheiristas invadiriam Juazeiro para cobrar pela madeira paga e não entregue. Os seus movimentos eram vigiados pelas autoridades por causa da presença de gente armada entre os seguidores do peregrino, mas apenas em 1896 os clamores originaram uma tentativa concreta de debelar o arraial de Canudos.

A retórica do desrespeito às autoridades era frequentemente mobilizada pelos inimigos de Antônio Conselheiro para designar os ajuntamentos promovidos pelo beato. Após a fundação do Belo Monte, era constante o temor de que o peregrino fosse assassinado, conforme o plano que originara o choque de Masseté (1893). Desse modo, a presença de homens armados entre os conselheiristas era prenúncio de uma tragédia, ao menos do ponto de vista dos proprietários. Em carta enviada ao barão de Jeremoabo, fica evidente a tensão em torno posse de armas:

Ontem fomos surpreendidos com a aparição de dezessete sicários de Antônio Conselheiro, armados até os dentes; demoraram um pouco e seguiram para os lados daí; aqui chegando, soube terem dormido na Várzea Salgada, onde moram meus sobrinhos.

²⁷ Matheus Gato, *O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889)*. São Paulo: Perspectiva, 2020, cap. II.

[...] Principiam as correrias, em breve os roubos e desrespeito às autoridades, e como repelir-se!!! com só uma praça que se tem no Pombal²⁸.

Por sua vez, os habitantes de Canudos reconheciam os intuitos das autoridades e poderosos da região – o fim do arraial – de modo que eles se preparavam para um eventual embate armado. Aos poderosos, a situação era tensa, pois não havia meios de conter a circulação dos conselheiristas, tampouco a sua rebeldia, evidente em seus movimentos portando armas, como que ameaçando os possíveis inimigos de Antônio Conselheiro e de sua cidadela.

Vendo-se sem meios para organizar uma intervenção armada de grande porte, o círculo de amigos do barão de Jeremoabo sabia da importância da ajuda federal na repressão, a fim de mandar todos os seus habitantes de volta para as suas casas, retomando as hierarquias sociorraciais. O reconhecimento da conjuntura desfavorável foi objeto de várias queixas veiculadas na imprensa ao longo de 1897. Logo na primeira semana do ano, transcreveu-se um texto do baiano *Jornal de Notícias*, que dizia:

A população da vila do Pombal acha-se profundamente assustada com as ameaças aterradoras de Antônio Conselheiro e sua gente.

Por comunicação de Jeremoabo, sabe-se que aquela localidade acha-se em agitação, pela presença de grupos dispersos vindos de Canudos, os quais na passagem dão saque por todos os lugares²⁹.

Essa situação se tornou ainda mais dramática após a terceira expedição, quando alguns proprietários sertanejos forneceram guias e mantimentos para as tropas do governo. A partir de então, os conselheiristas atacaram esses inimigos, ameaçando-os de morte e destruindo as suas propriedades. Em maio de 1897, o *Jornal do Commercio* transcreveu outra informação nesse sentido, do jornal de Feira de Santana, *O Propulsor*:

Notícias trazidas por alguns boiadeiros vindo de Acará, lugar distante de Monte Santo, quatro léguas, e 20 de Canudos, dão a conhecer que as hordas do *Conselheiro* exterminaram as fazendas *Salobro*, pertencente ao coronel Macário Joaquim da Silva Lima, e *Penedo*, de Antônio Rodrigues, administrador do

²⁸ Carta de Antônio Ferreira de Brito a Cícero Dantas Martins. Ribeira do Pombal, 10 de fevereiro de 1894. In: Consuelo N. Sampaio (org.), *Canudos...*, p. 95.

²⁹ “Bahia”. *Jornal do Commercio*, 06 de janeiro de 1897, p. 1.

mesmo coronel. Ambas estas fazendas distam seis léguas apenas de Canudos e criam gado bovino e lanígero.

A turba malta dos fanáticos prometia liquidar pouco a pouco outras fazendas, conforme as ordens e precisões do faquir³⁰.

O texto não traz menções à possível colaboração dos homens que tiveram suas fazendas destruídas e as tropas do governo. No entanto, é muito provável que esse concurso tenha ocorrido. Ora, tratava-se de um coronel e seu administrador, que criavam gado nas proximidades de Canudos. Possivelmente, parte da sua grei foi destinada a alimentar as tropas ou a transportar seus mantimentos, o que teria provocado a ira dos habitantes de Canudos. É difícil precisar a veracidade dessas notícias, especialmente quando consideramos o empenho dos fazendeiros em construir a imagem dos conselheiristas salteadores, bandidos. Em suma, muito além da retórica dos fazendeiros para criminalizar os conselheiristas através da “construção do medo”, era notório o recrudescimento da rebeldia dos moradores do Belo Monte com o avançar da guerra. Uma insubordinação crescente desde a fundação do arraial, rompendo os mecanismos tradicionais de negociação com os proprietários, pois os conselheiristas estavam armados e sabiam combater.

Nos dois textos acima, os proprietários da região evocavam as ameaças à propriedade da terra para evidenciar os perigos que o conselheirismo incutia para a ordem local. As queixas sobre a livre circulação de homens e mulheres em Canudos e na região (para trabalhar, fazer negócio ou se fixar no próprio arraial), e ainda a presença de gente armada disposta à defesa de Conselheiro e Belo Monte salientavam a perda do controle sobre boa parte da população local. De fato, parte significativa do ódio que os proprietários devotavam ao beato tinha origem nessa conjuntura.

IV. A questão da mão de obra

Se a abertura de Canudos ao exterior facilitava simultaneamente a imigração e os ataques contra os colaboradores das tropas do governo, também é verdade que os conflitos entre o arraial e seu entorno superavam essa dimensão. A liberdade de movimentos dos conselheiristas aprofundou conflitos pelo controle do tempo de trabalho. Essa questão foi publicamente debatida durante a existência do Belo Monte. Os fazendeiros e comerciantes da região enviavam cartas aos jornais da capital baiana,

³⁰ “Antônio Conselheiro”. *Jornal do Commercio*, 19 de maio de 1897, p. 1.

do Rio de Janeiro e de São Paulo desde 1893, quando o arraial foi criado, tratando desse fator. Algumas das missivas mais importantes foram enviadas durante os debates ocorridos ao longo da segunda e da terceira expedição. Em fins de janeiro de 1897, o *Jornal do Commercio* transcreveu um relato originalmente publicado no *Jornal de Notícias*. O texto aborda as diversas questões de interesse dos proprietários da região, ganhando destaque na folha carioca:

No espírito público cresce, cada vez mais, a ansiedade por notícias sobre esse perverso fanático, que não contente de desviar do trabalho centenas de braços, tem ultimamente mandado assassinar famílias inteiras pelo fato de não quererem mais acompanhá-lo.

A não serem os planos, de nada mais se sabe sobre a ação da força, cujo comandante está procedendo com a máxima tática, por isso que o reduto do *Conselheiro*, tão protegido, aliás, torna-se quase inacessível.

Os morros estão guarnecidos e os *apóstolos* armados até de arcos e flechas!

A não terem falhado os planos combinados, o ataque deveria ter-se dado já.

Em uma carta particular remetida de Vila Nova colhemos as seguintes notas:

Desta cidade ultimamente têm seguido pequenos grupos com armas e cargas para a gente do *Conselheiro*.

Aí há emissários do Antônio Conselheiro, assim como no próprio comércio.

O comissário de polícia luta com dificuldades em obstar os fornecimentos, pois além de não dispor de força, os paisanos negam-se a prestar auxílio à autoridade, de modo que até à última hora os objetos apreendidos ali estarão prestes a ser tomados do poder da autoridade, que se vê até coagida.

Do exame procedido na Vila Nova da Rainha nas cargas apreendidas, e que se destinavam aos Canudos, encontraram-se duas barricas com salitre, sacos de chumbo, breu, espoletas, que eram destinados ao negociante Antônio Vilanova, em Canudos.

Esta remessa era esperada a duas léguas daquela cidade por pessoas vindas de Canudos.

Deste lugar vêm todas as semanas até a Vila Nova, por ocasião da feira, pessoas para comprar gêneros alimentícios.

Os portadores dos objetos apreendidos foram interrogados, fazendo declarações que muito interessam ao governo.

O comércio dali com Canudos é antigo.

No dia 15 seguiram para ali 10 cargas de farinha³¹.

³¹ “Antônio Conselheiro”. *Jornal do Commercio*, 27 de janeiro de 1897, p. 1.

As informações acima demonstram que a ojeriza dos fazendeiros da região se baseava em três fatores: a perda de controle sobre a força de trabalho, desviada de suas obrigações pela influência de Antônio Conselheiro, ao menos na concepção dos proprietários; a comunicação de Canudos com os municípios e povoados vizinhos, com a existência de laços consolidados em cidades como Vila Nova; e, por fim, a disposição dos conselheiristas para a luta, auxiliados por colaboradores em vários pontos e tocaias avançadas, o que, na visão dos proprietários poderia até desembocar na invasão de suas terras. No momento em que o texto foi escrito, na indeterminação da segunda investida do governo contra o Belo Monte, esse ódio estava exacerbado, visto que as consequências daquelas variáveis se tornavam ainda mais dramáticas. Todavia, os seus efeitos já eram sentidos pelos fazendeiros desde o início do arraial, que observavam com muito rancor as transformações que o crescimento de Canudos introduziu nos padrões de dominação locais, materializadas na relação da cidadela com as regiões vizinhas.

A partir do texto, escrito sob o ponto de vista daqueles que se incomodavam com o “desvio de braços”, a existência do Belo Monte se configurava num intenso problema. O debate das consequências dos três fatores presentes na notícia revela um incômodo ainda maior: a impossibilidade de impor a sua vontade e, portanto, a quebra dos padrões de dominação tradicionais. Nesse ponto, a questão da mão de obra era uma das principais tribulações daqueles anos do Belo Monte.

As rusgas entre as autoridades e os conselheiristas eram antigas e os jornais de 1897 nos trazem algumas pistas. Em uma dessas ocorrências, o *Jornal do Commercio* transcreveu uma série de ofícios trocados entre as autoridades da Igreja e autoridades civis no fim da década de 1880, originalmente publicados no periódico baiano *Cidade do Salvador*. Em alguns excertos, fica evidente a longevidade das tensões em torno do conselheirismo:

Chegando ao meu conhecimento, pela representação de alguns Rvdos. Párocos desta Arquidiocese, que o indivíduo de nome Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido nas populações pelo nome de Antônio Conselheiro, tem pregado doutrinas subversivas, fazendo um grande mal à religião e ao estado, distraindo o povo de suas ocupações e arrastando-o após si, procurando convencer de que é o Espírito-Santo, insurgindo-se contra as autoridades constituídas, as quais não obedece e manda desobedecer, apresso-me em dar de tudo isto ciência S.

Exa. para que se digne providenciar da forma que melhor entender³².

O jornal carioca ainda transcreveu os ofícios que demonstram as tentativas de internar o Conselheiro no hospital de alienados da Corte, o que não foi aceito por falta de espaço. Os argumentos sempre evocavam a influência do beato sobre a perturbação da ordem e da moral pública, o que justificaria a sua prisão. O último documento transcrito destaca a longevidade das rusgas entre Antônio Vicente e as autoridades sertanejas em meados dos anos 1880:

É de meu dever levar ao conhecimento de V. S., que, no arraial de Bom Jesus existe uma súa de fanatizados e malvados, que põem em perigo a tranquilidade pública. Há 12 anos pouco mais ou menos, com pequenas interrupções, fez sua residência neste termo, Antônio Vicente Mendes Maciel, vulgo *Antônio Conselheiro*, que, por suas prédicas, tem abusado da credulidade dos ignorantes, arrastando-os ao fanatismo.

Havendo suspeitas de que ele fosse criminoso no Ceará, província do seu nascimento, foi no ano de 1876 preso por ordem do Dr. chefe de polícia, daquela época, e para ali remetido.

Regressando pouco depois fez neste termo seu acampamento e presentemente está no referido arraial construindo uma capela a expensas do povo.

Conquanto esta obra seja de algum melhoramento, aliás dispensável para o lugar, todavia os excessos e sacrifícios não compensam este bem, e, pelo modo por que estão os ânimos, é bem mais justo e fundado o receio de grandes desgraças.

Para que V. S. saiba quem é Antônio Conselheiro basta dizer que é acompanhado por centenas e centenas de pessoas, que ouvem-no [*sic*] e cumprem suas ordem de preferência às do vigário desta paróquia.

[...] Nos dias de sermões e terço o ajuntamento sobe a mil pessoas. Na construção desta capela, cuja fêria semanal é de quase cem mil réis, dicuplo [*sic*, décuplo] do que devia ser pago, estão empregados cearenses, aos quais Antônio Conselheiro presta a mais cega proteção, tolerando e dissimulando os atentados que cometem, e esse dinheiro sai dos crédulos e ignorantes, que, além de não trabalharem vendem o pouco que possuem e até furtam para que não haja a menor falta, sem falar

³² Ofício de Luiz, arcebispo da Bahia, ao presidente da província, João Capistrano Bandeira de Mello. Bahia, 11 de junho de 1887. “Antônio Conselheiro”. *Jornal do Commercio*, 06 de maio de 1897, p. 2.

nas quantias arrecadadas que têm sido remetidas para outras obras do Chorrochó, termo de Capim Grosso³³.

O intuito da transcrição desses ofícios pelo *Jornal do Commercio* era demonstrar a longevidade das rusgas entre, de um lado, as autoridades civis e eclesiásticas e, de outro, Antônio Conselheiro e seu séquito, realçando que houve esforços para reprimir a liderança do beato. Apesar desse intento, os textos revelam que a “perturbação” da moral e da ordem pública, como as autoridades nomeavam os ajuntamentos de conselheiristas (tanto para a construção de obras pias quanto para assistir às pregações do Conselheiro) era o principal problema, para além do “fanatismo” evocado. A ascendência que Antônio Vicente exercia sobre a população era tomada como um grande contratempo por onde passava, especialmente quando construía igrejas e cemitérios “a expensas do povo”.

Aliás, o recurso a essa expressão pelo delegado de Itapicuru – “a expensas do povo” – demonstra uma visão peculiar sobre Antônio Conselheiro nos tempos do Império. O autor do ofício retrata o beato como um aliciador, que explorava o trabalho e o dinheiro do povo para a execução das obras religiosas. Além disso, o peregrino incitaria a população ao desrespeito às autoridades que se contrapusessem aos seus procedimentos ou aos ajuntamentos produzidos. Nesse sentido, o segundo ofício transcrito acima ecoa alguns elementos presentes no primeiro, que demonstra um Conselheiro que “desviava” o povo do trabalho. Isso realça a centralidade da questão da mão de obra nos tempos do Império, que se manteve no período republicano, inclusive em meio aos debates sobre os acontecimentos de Canudos no ano da guerra. Em um texto que tratava da ascensão de Antônio Conselheiro, um cronista do *Jornal do Commercio* escreveu:

Há muito que ele [Antônio Conselheiro] arranca homens ao trabalho e famílias ao lar. Os crentes são numerosíssimos, seus acampamentos têm a extensão de uma cidade improvisada, e seu desfilar lembra o êxodo de um povo.

A nova religião perturba há muitos anos a vida do interior. Os engenhos ficavam sem trabalhadores e os vigários quase sem devotos.

O canavial e a vinha do Senhor definhavam; e seus proprietários erguiam então brados contra esse engajamento, que tirava braços

³³ Ofício de Joaquim José de Farias, delegacia de Itapicuru, ao chefe de polícia da província, Luiz Gonzaga de Macedo. Itapicuru, 10 de novembro de 1886. “Antônio Conselheiro”. *Jornal do Commercio*, 06 de maio de 1897, p. 2. A pontuação foi reproduzida seguindo o texto publicado.

à plantação e à colheita, e fechava aos padres tantas almas e tantas bolsas³⁴.

As palavras dos fazendeiros e das autoridades civis e religiosas revelam a existência de um conflito pela definição de trabalho, que se arrastava desde os tempos do Império e que assumiu novos sentidos com a Abolição e, posteriormente, com a fundação do Belo Monte. Estava em jogo a liberdade das pessoas que desejavam obrar junto do Conselheiro, desde a construção de igrejas e cemitérios pelos sertões, passando pela edificação do Belo Monte e sua Igreja Nova, ou mesmo das casas no arraial. Do ponto de vista dos poderosos, tratava-se de “desvio”, uma vez que nada lhes garantia que a mão de obra lhes servisse; nenhuma lei obrigava diretamente ao trabalho, o que tornava a existência de líderes como Antônio Conselheiro um verdadeiro tormento. Para os conselheiristas, as obras pias do período pré-Belo Monte tinham grande importância espiritual. O peregrino era figura digna de respeito, a ponto de eles lhe servirem voluntariamente.

Havia, portanto, a distinção entre os trabalhos religiosos, como a construção de igrejas e capelas, e o trabalho nas fazendas ou em outras obras dos homens abastados. Os conselheiristas conferiam grande importância ao primeiro tipo, que os proprietários abominavam, especialmente quando feitas a mando de Conselheiro. Além disso, a menção do delegado de Itapicuru ao fato de que o preço pago aos pedreiros cearenses no arraial era maior do que a média – recebendo cem mil-réis de féria semanal, o décuplo do que deveria ser pago, segundo a autoridade – revela que os trabalhos junto ao Conselheiro poderiam oferecer melhores remunerações. Após a fundação do Belo Monte, a decisão de muitos de se mudarem para Canudos certamente levou em consideração essas questões. Mas mesmo para aqueles que não migraram, a própria existência do arraial favorecia a negociação por melhores condições de trabalho junto aos fazendeiros locais. Ou seja, Canudos oferecia vantagens econômicas tanto aos conselheiristas habitantes do arraial, quanto aos homens que circulavam em seu entorno.

Nesse sentido, o caso dos pedreiros é elucidativo. Em texto publicado no *Jornal do Commercio* durante os preparativos da terceira expedição contra Canudos, o correspondente na Bahia noticia, sem precisar as suas fontes:

Conselheiro tem recebido, conforme informaram, pólvora, provisões de boca e, ao que dizem, cartas de diferentes pontos,

³⁴ C. A., “Dia a dia”. *Jornal do Commercio*, 04 de fevereiro de 1897, p. 4.

sendo um deles Tucano, donde seguiu um grupo armado para Canudos. Corre que os fanáticos estão uns enterrando os mortos e outros preparando as trincheiras. *Muitos trabalham como pedreiros*³⁵.

O trecho em destaque indica a existência de muitos pedreiros entre os conselheiristas, que usavam as suas habilidades na construção de trincheiras. Apesar de o texto se basear em boatos, não é improvável que Canudos contasse com muitas pessoas que dominassem esse ofício. Afinal, uma das grandes ocupações no arraial era a construção da Igreja Nova, a última grande obra coordenada por Antônio Conselheiro, uma edificação opulenta, qual uma fortaleza, que abrigou os conselheiristas até os combates finais contra as tropas do governo. Além disso, sendo uma cidade aberta aos migrantes, o Belo Monte demandava pessoas dispostas a auxiliar na construção das novas casas, ainda que a maioria fosse simples, construída em barro.

A grande concentração de pedreiros no Belo Monte foi evocada por Marcelino Pereira de Miranda, intendente de Tucano e amigo do barão de Jeremoabo. Numa das missivas ao seu correligionário, a autoridade explica as agruras da sua gestão do município baiano, especialmente as dificuldades de realizar melhorias com responsabilidade orçamentária. Depois de elencar as atribulações, o político afirma: “Agora dei princípio à encantada *muralha* do Galo [provável referência a um dos membros da sua facção política], que calculo em 800\$, que a mais tempo não trarei à falta de oficiais como ele é testemunha; e estes por preço duplo, assim o pessoal de serventes, que por causa do flagelo do Conselheiro não há trabalhadores”³⁶.

O trecho é intrigante: aos leitores contemporâneos, é difícil precisar se a menção à falta de trabalhadores se tratava de mero artifício para justificar os malabarismos orçamentários ou se se tratava, de fato, de um problema de oferta de mão de obra, o que a teria tornado mais cara. O fato de não termos acesso à resposta emitida pelo barão de Jeremoabo torna a dúvida ainda mais profunda. Entretanto, o argumento parece ter sido suficientemente crível para que o político recorresse a ele para se defender das acusações de má gestão. Entre os proprietários da região, a retórica da falta de mão de obra era procedimento reconhecido, especialmente depois da criação do arraial. Tratar dessa questão era tocar num elemento concebido por aquele grupo como

³⁵ Telegrama da Bahia, 10 de fevereiro de 1897. “Telegramas”. *Jornal do Commercio*, 12 de fevereiro de 1897, p. 1, grifos meus.

³⁶ Carta de Marcelino Pereira de Miranda a Cícero Dantas Martins. Tucano, 30 de janeiro de 1895. In: Consuelo N. Sampaio (org.), *Canudos...*, p. 103.

um dos males da região, o aspecto que realçava a impotência da facção oposicionista no tempo em que Antônio Conselheiro assegurava a sua liderança junto ao povo.

A “falta de mão de obra” era uma retórica à qual os proprietários recorreram para justificar a destruição de Canudos nas páginas dos jornais³⁷. Argumentos semelhantes, como a ideia do “desvio” da força de trabalho por obra de Antônio Conselheiro, elucidavam o descontentamento com a abertura de novas possibilidades aos grupos subalternos. A existência do Belo Monte contribuiu para que a população de despossuídos ou de pequenos proprietários pudesse se dedicar a vários negócios, lutando pelo aprofundamento de sua autonomia e por melhores jeitos de ganhar a vida, dependendo cada vez menos dos poderosos. Ao invés de seguir as falas de negociantes acerca da “indisponibilidade de mão de obra”, parece mais sensato referir-se à diminuição do mando sobre os trabalhadores. Mesmo após assentar-se em Canudos, parte dos conselheiristas continuava seguindo aos magotes para trabalhar nas fazendas ou prestar serviços nos arredores, conforme sugerido no texto de Manoel Benício analisado neste capítulo. O problema para os fazendeiros talvez não residisse propriamente na “falta” absoluta de trabalhadores, mas no aumento da capacidade de negociação por melhores condições de trabalho, o que incluía a chance de escolher a lida mais vantajosa.

Obviamente, houve diminuição da oferta de trabalhadores. Ainda assim, era possível encontrá-los, mas a preços mais altos – o que perfazia o terror de uma classe proprietária empenhada em manter os padrões de domínio do tempo da escravidão.

V. Os fundamentos do massacre

Em 18 de julho de 1897, o *Jornal do Commercio* transcrevia um relato publicado no baiano *Jornal de Notícia* dois dias antes. No texto, o autor não identificado narra alguns lances do combate em Canudos. Àquela altura, as tropas da quarta expedição já se situavam na entrada do povoado de Antônio Conselheiro, enfrentando intensa resistência que provocava muitas baixas nas forças do governo.

³⁷ Sílvio H. Cunha analisa a retórica da “falta de braços” no Recôncavo baiano entre as últimas décadas do cativeiro e os primeiros anos após a Abolição. O historiador observa que a “falta de braços” era muito mais um fenômeno qualitativo do que quantitativo, o que realça a rejeição ao trabalhador negro, em razão do preconceito racial. Cf Sílvio Humberto dos Passos Cunha. *Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1871-1902*. Tese de doutorado em Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2004, cap. IV.

Além disso, o texto trazia algumas notícias de grande relevância sobre a organização dos ataques:

O exército legal tem encontrado dedicações em moradores da zona de operações, de entre eles o coronel José Américo Camelo de Souza Velho, que lhe tem fornecido víveres e gado e posto à sua disposição um bom pessoal, conhecedor daqueles lugares para servir de guia, procedimento digno de encômios. Esse fazendeiro tem sofrido grandes prejuízos da gente conselheirista que arrasou-lhe [sic] seis fazendas. Excelente auxiliar tem sido o lavrador Belizário da Vila Nova, homem do povo, mas patriota; ouvimos que uma vez prontamente oferecera-se, não aceitando remuneração alguma, para levar uma comunicação do general Savaget ao general Oscar, cumprindo fielmente a incumbência³⁸.

Na notícia, encontramos duas informações cruciais. A primeira é a menção ao nosso conhecido José Américo Camelo de Sousa Velho. Autor de algumas das missivas mais violentas ao barão de Jeremoabo a respeito do crescimento de Belo Monte, o coronel era um dos principais colaboradores das tropas do governo na região. O fazendeiro possuía grande criação, disponibilizando-a para alimentar os militares³⁹, além de usar a sua influência para mandar guias.

O auxílio material às tropas do governo revela o grande interesse dos fazendeiros na expedição contra Canudos. Para além da briga entre as facções políticas ou da “construção do medo”, a intervenção federal realizou um dos principais anseios

³⁸ “Expedição de Canudos”. *Jornal do Commercio*, 18 de julho de 1897, p. 1.

³⁹ Obviamente, a “disponibilização” não foi gratuita. Os fazendeiros se organizaram para pressionar o Estado para reaver os bens perdidos e/ou saqueados na quarta expedição. Em uma das missivas para o barão de Jeremoabo, o juiz de direito Paulo Fontes elucida a sua estratégia para ser indenizado: “A indenização que reclamamos é da importância de 69:140\$, correspondentes a 657 reses e a 344 cabeças de gado lanígero das três fazendas Poço de Cima, Cocorobó e Canudos, contadas de acordo com as reses da partilha”. Carta de Paulo Fontes a Cícero Dantas Martins. Bahia, 31 de janeiro de 1899. In: Consuelo N. Sampaio (org.), *Canudos...*, p. 229-230. O montante deve ter espantado até o barão, de modo que Paulo Fontes se sentiu obrigado a enviar outra epístola, longa e detalhada, defendendo o seu intuito, afirmando não ter autorizado o consumo de sua grei pelos soldados, que teriam saqueado as suas propriedades: “Vejo por aquela sua carta que você está equivocado com relação ao assunto da minha reclamação, constante da papelada que lhe remeti para fazer chegar às mãos do Governo. //Eu peço indenização não é dos gados que os jagunços comeram, pois V. bem sabe que os conselheiristas não se utilizavam dos ‘bens dos republicanos’, contando com grandes recursos fornecidos pelos seus fanáticos, e sim dos que foram consumidos pelas forças legais, quando naquelas longínquas paragens viram-se baldos de recursos e perseguidos por horrorosa fome. //Ora, se naquela dura emergência essas forças tiveram de lançar mão dos gados das fazendas do coronel José Américo e dos outros que ficaram a maior distância, foi justamente porque já tinham acabado ou consumido o gado de toda espécie que havia no Cocorobó, Poço de Cima e Canudos, teatro dessa inolvidável luta. //[...] Não é uma aventura o que pretendo e sim a defesa do míngua patrimônio de minha família, danificado pelas forças legais que para isso não me pediram licença”. Carta de Paulo Fontes a Cícero Dantas Martins. Bahia, 13 de fevereiro de 1899. In: Consuelo N. Sampaio (org.), *Canudos...*, p. 231-233.

dos proprietários abastados da região: a destruição do povoado de Antônio Conselheiro. Conforme vimos ao longo do capítulo, o ódio de fazendeiros, autoridades civis e negociantes pelo arraial de Antônio Conselheiro se baseava no concurso de três aspectos. Em primeiro lugar, a localização geográfica do arraial, atrativa à migração, pois permitia manter-se em contato com o exterior, ao mesmo tempo em que favorecia sua defesa contra ataques armados. Outra característica que aprofundava a tensão era o reconhecimento da rebeldia dos conselheiristas, que, armados, estavam dispostos a combater aqueles que ameaçassem a sua autonomia. Por fim, os poderosos se ressentiam do declínio das hierarquias sociorraciais e da perda do controle sobre os trabalhadores em potencial, que viram a possibilidade de se dedicar a múltiplos negócios e barganhar melhores trabalhos, que lhes trouxessem maiores ganhos e não pusessem em risco a autonomia conquistada.

Nesse sentido, o ímpeto pela destruição do Belo Monte, baseado na combinação desses três fatores, constantemente evocados na documentação produzida pelas camadas dominantes, realça as fraturas do pós-abolição baiano, que se notabilizaram após a fundação de Belo Monte. Após o Treze de Maio, a busca da população negra por reforçar a sua autonomia e se livrar dos estigmas do cativo frustrou a expectativa senhorial de impor a sua vontade sobre essa população. Desde 1888, aumentara a perseguição ao Conselheiro, que “desviava” os trabalhadores para as obras pias. O acossamento levou o peregrino a se assentar em Canudos em 1893, após o “choque de Masseté”, combate armado com a polícia baiana. A fundação de uma comunidade aberta a todos que respeitasse as leis cristãs e a liderança de Antônio Vicente aprofundou os conflitos, na medida em que o projeto de vida viabilizado pelo povoado aos novos moradores minava as formas tradicionais de dominação.

Os conflitos ao rés do chão em torno de Canudos revelam, enfim, o grande dilema do pós-abolição brasileiro. Os grandes proprietários de terra não aceitavam negociar com a população liberta pela Lei Áurea nem com os descendentes de africanos em geral, que buscavam reforçar a sua autonomia e eliminar as marcas da escravidão. Com a fundação de Belo Monte, houve maiores possibilidades de autonomia diante desses fazendeiros para os artesãos e lavradores que seguissem o Conselheiro: as atrativas faculdades de plantar, criar, controlar o tempo de trabalho e circular pelas veredas da região. Nessa conjuntura, homens como José Américo e seus correligionários recorreram à violência do Estado para impor a sua vontade e mitigar os

conflitos latentes com os sertanejos tornados conselheiristas e rebeldes⁴⁰. Se eles não controlavam o poder estadual naquele momento, a intervenção federal era a solução – não importando se a luta do exército naquele lugar ínvio irrompesse em massacre, um dos mais violentos da História do Brasil.

Nesse sentido, não são espantosas as comemorações dos amigos do barão de Jeremoabo quando se destruiu o povoado de Antônio Conselheiro. Jornais de todo o país noticiaram festividades semelhantes. Todavia, as celebrações das elites sertanejas na correspondência privada demonstram que a destruição e o massacre eram obra de seu interesse. Três dias após a destruição de Belo Monte, um missivista escreveu: “Meus parabéns pelo arrasamento de Canudos com a morte do Conselheiro”⁴¹. Um comerciante comentou: “Felizmente de Canudos só existe um montão de cinzas”. E acrescentou uma indagação, em tom de desafio, ciente da imposição da vontade senhorial sobre a luta dos conselheiristas: “Haverá outro que tente ressurgir tão pernicioso grupo”⁴². José Américo também mandou as suas congratulações, sem disfarçar o ódio que resistira ao incêndio do povoado rebelde:

Peço-lhe, e dou minhas alvíssaras pela morte do monstro horroroso do Brasil, Antônio Maciel; assim como dos seus maiores confidentes, Macambira, Norberto, Manuel Franco [...]. O tal monstro Vilanova fugiu encontrado na Formosa. Tranquilino monstro malvado pegado sangrado e queimado. Houve para mais de duzentos degolados de dois para três dias seguindo assim, e assim tem seguido. Muitas mulheres e crianças em Monte Santo seguindo para Bahia para dar maior dispêndio ao Estado!! que devia era tudo ser degolado mas assim não quer o tal marechal, que diz retirar todas as forças deixando o sertão contaminado com mais de 2 a 3 mil jagunços; das Tocas às caatingas do Rosário, Alagoas, Goloso, Duas Serra, Massacará, até o Tucano cheio⁴³.

⁴⁰ Esse procedimento não era incomum no pós-abolição brasileiro. Analisando os debates maranhenses sobre a crise econômica do estado depois do Treze de Maio, Matheus Gato observa que os ex-senhores reputavam incontornável a necessidade da repressão do Estado para controlar os libertos e a população de cor em geral: “O desejo de re-aprisionar os libertos através do Estado revela a descrença de alguns ex-senhores na possibilidade de disciplinar os trabalhadores através de formas de trabalho não compulsório, dada a enorme quantidade de terras férteis fora do controle do Estado e a resistência ao trabalho subordinado, depois da abolição. Mais que um sentimento, o tema ‘medo’ dos libertos nesses escritos é mais um argumento político com vistas a assegurar interesses materiais e ideias da antiga aristocracia da terra”. Matheus Gato, *O massacre dos libertos...*, p. 63.

⁴¹ Carta de Joaquim dos Reis Magalhães a Cícero Dantas Martins. Bahia, 09 de outubro de 1897. In: Consuelo N. Sampaio (org.), *Canudos...*, p. 220.

⁴² Carta de Manuel F. Meneses a Cícero Dantas Martins. Queimadas, 09 de novembro de 1897. In: Consuelo N. Sampaio (org.), *Canudos...*, p. 225.

⁴³ Carta de José Américo Camelo de Sousa Velho a Cícero Dantas Martins. Serra, 15 de outubro de 1897. In: Consuelo N. Sampaio (org.), *Canudos...*, p. 221.

A sanha do fazendeiro era irreprimível. Em sua visão, o massacre deveria ser mais amplo. Mais isso não surpreende a quem já leu outras cartas que ele enviou ao barão, nas quais transborda o seu autoritarismo, assim como o ódio por não poder mais impor a sua vontade.

Surpreendente foi o ato falho que consta no artigo transcrito no *Jornal do Commercio*, cujo trecho reproduzi no início deste tópico. Após se referir ao drama de José Américo, o autor da notícia menciona Belizário da Vila Nova, elogiado pelo auxílio que prestara às tropas do governo. O modo como se enfatiza a bravura do homem é notório: “*homem do povo, mas patriota*”. A oposição entre as duas características eram, na visão do autor e dos seus leitores, a marca da excepcionalidade de Belizário, provavelmente um vaqueiro, exímio conhecedor daquelas caatingas. Desde as primeiras expedições, os militares reclamavam da impossibilidade de contar com a população local, suspeitando da sua lealdade ao Conselheiro. Sendo um “homem do povo”, parecia mais lógico que ele tomasse o partido de Canudos⁴⁴. A ressalva feita a Belizário reforça que a destruição de Canudos era do interesse dos grandes proprietários, que estariam, após o massacre, em condições de impor sua vontade novamente. Além disso, realça que ser “patriota” e “homem do povo” nem sempre combinava no início da República do Brasil.

⁴⁴ É claro que havia “homens do povo” que serviam às tropas do governo, notadamente os vaqueiros, que atuavam como guias, geralmente a mando de homens como José Américo. A lealdade dos vaqueiros aos seus patrões era uma forma de obter maior segurança e benefícios materiais, muito menos do que a “servidão inconsciente” que Euclides da Cunha lhes atribuiu. Cf. Joana Medrado, *Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

Capítulo III – O conselheirismo nas encruzilhadas da República

Logo na primeira semana de sua estadia na Cidade do Salvador, Manoel Benício escreveu uma carta em que questionava a verdadeira natureza do movimento de Antônio Conselheiro. O correspondente do *Jornal do Commercio* expôs, então, a sua versão sobre a controvérsia que agitava o país depois da derrota da terceira expedição, comandada pelo célebre coronel Moreira César:

Aí, na capital, sem intento de menosprezar o patriotismo de verdadeiros republicanos, é que se explora Antônio Conselheiro e seus atos protegidos por uma destas fatalidades benevolentes e criminosas.

O homem existe façanhudo e merecedor de uma punição com todos os seus, exemplar e única, porque para salteadores e homicidas não deve haver comiseração; mas, pelo que tenho notado, será ele, na verdade, o portador de uma bandeira política com visos de uma reforma de regime ou um obcecado mental explorado pelos reclames, alarmes e preconícios do patriotismo exaltado?

A objeção que muito naturalmente salta deve ser a de – como um sujeito ignorante pode cercar-se de tão grande número de dedicados que não se rendem nem atraíam-no [sic], embora não tenham aonde cair mortos?¹

Em suma, Benício considerava que a luta por Canudos nada mais era do que o resultado do fanatismo produzido pela atuação de um pregador itinerante como Antônio Vicente. Sendo assim, os conselheiristas não empunhavam *bandeira política* com intuítos restauradores, mas eram “salteadores”, “homicidas”, fanatizados pela vida nos sertões brasileiros. O conteúdo da carta parcialmente transcrita acima era a intervenção do correspondente do *Jornal do Commercio* no principal debate a respeito do arraial do Conselheiro: eram seus seguidores capazes de manter uma resistência tão aguerrida, a ponto de derrotar as tropas de Moreira César sem auxílio dos restauradores? Quais eram, enfim, os propósitos da luta dos sertanejos?

Como vimos no capítulo I, Manoel Benício buscou, através dos relatos de fazendeiros e comerciantes, caracterizar os seguidores de Antônio Conselheiro. O correspondente do *Jornal do Commercio* defendia que os conselheiristas seriam uma

¹ Manoel Benício, “Expedição de Canudos”, 29 de março de 1897. *Jornal do Commercio*, 04 de abril de 1897, p. 1.

gente “esmolambada”, “de cor negra ou fula”, de “caras patibulares” – o que, em sua perspectiva, significava que se tratava de uma população alijada da *política*. Apesar de suas informações categóricas, o questionamento sobre a presença ou não de um projeto *político* em Canudos foi motivo de grande indeterminação durante toda a guerra. *O Estado de São Paulo*, que seguia uma linha editorial semelhante ao *Jornal do Commercio* – isto é, a defesa do governo de Prudente de Moraes – sustentou em vários momentos que o Belo Monte fazia parte de uma conspiração monarquista. Euclides da Cunha, enviado à Bahia como correspondente especial da folha paulistana, nos seus telegramas de setembro ainda lançava suposições de que o arraial contava com financiamento externo².

De todo modo, se há algo que define a experiência do Belo Monte sem incorrer em reducionismos, esse aspecto é a diversidade de questões evocada pelo arraial aos seus contemporâneos. Como vimos nos capítulos anteriores, os fazendeiros e comerciantes das regiões circunvizinhas estavam muito interessados no destino de Canudos desde a sua fundação, em 1893. Na perspectiva dos poderosos da região, a perda de controle sobre os trabalhadores sertanejos, que afirmavam a sua autonomia habitando no Belo Monte, aprofundando os anseios de liberdade do pós-abolição, era o elemento central daquela conjuntura. As queixas dos notáveis da região foram reproduzidas nas principais folhas do país, como o *Jornal do Commercio*, revelando a intensidade dos conflitos locais, que incluíam o esforço de racialização para desqualificar o movimento de Antônio Conselheiro, expressão do desejo de mobilizar as forças necessárias para destruir a cidadela.

Se os efeitos do conselheirismo sobre as formas de domínio num contexto de pós-abolição tiveram sua importância reconhecida, habitando a polifonia dos jornais oitocentistas, a questão que celebrizou o movimento de Antônio Conselheiro foi a sua relação com a República. Após as primeiras vitórias dos conselheiristas sobre as tropas do governo – entre novembro de 1896 e fevereiro de 1897 –, o movimento sertanejo foi alçado à condição de principal tema a ser debatido nos jornais e nas sessões parlamentares de 1897. Vale lembrar que os conflitos armados no sertão baiano ocorreram num período de grande instabilidade política. Os anos que se seguiram aos debates sobre a constituição republicana, ou seja, após 1891, foram marcados por rebeliões que contestaram o regime instaurado por golpe militar. O governo de Floriano Peixoto, apesar de ter grande apelo popular, especialmente entre os republicanos

² Cf. Capítulo I, nota 23.

radicais, os “jacobinos”, e de uma parte do Parlamento, era contestado desde o início, por não ter convocado as eleições após a renúncia de Deodoro da Fonseca. Na crítica ao desrespeito à legalidade, parte da Marinha revoltou-se contra o marechal Peixoto em setembro de 1893, evento que se celebrou como Revolta da Armada³.

Após a Revolução Federalista (1893-1895), que opôs monarquistas e republicanos no Rio Grande do Sul num conflito violento, o marechal Floriano Peixoto, que presidiu o país entre 1891 e 1894, consolidou em si mesmo a imagem de defensor das instituições republicanas, o que perdurou até a sua morte, em 1895. O contraste entre a sua imagem de governante forte e a de seu sucessor, Prudente de Moraes, acusado de fraco em várias ocasiões, era mobilizado constantemente pela oposição intensa, saudosista do marechal, ao primeiro governante civil⁴. Além disso, tratava-se de um momento em que os militares, geralmente entusiastas do florianismo, intervínham na política, seja através das candidaturas para o legislativo ou mesmo através de manifestações públicas, baseadas na ideia de sua “missão” para com a pátria, da qual seriam os principais defensores⁵.

Os “sucessos de Canudos” vinham, portanto, na esteira da indeterminação que marcou tanto os governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto quanto a agitação que definira o mandato de Prudente de Moraes até então. Seguindo as expectativas sobre o destino da República criada por outra revolta, os eventos que marcaram a Campanha de Canudos tornaram-se uma esfinge aos coetâneos. Parecia impossível distinguir com precisão quem eram os inimigos e os propósitos de sua luta; se eram “fanáticos” que lutavam violentamente em defesa de seu líder “monomaníaco”; se lutavam pela restauração; se eram financiados por monarquistas de outros estados ou países. A última hipótese prosperou, sendo arduamente defendida pelos jornais e setores

³ A partir daquele mês, a cidade de Niterói foi bombardeada, num movimento que assustou a população local e pôs os navios estrangeiros em alerta. Em manifesto de dezembro, o almirante Saldanha da Gama apresentara uma mensagem de teor monarquista, sendo por isso repudiado pelos republicanos. A Revolta da Armada seria derrotada em 1894, mas seus ecos permaneceriam nos anos seguintes: a possibilidade de movimentos de interesse restaurador num momento de instabilidade do novo regime; o fortalecimento da memória dos feitos do marechal Floriano Peixoto como defensor da República, visto que reagira com violência similar aos ataques pelo mar. Sobre as tensões iniciais do regime republicano, cf. Elio Chaves Flores, “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”. In: Jorge Ferreira e Lucília A. N. Delgado, *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 45-88.

⁴ Suely R. R. de Queiroz, *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, cap. 1.

⁵ Sobre a atuação do exército entre a Proclamação e a Guerra de Canudos, cf. Frank D. McCann, *Soldados da pátria: História do Exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, cap. 1.

que bradavam estar o novo regime constantemente ameaçado por conspiradores, exigindo a conformação de um Estado autoritário, semelhante ao governo Floriano.

Uma crônica do *Jornal do Commercio* captou os efeitos dessa indeterminação:

Telegramas da Europa transmitem apreensões quanto ao nosso estado financeiro, e justificam esses receios com a atitude de Antônio Conselheiro, em Canudos.

O Ministro, felizmente, desfez esse engano, não ledô, mas cego; e, naturalmente, o prestígio da palavra oficial disparará os terrores do capital europeu.

Antônio Conselheiro é apenas um homem que cuida mais do reino do outro mundo, que da república do mundo que vivemos. Não fosse a prudência dos que o aclamaram [...] conselheiro da monarquia e chefe de um movimento revolucionário contra o regime vigente, Antônio Maciel continuaria na sua peregrinação pelo interior da Bahia, e sua influência, em vez de contribuir para a baixa do câmbio, ajudaria esse malvado a subir, livrando-nos do papel que aquele iluminado queima⁶.

As duas grandes revoltas do período republicano – a Revolta da Armada e a Revolução Federalista – foram capitaneadas por membros da elite militar e/ou política, que se batiam pela forma de governo a ser adotada no Brasil. Nesse sentido, era a defesa da Monarquia ou o avanço do republicanismo que estava em jogo. Canudos, por sua vez, foi o mais expressivo movimento rebelde organizado por grupos subalternos até então na Primeira República. Uma parte da indeterminação gerada pelos sucessos do sertão baiano remetia às tensões acerca da relação entre o povo e a *política* no período republicano. Assim como o trecho de Manoel Benício que abre o capítulo, a crônica do *Jornal do Commercio* traz uma visão que se impôs no trato da questão, cristalizando-se ao fim da guerra, quando se superaram os debates entre os partidos em luta no Rio de Janeiro: que a rebeldia dos conselheiristas era baseada no “fanatismo” religioso, o que os compelia a uma tática de guerra igualmente “fanática”, capaz de fazer muitos danos às tropas do governo, mais bem municiadas.

Após a destruição de Canudos, esclareceu-se que os conselheiristas não eram mantidos por agentes externos. No entanto, perdurou a noção de que eles eram fanáticos e que a sua rebeldia não tinha fundamento político, uma vez que, entre os habitantes do Belo Monte, imperava o desconhecimento sobre a natureza do governo

⁶ C. A., “Dia a dia”. *Jornal do Commercio*, 12 de fevereiro de 1897, p. 3.

republicano – uma ideia defendida tanto por Euclides da Cunha quanto por Manoel Benício nos livros que eles publicaram ao fim da refrega.

Neste capítulo, abordarei a relação entre Antônio Conselheiro, seus seguidores e a República, marcada por tensões desde a Proclamação, mas que assumiu ares de tragédia ao longo de 1897. A fim de retratar as visões que o conselheirismo nutriu sobre o novo regime, foram analisados textos publicados no *Jornal do Commercio* em 1897. Nesse sentido, escrutei mais detidamente o Relatório do frei João Evangelista do Monte Marciano, que em missão fracassada no Belo Monte (1895), registrou a concepção dos habitantes sobre o novo governo. Além disso, foi debatido o conteúdo de uma prédica atribuída a Antônio Conselheiro, “Sobre a República”, contida em um dos manuscritos encontrados em sua residência, pouco antes do incêndio que destruiu a povoação. O objetivo ao analisar essas fontes foi de observar se é realmente possível manter a ideia de que a luta dos conselheiristas se resumia ao “fanatismo” ou se podemos afirmar que a rebeldia de Canudos partia de uma visão articulada sobre a política coetânea.

Antes de passar ao estudo dessas fontes, são necessárias algumas palavras sobre como a historiografia retratou a relação entre conselheirismo e República.

I. Canudos, um movimento messiânico/milenarista?

Finda a guerra, perenizou-se a ideia de que os conselheiristas eram “fanáticos”. Essa visão foi canonizada por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, cujo debate político e cultural em torno de uma ideia de “nação” brasileira contribuiu para transformar Canudos num movimento estritamente religioso que teve um fim trágico – expondo a violência do Estado republicano. Como prova dos ecos do livro euclidiano, Lília Schwarcz, em texto recente, definiu o movimento de Antônio Conselheiro como milenarista/messiânico. A autora também defendeu que a leitura de *Os Sertões* integrará o “novo revisionismo historiográfico” do século XXI, no que se refere à história militar e a história da “modernização” brasileira⁷. Euclides da Cunha permanece estimado pela denúncia ao silêncio da imprensa quanto aos que foram abandonados pelo governo republicano. Contudo, é importante observar que a obra do intelectual fluminense

⁷ Lília M. Schwarcz. “‘Os Sertões’ de Euclides da Cunha: um livro vingador”. *Nexo Jornal*, 01/07/2019. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2019/%E2%80%98Os-Sert%C3%B5es%E2%80%99-de-Euclides-da-Cunha-um-livro-vingador?fbclid=IwAR06-X_1_c4hbGSivVYSLq0_UzKngs2EI9HAp8_sPzeyPmqDCPjq_hVu2WY. Último acesso em 05/07/2019.

endossa vários silêncios que obscurecem a complexidade do movimento de Antônio Conselheiro. Os limites de *Os Sertões* remetem aos preconceitos do autor contra os habitantes do Belo Monte – afinal, eles seriam marcados pela “servidão inconsciente”, pela tendência à degeneração por causa da mestiçagem, assim como pela “incapacidade” de discernir sobre o que era República ou Monarquia⁸.

No período em que Euclides da Cunha escreveu seu livro vigorava o debate sobre a consolidação do novo regime. A luta contra os “elementos retrógrados” encontrou em Canudos um evento crucial no processo de assentamento do governo republicano brasileiro. Desenvolveu-se, então, uma perspectiva que deslegitimava o movimento, desqualificando os seus seguidores e sua percepção da República. Tratava-se de uma luta de cunho religioso, dos elementos “atávicos” contra a “civilização”, da qual a República seria uma das principais representantes. A visão euclidiana se impôs nas obras de sociologia dos anos 1960, cuja expoente foi Maria Isaura Pereira de Queiroz, que muito contribuiu para cristalizar os estigmas em torno das experiências conselheiristas. Os “movimentos messiânicos” consistiriam em aglomerações sob a influência de um líder, com o intuito de transformar a ordem terrena num paraíso terrestre, donde se originam os embates com a “sociedade global”. No interior dessa tipologia, Canudos é inserido ao lado de outras insurreições como a de Juazeiro e o Contestado.

Queiroz define que, no caso do Belo Monte, as várias dimensões de conflitos que marcaram a existência do arraial e as peregrinações de Antônio Conselheiro tinham na religião o elemento central. Em face da desagregação do mundo tal como o conheciam, os conselheiristas se apegaram ao sagrado com o intuito de fundar o paraíso terrestre, atuando para superar as transformações desagregadoras⁹. A ideia de “messianismo” aparece, portanto, carregada de juízos de valores: define essas reivindicações lideradas por alguma figura ligada à religiosidade como *estritamente* religiosas e, portanto, reacionárias, que atuam fora dos termos “propriamente” políticos e econômicos¹⁰.

⁸ Euclides da Cunha. *Os sertões: Campanha de Canudos*. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009, vol. 2.

⁹ “A condenação da República não tinha como ponto de partida princípios políticos mas sim a consideração de que era o governo do Anticristo, o ‘partido do demônio’. O único regime legítimo era a Monarquia, em que se mantinham unidos a Igreja e o Estado e em que o governo estava nas mãos do Rei, representante de Deus na terra”. Maria I. Pereira de Queiroz, *O messianismo no Brasil e no mundo*, São Paulo: Alfa-Ômega, 2003 [1965], p. 238.

¹⁰ Diversos autores adotaram perspectiva semelhante entre os anos 1960 e 2000: Edmundo Moniz, *Canudos: a guerra social*. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1987; Rui Facó, *Cangaceiros e fanáticos: Gênese*

Na historiografia mais recente, a definição de “movimentos messiânicos” tem sido reavaliada, num processo crítico que busca evidenciar a complexidade dessas manifestações ocorridas na Primeira República, solapada pela ideia de “messianismo”. Paulo P. Machado escreveu um livro pioneiro sob esse ponto de vista. Trata-se de um estudo acerca das origens, da formação e da atuação política das lideranças do Contestado. Segundo o autor, a bibliografia tradicional sobre o Contestado imputou ao movimento adjetivos como “messiânico” ou “milénar”. Contudo, o movimento não se apresentou tão homogêneo de modo a caber nas explicações baseadas em noções de “carências”, “ignorância” ou “fanatismo patológico”. Desse modo, o historiador pontua que o discurso religioso dos sertanejos no Contestado não anulava a sua “nítida consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização, de que se tratava de uma guerra entre ricos e pobres, que lutavam contra o governo, que defendia os interesses dos endinheirados, dos ‘coronéis’ e dos estrangeiros”¹¹. Machado aponta que, em vez de imputarmos termos como “reacionários”, “tradicionais”, “messiânicos” ou “pré-políticos”, é importante conceber o movimento no Contestado enquanto *político*, dotado de *capacidade criadora*.

A despeito das diferenças entre Canudos e o Contestado, as reflexões de Machado contribuem para repensar a experiência conselheirista: será possível refletir sobre a construção do Belo Monte e da liderança de Antônio Conselheiro em termos *estritamente* religiosos? A partir disso, é possível questionar se o conselheirismo consistia em “fanatismo” messiânico/milenarista ou se existia uma *política conselheirista*, que envolveria um projeto político em tempos de República.

Certamente, Antônio Conselheiro se notabilizou em mais de 20 anos de peregrinação por ministrar conselhos religiosos, além de se dedicar à execução de obras pias, tais como a construção ou reparação de capelas, igrejas e cemitérios. Contudo, ao se imputar conceitos verticais como “messianismo” e “milenarismo” a um movimento complexo como o conselheirismo, corre-se o risco de cairmos em um reducionismo impiedoso. O que caracterizava o Belo Monte era justamente a diversidade de projetos de vida e de perfis sociais e econômicos. Além do mais, a proclamação da República e a Abolição foram processos intensamente conflituosos no sertão baiano, o que torna

e lutas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; Robert Levine, *O sertão prometido: o massacre de Canudos no Nordeste brasileiro, 1893-1897*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995; Marco Antonio Villa, *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1999; Walnice Nogueira Galvão, *O Império do Belo Monte: vida e morte de Canudos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

¹¹ Paulo Pinheiro Machado. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 26.

necessário escrutinar alguns aspectos das experiências dos trabalhadores no novo regime que se inaugurou em 1889.

Muito além dos conceitos fabricados verticalmente, é necessário, portanto, entender as visões dos próprios conselheiristas sobre a República. Sigamos por essa vereda.

II. A missão dos freis capuchinhos no Belo Monte (1895)

A relação entre os conselheiristas e a República foi abordada em uma das fontes mais conhecidas a respeito do Belo Monte. Trata-se do relatório escrito pelo frei italiano João Evangelista do Monte Marciano, enviado em 1895 ao arcebispo da Bahia. Esse documento, produto de uma viagem evangelizadora a Canudos, foi transcrito em fevereiro de 1897 pelo *Jornal do Commercio*, acompanhando a escalada do interesse pelo arraial de Antônio Conselheiro após a derrota da segunda expedição, chefiada pelo major Febrônio de Brito.

O texto do frei é constantemente evocado pelos pesquisadores de Canudos. No documento, o religioso informa sobre diversos aspectos do cotidiano no arraial, tais como a alimentação, as formas de estratificação social, as práticas religiosas dos seus habitantes e a rebeldia que culminou na expulsão do visitante. Para além dessas questões, o texto contém várias pistas sobre a visão dos conselheiristas acerca da República.

Frei João Evangelista do Monte Marciano seguiu para Canudos em 26 de abril de 1895, acompanhado do frei Caetano de São Leão. A missão lhes foi atribuída pelo arcebispo da Bahia e consistia em

ir ao povoado de Canudos, freguesia do Cumbe, onde se estabeleceu o indivíduo conhecido vulgarmente por *Antônio Conselheiro*, afim [sic] de procurar pela pregação da verdade evangélica, e apelando para os sentimentos da fé católica que esse indivíduo diz professar, chamá-lo e a seus infelizes asseclas aos deveres de católicos e de cidadãos, que de todo esqueceram, e violam habitualmente com as práticas as mais extravagantes e condenáveis, ofendendo a religião e perturbando a ordem pública¹².

¹² Relatório enviado pelo frei João Evangelista do Monte Marciano ao Arcebispo da Bahia, 1895. “Antônio Conselheiro”. *Jornal do Commercio*, 14 de fevereiro de 1897, p. 2.

No trecho, o frei esclarece que a sua missão extrapolava a pregação sobre questões estritamente religiosas. Para além dos “deveres de católicos”, o uso da fé se daria com o intuito de exortar os conselheiristas para o exercício dos seus “deveres de cidadãos”, violados por “práticas extravagantes” que ameaçavam tanto a religião quanto a “ordem pública”. Tratava-se de uma tarefa muito árdua, considerando a indisposição dos conselheiristas em face da República, e João Evangelista estava ciente da aspereza de sua missão. O Belo Monte fora erigido após um confronto violento com as forças policiais, o choque de Masseté, que resultou na vitória do séquito de Antônio Conselheiro e a sua instalação numa região de difícil acesso. Esse era um dos indícios da ojeriza dos conselheiristas às instituições do novo regime, de modo que seguir para Canudos com semelhante tarefa de pregação era prenúncio de um encontro conflituoso.

O caráter penoso da missão é realçado pelo frei em vários trechos de seu relatório. As dificuldades impostas aos eclesiásticos foram imensas, a começar pelo tempo despendido para chegar ao destino. Apesar da partida em 26 de abril e do empenho em seguir o mais rápido possível, eles só entraram em Canudos cerca de três semanas depois, no dia 13 de maio de 1895. Quiçá os conselheiristas se prepararam para receber os visitantes, pois o frei declara que os homens que lhes serviram como guias – talvez colaboradores dos habitantes do Belo Monte – retardaram a viagem, permanecendo vários dias estacionados em Cumbe. A hipótese de que os guias eram informantes dos conselheiristas ganha força na sequência do texto:

Ainda tão distantes, já deparávamos os prenúncios da insubordinação e anarquia de que íamos ser testemunhas, e que se fazem sentir por muitas léguas em derredor do referido povoado.

Três léguas antes de chegar ao Cumbe, avistávamos um numeroso grupo de homens, mulheres e meninos quase nus, aglomerados em torno de fogueiras, e, acercando-nos deles, os saudamos, perguntando-lhes eu – se era aquela estrada que conduzia ao Cumbe.

Seu primeiro movimento foi lançar mão de espingardas e facões, que tinham de lado, e juntarem-se todos em atitude agressiva. Pensávamos acalmá-los, disse-lhes que éramos dois missionários que se tinham perdido na estrada e queriam saber se era longe a freguesia. Responderam: “não sabemos; perguntem ali”, e apontaram uma casa vizinha.

Era uma guarda avançada de *Antônio Conselheiro*, essa gente que havíamos encontrado¹³.

¹³ Relatório enviado pelo frei...

Imbuídos da missão de valer-se do Evangelho para exortar os conselheiristas a cumprir com seus “deveres de católicos e de cidadãos”, os freis receberam grande hostilidade antes mesmo de se aproximar de Canudos. A animosidade contra os “dois missionários perdidos na estrada” pareceu-lhes injustificável, quiçá o sintoma da grande “insubordinação e anarquia” que imperava no Belo Monte. De todo modo, cabe o questionamento: de onde vinha tamanha aversão dos conselheiristas aos eclesiásticos?

A questão é pertinente, pois, ao longo do relato, o frei evidencia que os conselheiristas não estavam muito hospitaleiros no trato com os dois visitantes. Isso talvez espantasse os eclesiásticos, que reputavam ser Canudos uma cidade edificada segundo princípios religiosos. Se os freis queriam apelar para a religião a fim de retomar a obediência dos conselheiristas e reatar a “ordem pública”, a conjuntura não se mostrava propícia a essa estratégia. Logo na chegada, após registrar suas primeiras impressões sobre a estruturação do Belo Monte, João Evangelista observa:

À porta da capela [na praça principal do Belo Monte] e em vários pontos da praça apinhavam-se perto de mil homens armados de bacamarte, garrucha, facão, etc., dando aos Canudos a semelhança de uma praça d’armas ou melhor, de um acampamento de beduínos.

Usam eles camisa, calça e blusa de azulão, gorro azul à cabeça, alpercatas nos pés. O ar inquieto e olhar ao mesmo tempo indagador, e sinistro denunciavam consciências perturbadas e intenções hostis¹⁴.

O frei, defensor da destruição do Belo Monte, define os conselheiristas segundo suas “consciências perturbadas”, matriz de suas “intenções hostis”. Por sua vez, os habitantes do Belo Monte certamente não tomaram os eclesiásticos como meros visitantes com intenções evangélicas. O caráter belicoso e o olhar desconfiado dos conselheiristas remetiam a um dos principais aspectos da experiência do séquito de Antônio Conselheiro no regime republicano: o emprego da violência na tentativa de impedir os ajuntamentos que grassavam por onde passava o beato.

Desde os tempos do Império, houve tentativas de minar a liderança que o Conselheiro exercia sobre a população, notadamente os livres pobres, mas também os escravizados. Ainda em 1876, ordenou-se em Itapicuru, cidade do sertão baiano onde

¹⁴ Relatório enviado pelo frei...

ele se estabelecera, a sua prisão, sob suspeita de ter cometido crimes. Já naquele tempo, os seus seguidores estavam muito dispostos a defendê-lo da prisão arbitrária, que terminaria em tragédia se o próprio Antônio Vicente não interviesse, contendo os seus seguidores, que tentavam impedir a ação da polícia¹⁵.

Sabemos que os conflitos entre os conselheiristas e as autoridades civis e policiais perduraram na década de 1880. Contudo, as rusgas mais importantes desse período se deram entre o peregrino e as autoridades eclesiásticas, que buscavam orientar os párocos sertanejos a não permitir as pregações do beato nas igrejas, além de impedir suas práticas religiosas, consideradas fetichistas. Naquele momento, a Igreja se orientava para a romanização, contrapondo-se ao “catolicismo popular” representado pelo Conselheiro¹⁶. A missão do frei João Evangelista do Monte Marciano vinha, portanto, na esteira de 15 anos de tentativas do clero em coibir o conselheirismo¹⁷.

A tarefa de conter o Conselheiro tornou-se ainda mais dramática após a Abolição, prosseguindo nos primeiros anos da República. A influência do peregrino sobre os trabalhadores, que empregavam seus serviços para a construção de obras pias – notadamente igrejas e cemitérios –, aguçava as dificuldades dos fazendeiros locais em controlar a mão de obra. Nesse sentido, proliferaram violências contra o séquito do Conselheiro, uma vez que os trabalhadores preferiam se dedicar às obras pias do que aos labores nas fazendas da região.

Já no período republicano, Antônio Conselheiro se tornara um dos principais problemas dos sertões da Bahia, ao menos do ponto de vista dos fazendeiros. Celebrizado por “carregar o povo”, desviando-o dos trabalhos costumeiros para a execução de obras pias, a sua atuação aprofundou a ojeriza que grassara no Império –

¹⁵ Alguns dias depois da sua prisão, o jornal baiano *O Monitor* transcreveu a notícia da soltura do Conselheiro, publicada originalmente em *O Cearense* (16/07/1876): “Presumindo a polícia [baiana] de que ele fosse criminoso nessa província, remeteu-o para aqui [Ceará]. //Na ocasião de ser preso o povo armou-se para obstar a prisão e só não o conseguiu porque Antônio Conselheiro não o quis, entregando-se à autoridade. //Chegando à secretaria de polícia daquela província, recusou-se obstinadamente a responder ao interrogatório que lhe foi feito. //Aqui, porém, Antônio Vicente, sendo interrogado pelo Sr. Dr. chefe de polícia, declarou ser natural de Quixeramobim, para onde desejara ardentemente ser remetido. Disse que, sendo casado e não podendo viver em harmonia com a mulher, resolvera seguir uma vida de martírio e o seu fim único era aconselhar o povo, tendo erguido algumas igrejas e construído alguns cemitérios. //Já foi remetido para Quixeramobim”. “Antônio Conselheiro”. *O Monitor*, 02 de agosto de 1876, p. 2.

¹⁶ Sobre o processo de romanização da Igreja católica no Brasil, que rumava para a ortodoxia religiosa e fortalecia seus vínculos com as decisões do Vaticano, cf. Ralph Della Cava, *Milagre em Joazeiro*, São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 69-78.

¹⁷ Sobre os conflitos entre as autoridades eclesiásticas e Antônio Conselheiro, cf. Leandro Aquino Wanderlei, *Conflito no sertão conselheirista: a relação do clero da Arquidiocese da Bahia com Antônio Conselheiro e seus adeptos (1873-1897)*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

uma vez que, finda a escravidão, estava em jogo o controle da mão de obra liberta, assim como a manutenção dos privilégios sociorraciais. Nesse sentido, a perseguição das forças policiais e também do clero contra Antônio Vicente se intensificou na República¹⁸. Em 1892, um caso de agressão aos seus seguidores foi registrado pela imprensa baiana. Na edição de 04 de abril de 1892, o *Pequeno Jornal*, órgão da capital baiana de propriedade do político César Zama – que alguns anos mais tarde escreveria um libelo denunciando o massacre de Canudos –, publicou uma carta de Manoel José Sant’Anna, escrita em 10 de março daquele ano. Na epístola, Sant’Anna reclama dos desmandos de Vicente Valentim da Cunha, vigário da freguesia do Coité. Além de enumerar alguns dos correligionários do padre político que aterrorizava os seus adversários, Sant’Anna denuncia as atrocidades cometidas contra o “povo de Antônio Conselheiro”, de modo que os seguidores do beato foram espancados a mando do clérigo¹⁹.

O choque de Masseté, que originou a ocupação do povoado Canudos, foi mais uma tentativa de prender ou atentar contra a vida do beato²⁰. Por essa razão, o Belo Monte se situava numa região de difícil acesso, especialmente para indivíduos de fora da região, e contava com informantes pelas estradas que para lá conduziam. Uma vez estabelecidos em seu arraial, os conselheiristas temiam atentados, protegendo o peregrino de possíveis ataques das forças policiais. A proteção do Conselheiro era, enfim, uma preocupação constante. Na ocasião da visita dos freis, os cuidados foram mantidos, o que reforça que os eclesiásticos entraram em Canudos sob suspeição.

¹⁸ Marco Antonio Villa, *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1999, cap. 2.

¹⁹ “Pelo procedimento que tem tido este maldito vigário depois investido em chefe do partido da raspadeira, está maluco ou endiabrado, ou estará prestes a pagar o que fez a Antônio Conselheiro espancando barbaramente a seu povo e ao padre Felismino de S. Paulo, autor principal de sua infelicidade acantrapilhado no asilo de S. João de Deus, nesta capital”. Manuel José de Sant’Anna (firma reconhecida), “Negócios do Coité”, Vila do Patrocínio do Coité, 10 de março de 1892. *Pequeno Jornal*, “Seção Livre”, 04 de abril de 1892, p. 2.

²⁰ Em 05 de junho de 1893, o *Diário de Notícias*, tradicional órgão da imprensa baiana, publicara uma carta de seu correspondente em Monte Santo, uma das vilas mais próximas do arraial do Belo Monte, sob o título de “Graves acontecimentos”: “Não nos enganamos, quando classificamos de graves os acontecimentos de que tem sido teatro o interior deste Estado. //Hoje temos informações seguras sobre o encontro que dissemos ter-se dado entre a força pública e uma enorme multidão de adeptos do célebre Antonio Vicente da Cunha [sic] Maciel, muito conhecido no interior pela alcunha de Conselheiro. //Foi na noite de 26 do passado. //Uma força de polícia, sob o comando do digno sr. tenente Virgílio de Almeida, composta de 52 praças, seguiu da cidade do Tucano, com o fim de garantir a ordem pública, que se dizia estar sendo alterada nas localidades por onde ia passando o famigerado Conselheiro. //Às 7 horas da noite, a força, aproximando-se da fazenda Masseté, cerca de 8 léguas distante do Tucano, notou que ali se achava o tal Conselheiro com a multidão que o segue em suas peregrinações sediciosas. //Mal foram pressentidos os soldados, uma onda de populares assaltou-os, sendo, na mesma ocasião, disparados muitos tiros”. *Apud* Joaquim Antonio de Novais Filho, “Memória e discurso nas narrativas sobre Antonio Conselheiro e a ‘guerra’ de Canudos: a imprensa de Salvador (1876-1897)”. Dissertação de mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), p. 36.

Os encontros entre os visitantes e Antônio Vicente salientam a desconfiança e o caráter belicoso dos moradores do Belo Monte. Apesar disso, o líder do Belo Monte foi muito hospitaleiro com os freis. No primeiro contato, o Conselheiro acompanhava os trabalhos de construção da Igreja Nova e guiou os eclesiásticos para examinar todas as divisões do prédio. De outro lado, e para o espanto de João Evangelista, “magotes de homens armados” cerraram fileira em frente à capela mal o avistaram.

O retrato do peregrino que João Evangelista nos fornece é igualmente notável²¹. Em vez de um monomaniaco que se arrogava o novo messias, o frei destaca o seu ar penitente, estampado na figura de um homem sofrido, “pálido” e de “olhos fundos”. Um homem hospitaleiro, capaz de sustentar uma conversa sobre coisas práticas como a construção da Igreja Nova, respeitoso com os visitantes. Apesar disso, o eclesiástico não fazia um bom conceito do Conselheiro, visto que a sua aparência era uma forma de “enganar e atrair o povo simples e ignorante”. Em suma, o frei ecoa a ideia de que Antônio Vicente era um manipulador, um fanatizador das massas, cuja atuação concorria unicamente para desviar aquela população simplória de seus afazeres. Essa visão esteve na base dos conflitos que a missão produziu durante os sete dias em Canudos.

A tensão continua na sequência do texto, quando o frei, ainda na visita ao edifício da Igreja Nova, descobre a amplitude da ojeriza dos conselheiristas em relação à República:

Chegados ao coro, aproveitei a ocasião de estarmos quase sós [o frei e Antônio Conselheiro], e disse-lhe que o fim a que eu ia era todo de paz, e que assim muito estranhava só enxergar ali homens armados, e não podia deixar de condenar que se reunissem em um lugar tão pobre tantas famílias, entregues à ociosidade e em um abandono e miséria tais, que diariamente se davam de 8 a 10 óbitos.

Por isso, de ordem e em nome do Sr. Arcebispo, ia abrir uma santa missão e aconselhar o povo a dispersar-se e a voltar aos lares e ao trabalho, no interesse de cada um e para o bem geral.

Enquanto dizia isto a capela e o coro enchiam-se de gente, e ainda não acabava eu de falar, já eles a uma voz clamavam: “*Nós queremos acompanhar o nosso Conselheiro*”. Este os fez calar, e voltando-se para mim, disse: “É para minha defesa que

²¹ “Vestia túnica de azulão, tinha a cabeça descoberta e empunhava um bordão: os cabelos crescidos sem nenhum trato, a caírem sobre os ombros; as hirsutas barbas grisalhas, mais para brancas; os olhos fundos, raras vezes levantados para fitar alguém, o rosto comprido e de uma palidez quase cadavérica; o porte grave e ar penitente, davam-lhe ao todo uma aparência que não pouco teria contribuído para enganar e atrair o povo simples e ignorante dos nossos sertões”. Relatório enviado pelo frei...

tenho comigo estes homens armados, porque V. Revm. há de saber que a polícia atacou-me e quis matar-me no lugar chamado Macete [sic], onde houve mortos de um e de outro lados.

No tempo da monarquia deixei-me prender, porque reconhecia o Governo; hoje não, porque não reconheço a República”.

“Senhor, repliquei eu, se é católico deve considerar que a Igreja condena as revoltas, e, aceitando todas as formas de governo, ensina que os poderes constituídos regem os povos, em nome de Deus.

É assim em toda a parte: a França, que é uma das principais nações da Europa, foi monarquia por muitos séculos, mas há mais de 20 anos é república; e todo o povo, sem exceção dos monarquistas de lá, obedece às autoridades e às leis do Governo. Nós mesmos aqui no Brasil, a principiar dos bispos até o último católico, reconhecemos o Governo atual, somente vós não vos quereis sujeitar?

É mau pensar esse, é uma doutrina errada a vossa”.

Interrompeu-me um da turba, gritando com arrogância: “V. Revm. é quem tem uma doutrina falsa, e não o nosso *Conselheiro*.” Desta vez ainda o velho impôs silêncio, e por única resposta me disse:

“Eu não desarmo a minha gente, mas também não estorvo a santa missão”. Não insisti no assunto, e acompanhados da multidão saímos todos, indo escolher o lugar para a latada e providenciar para que no dia seguinte principiassem os exercícios²².

O frei seguira para Canudos muito cioso da missão à qual lhe encarregaram: valendo-se de sua autoridade espiritual, orientar os habitantes do Belo Monte a deixar o arraial. Em sua visão, externada diante do público que lotava a Igreja Nova, o povoado nada mais era que a aglomeração de gente “entregue à ociosidade”, abandonados à “miséria” e à mortandade diária de oito a dez pessoas. Ora, chamando-os de volta aos “lares” e ao “trabalho”, João Evangelista ecoa o pensamento dos fazendeiros e comerciantes da região: que viver em Canudos desorganizava as atividades laborais no sertão, entregue ao vazio dos lares e dos postos de trabalho nas fazendas.

Contudo, os conselheiristas tinham concepção diversa sobre a nova vida, facultada pela fundação do Belo Monte. Em sua perspectiva, a liberdade de movimentos, a chance de controlar o tempo de trabalho e de se dedicar a atividades diversas, dentro e fora do arraial, tornava-o um local muito atrativo para pessoas de várias condições socioeconômicas. Em suma, valorizavam-se atributos relativos à

²² Relatório enviado pelo frei...

liberdade, que buscava ser afirmada com muito zelo pela população não branca, numa sociedade que abolira a escravidão havia menos de uma década.

Os freis talvez não soubessem dessas questões, quiçá as desconsiderassem, sendo ambos italianos. De todo modo, são assuntos recorrentes no excerto transcrito acima. Certamente, o fracasso da missão decorreu da dissonância entre os intuitos dos eclesiásticos e os motivos dos conselheiristas. Ao terminar o seu retrato pejorativo da vida no Belo Monte e conclamá-los (ou ordenar-lhes?) a voltar aos seus “lares”, a resposta foi imediata, em coro, proferida com grande revolta: “*Nós queremos acompanhar o nosso Conselheiro*”. A frase parece simples, sem muita importância, mas, naquele contexto, era dotada de grande potência. Com ela, os conselheiristas reafirmavam a sua liberdade. Em primeiro lugar, o que os impedia de fazer o que quisessem de si mesmos? Em segundo, por que era proibido seguir o Conselheiro, um homem de ar penitente, mas que levava o Evangelho pelos rincões da Bahia, de Sergipe e do Ceará, além de realizar obras pias, na reparação de igrejas e cemitérios, reunindo o povo com esse fim? Sendo assim, na visão dos moradores do Canudos, por que persegui-lo?

Estava em questão para os conselheiristas a sua liberdade num contexto de pós-emancipação. Nas manifestações contra as palavras de João Evangelista, havia a defesa do *direito* de seguir o Conselheiro, que era outra dimensão da capacidade de ir e vir ou de escolher seus próprios líderes. Esses *direitos* eram duplamente ameaçados durante o regime republicano: de um lado, a luta para impedi-los de deixar os seus “lares” para trabalhar nas obras pias ou se assentar em Canudos; de outro, as constantes tentativas de agressão ao peregrino e ao seu séquito, que assumiram tons dramáticos em 1893, contribuindo para a fundação do Belo Monte.

Cientes da legitimidade dos seus direitos, os conselheiristas estavam dispostos a assegurá-los, ainda que pela força. Antônio Conselheiro assumiu a condição de liderança, igualmente propenso ao combate. Se outrora ele era pacífico, segundo o seu próprio relato, ele decidira, em tempos de República, sob ameaça de morte, manter-se protegido em seu Belo Monte, sem a mínima resolução por desarmar a sua gente. Essa transformação do Conselheiro foi percebida por seus opositores, isto é, pelos fazendeiros da região. Logo após a primeira expedição contra Canudos, capitaneada pela polícia baiana, um dos correligionários do barão de Jeremoabo relatou:

O Uauá, que prosperava, ficou arrasado. O Conselheiro, por outro lado, já demoliu mais de cem casas, currais, cercados, etc., incendiando a muitos. Não sabemos onde irá parar isto, pois de momento o Santo pode mudar de plano. Ele não é o homem que muitos julgaram de maníaco e inofensivo; é vaidoso aventureiro, que tratou de fanatizar aos ignorantes, e muita gente boa se iludia com ele... hoje querendo aniquilá-lo, porque a política dele é toda diferente, monarquista intransigente, donde presumia ser bem recompensado se viesse a restauração, ignorando o que sucedeu a Silva Jardim, Tiradentes, Frei Caneca e outros; mas contenta-se em ficar célebre na história com a sua coerência!...²³

O missivista destacou que Antônio Conselheiro se tornara uma eminência sertaneja, pois influía sobre grande parte da população local. De outro lado, o beato – outrora inofensivo – foi alçado à categoria de líder rebelde, insubmisso às leis republicanas, imprevisível em seu intuito de defender a cidade que construíra junto ao crescente séquito. Acolhendo o povo em Canudos e disposto a resistir à violência, Antônio Vicente ameaçava os intuitos dos fazendeiros em controlar a mão de obra, ou mesmo de impor a sua vontade²⁴. Nesse sentido, a nova determinação do peregrino sintetizava a luta contra as injustiças de um regime claramente voltado à limitação dos direitos das classes subalternas, tais como a liberdade de movimentos e o controle sobre o próprio trabalho.

Daí o ímpeto em defender aguerridamente o Conselheiro e o projeto de vida que o Belo Monte representava. Essa posição defensiva chamou a atenção dos freis. Se eles não esperavam uma missão fácil no Belo Monte, a “arrogância” dos conselheiristas lhes causou grande incômodo. Eles estavam tratando com gente rebelde, sem a deferência esperada no diálogo com membros da Igreja, notadamente no que se referia à luta por seus direitos ou à oposição contra a República.

²³ Carta de João Cordeiro de Andrade a Cícero Dantas Martins. Acaru [imediações de Uauá], 02 de janeiro de 1897. In: Consuelo N. Sampaio, *Canudos: cartas para o barão*, São Paulo: Edusp/Imesp, 2001, p. 131.

²⁴ Esse aspecto fica evidente na carta enviada pelo vigário de Bom Conselho ao barão de Jeremoabo. Na epístola, o religioso, envolvido com a política partidária local, se justifica a respeito da sua passividade ante uma visita de Antônio Conselheiro e seu séquito ao município, onde o beato fez uma pregação que reuniu muita gente. O vigário trata, portanto, da *impossibilidade* de controlar as ações de Antônio Conselheiro, o que aprofundava os conflitos na região: “É preciso que V. Exa. se convença de que o Antônio Conselheiro não é mais o homem de ontem. Hoje tem foros de governador, e como tal vai promulgando leis, publicando-as e estas vão sendo aceitas pelos infelizes que o acompanham e por uma grande maioria dos habitantes dos lugares onde ele arma tenda para dar conselhos. É preciso que faça timbre em vir ao Bom Conselho, e eu estou certo de que se me opusesse, seria desprestigiado”. Carta de Vicente Martins a Cícero Dantas Martins. Bom Conselho, 22 de janeiro de 1896. In: Consuelo N. Sampaio, *Canudos...*, p. 114.

Todavia, os freis não trataram da questão dos direitos nem entraram no mérito das ameaças de morte contra o peregrino no Relatório. Eles reputaram a rebeldia e o ódio contra a República a outro fator: a fanatização do povo simples e sofredor por Antônio Conselheiro.

Na sequência do relatório, João Evangelista expôs as informações que ele conseguiu coletar sobre Antônio Conselheiro durante o seu percurso em direção ao Belo Monte. Em suas descrições, o frei buscou evidenciar que o peregrino era um aliciador, capaz de estimular a superstição do povo, consentindo que lhe dedicassem “homenagens” consideradas fetichistas. Ademais, o eclesiástico citou como problema central da liderança de Antônio Conselheiro a mescla entre a rebeldia contra a moral e a insubmissão ao novo regime:

Os aliciadores da seita se ocupam em persuadir ao povo de que todo aquele que quiser se salvar precisa vir para Canudos, porque nos outros lugares tudo está contaminado e perdido pela República; ali, porém, nem é preciso trabalhar: é a terra da promessa, onde corre um rio de leite, e são de cuscuz de milho os barrancos²⁵.

Se os dizeres atribuídos aos “aliciadores da seita” eram verdadeiros, essas palavras viabilizariam a interpretação de que o Belo Monte era, de fato, uma terra orientada para a salvação. No entanto, o trecho vai além e revela que Canudos era, na visão dos seus habitantes, um lugar que abria muitas possibilidades àqueles que nele se assentassem. Mais do que o não trabalho, uma vez que os conselheiristas obravam dentro e fora do arraial, era viável ter uma vida digna sob os auspícios de Antônio Conselheiro.

Todavia, a “terra de promessa” não sugeria que o povoado tinha uma orientação messiânica ou milenarista, na qual a insubmissão conduziria ao isolamento do mundo. Apesar de observar com zelo a persistência em Canudos de práticas que ele considerava fetichistas, João Evangelista não dissociou a insubmissão à Igreja da rebeldia contra a República. Foi justamente na tentativa de inculcar nos habitantes do Belo Monte a obediência ao governo, que, na terra, seria obra de Deus, que o eclesiástico provocou a grande celeuma que o obrigou a praticamente fugir de Canudos, temendo um atentado contra os missionários.

²⁵ Relatório enviado pelo frei...

Ao se debruçar sobre os episódios da missão a que fora encarregado, o frei conta que os trabalhos foram iniciados em 14 de maio de 1895. Apesar de algumas interrupções durante suas homilias – cujo teor incomodava os habitantes do Belo Monte, que reagiam com expressões de reprovação –, a missão correu bem até o quarto dia. Nesse momento, João Evangelista passou, insistentemente, a defender a obediência à República, tornando a situação insustentável, o que levou os padres a finalizar seus trabalhos. Em suma, o eclesiástico observou que a legitimidade do novo regime era reconhecida pela Igreja, que não compactuaria com os “caprichos” de quem usasse a religião como pretexto para suas paixões. O frei chamou os conselheiristas de “perturbadores da ordem” diante deles e ainda sugeriu que a instituição eclesiástica não se levantaria contra uma virtual repressão, que, aliás, os habitantes do Belo Monte não descartavam. O autoritarismo de João Evangelista foi motivo de protesto no povoado:

Estas minhas palavras irritaram o ânimo de muitos, e desde logo começaram a fazer propaganda contra a missão e os missionários, arredando o povo a vir assistir à pregação de um padre *maçom, protestante e republicano*, e dirigindo-me, quando passavam e até ao pé do púlpito, ameaças de castigo e até de morte. Espalharam que eu era emissário do governo e que, de inteligência com este, ia abrir caminho à tropa que viria de surpresa prender o *Conselheiro* e exterminar todos eles. E, passando de palavras a fatos, ocuparam com gente armada todas as estradas do povoado, pondo-o em estado de sítio, de modo a não poder ninguém entrar nem sair sem ser antes reconhecido, como o fizeram ao próprio vigário da freguesia, detendo-o à boca da estrada, quando às 7 horas da noite, tendo se ausentado por justo motivo, regressava para Canudos.

Apesar da tensão, o missionário afirma não ter perdido a calma e seguiu com a crítica ao Conselheiro, apelando então para a explanação do termo homicídio em sentido amplo. As suas palavras continuaram acerbadas quando expôs um conceito muito amplo de “homicida”, que incluía não apenas os assassinos por metal ou veneno, de modo que “também o eram, até certo ponto, aqueles que arrastavam outros a acompanhá-los em seus erros e desatinos, deixando-os depois morrer, dizimados pelas moléstias, à míngua de recursos e até do pão, como acontecia ali mesmo”. Em outras palavras, João Evangelista chamava Antônio Conselheiro de homicida, responsabilizando-o pelas numerosas mortes diárias. Alguém do povo respondeu sobre os falecimentos em voz lamurirosa “*É o Bom Jesus que os manda para o céu*”.

Acusar o Conselheiro de homicida, culpando-o pelas várias mortes diárias – provavelmente se tratava de pessoas doentes que seguiram para o Belo Monte em peregrinação pela cura – foi uma atitude muito grave dos missionários. Para os conselheiristas, era indício de que a Igreja traía os princípios cristãos e aderira ao regime republicano. Isso culminou em protesto, indicando que os habitantes renunciavam um ataque da República contra o povoado:

Limitaram-se a injúrias, acenos e ditos ameaçadores, até o dia 20 de Maio, sétimo da missão, em que já não se contiveram nessas manifestações isoladas e orgadizaram [*sic*] num protesto geral e estrepitoso do grupo arregimentado. Desde as 11 horas da manhã, *João Abade*, chamado o chefe do povo, foi visto percorrer a praça apitando impaciente, como a chamar a soldadesca a postos contra alguma agressão inimiga, e a gente foi-se reunindo, até que ao meio-dia estava a praça coalhada de homens armados, mulheres e meninos, que, a queimar foguetes e com uma algazarra infernal, dirigiram-se para a capela, erguendo vivas ao Bom Jesus, ao Divino Espírito Santo e a *Antônio Conselheiro*, e de lá vieram até nossa casa, dando foras aos *republicanos*, *maçons* e *protestantes*, e gritando que não precisavam de padres para se salvar, porque tinham o seu *Conselheiro*.

Nessa desatinada passeata, andaram acima e abaixo, pelo espaço de duas horas, dispersando-se afinal, sem irem além²⁶.

Na tarde do mesmo dia, o frei decidiu acabar com a missão e deixar o Belo Monte, sacudindo o pó de suas sandálias, num gesto simbólico que chamava os conselheiristas de heréticos.

No fim do seu relatório, frei João Evangelista sintetiza os resultados da sua fracassada missão. O trecho contém algumas passagens muito importantes, pois informa a sua visão a respeito da política e da religiosidade de Canudos, além de sugerir à Igreja uma atitude drástica em face do povoado de Antônio Conselheiro. Antes de comentar essa parte do célebre documento, são necessárias algumas considerações sobre o que foi abordado até aqui.

²⁶ Relatório enviado pelo frei...

O primeiro aspecto notável do relatório é que, apesar de considerar o séquito de Antônio Conselheiro como uma seita religiosa, o frei revela o forte sentido político do Belo Monte. De um lado, é evidente que, em sua visão, Antônio Conselheiro, por sua figura de penitente, era um oportunista fanatizador do povo crédulo. Percebe-se o esforço do eclesiástico em demonstrar a rígida moral religiosa, que atentaria contra os princípios da religião, obrando para desvirtuar o povo. De outro lado, porém, a rebeldia dos conselheiristas contra a República foi constantemente mencionada por João Evangelista. Os habitantes do Belo Monte puderam, enfim, explicar algumas razões da sua ojeriza pelo regime instaurado, o que torna o Relatório uma fonte preciosa para entender a concepção dos conselheiristas sobre a política.

Pelos registros do frei, os motivos de Antônio Vicente e de seu povo não diziam respeito a aspectos que remetiam ao outro mundo, qual uma seita messiânica ou milenarista. Ao contrário, as explicações proferidas para se oporem à República são muito menos *sagradas*, envolvendo duas razões.

Em primeiro lugar, o próprio Conselheiro afirma que se assentou no Belo Monte por causa da violência policial e das ameaças de morte. Esse era o motivo da presença de muitos homens armados no arraial, igualmente aceitos pelo peregrino. A existência de homens dispostos a se armar para defender Antônio Vicente acompanhou a trajetória do beato desde a sua prisão em 1876²⁷. Possivelmente, isso explica porque os movimentos do Conselheiro foram tolerados entre as décadas de 1870 e 1880, não obstante a oposição de autoridades civis e eclesiásticas. Os pequenos municípios e povoados da região não contavam com suficiente efetivo de polícia, capaz de debelar os ajuntamentos daquele momento.

É notório que Antônio Vicente tenha reafirmado a diferença entre as perseguições do Império e da República. No relato do frei, é possível perceber como o peregrino construiu a memória de um período de paz durante a vigência da monarquia, mesmo que ele tenha sido preso em 1876. O argumento que ele usa para distinguir a sua postura em cada regime também é digno de nota: no Império, aceitou ser preso, obstando os seus seguidores de entrar em confronto com as forças policiais; de outro lado, Antônio Conselheiro não reconhecia a legitimidade da República, não aceitando a prisão nem desarmando sua gente. Quiçá a rebeldia do peregrino contra o novo regime era oriunda da consciência de não ter cometido crime que justificasse o aumento das

²⁷ Cf. Capítulo III, nota 15.

violências contra ele e seu povo. A generalização da injustiça, personificada nas ameaças de morte, era o motivo da sua insubmissão.

Em segundo lugar, do ponto de vista dos conselheiristas, a luta pelo direito de ir e vir, de ter autonomia para buscar trabalho e para quem vender sua mão de obra no pós-abolição se associa à luta contra a própria República. Era como se a República sintetizasse as estratégias adotadas pelos fazendeiros, comerciantes e autoridades locais para manter a dependência e, assim, controlar os grupos subalternos, assegurando os privilégios construídos ainda no tempo da escravidão. Nesse sentido, os habitantes do Belo Monte sabiam da possibilidade de invasão do arraial, ataque que seria respaldado pelos poderosos locais, em nome da República.

Essa luta de reafirmação de direitos no pós-abolição, acompanhada de forte insubmissão e disposição ao combate armado, passava igualmente pelo reconhecimento de que não havia nenhum crime no simples ato de acompanhar o Conselheiro no Belo Monte. Sendo livres, numa sociedade que abolira formalmente a escravidão, nada impedia que os conselheiristas – aliás, compostos por grande diversidade racial e socioeconômica – pudessem controlar seus próprios movimentos. Os freis, as autoridades políticas e forças policiais se opunham justamente contra esse tipo de reivindicação, que do ponto de vista dos moradores de Canudos, era crucial.

Os aspectos evocados pelos conselheiristas para justificar a sua permanência no Belo Monte – que não versavam sobre questões propriamente sagradas –, apontam a existência de um sentido profundo para a oposição à República e ao próprio fracasso da missão da Igreja de tentar dissuadi-los de permanecer em Canudos.

Desde a chegada dos religiosos no arraial, os conselheiristas demonstraram grande desconfiança em relação aos visitantes. Viam neles homens oriundos da capital, agentes do governo, tal qual espiões imbuídos da tarefa de descrever o arraial para as tropas que o invadiriam. Nesse sentido, é notável que, apesar de desastroso, o fim abrupto da missão tenha causado espanto nos habitantes de Canudos. Segundo o relato de João Evangelista, uma parte dos conselheiristas clamou pela continuidade das tarefas sacramentais. Conforme observou Ataliba Nogueira, isso demonstra que os conselheiristas não consideravam que, em termos religiosos, a presença de Antônio Conselheiro bastasse para a salvação²⁸. Eles respeitavam os sacramentos, que deveriam

²⁸ Ao analisar o conteúdo de suas prédicas, Nogueira vai além e observa que inexistente conteúdo milenarista ou messiânico nos manuscritos de Antônio Conselheiro. Cf. Ataliba Nogueira, *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. Editora Nacional, 1978, p. 47-190.

ser ministrados por um sacerdote – o que antes era igualmente realizado pelo vigário de Cumbe, que possuía residência na povoação, cedida para a estadia dos freis visitantes. Caberia a Antônio Vicente a tarefa de aconselhar o povo, orientando-os conforme a Palavra, assim como a responsabilidade de coordenar as obras pias e manter o funcionamento do arraial, inclusive acolhendo aos necessitados e peregrinos que por lá passavam.

Apesar do respeito aos sacramentos do catolicismo, o clamor pela obediência à República foi suficiente para desencadear a quase expulsão dos freis, aprofundando a suspeita sobre as suas reais intenções. A ruptura com a Igreja remonta à insensibilidade dos freis²⁹ – ou, em outros termos, ao alinhamento dos religiosos com os interesses das autoridades locais e nacionais diante da posição dos conselheiristas para não reconhecer o novo regime. Os motivos, como vimos, passavam pela violência contra Antônio Vicente e a defesa do direito sobre os próprios movimentos após a Abolição.

Em suma, o Relatório do frei João Evangelista oferece muitas pistas acerca da visão dos habitantes de Canudos sobre a República. Ainda assim, uma questão abordada pelo eclesiástico permanece: por que Antônio Conselheiro afirma que reconhecia a Monarquia, a ponto de se deixar prender, enquanto não aceitava a legitimidade do novo regime? Em outras palavras, onde residia a diferença entre os dois regimes, na perspectiva do peregrino e da gente do Belo Monte?

III. Antônio Conselheiro nas encruzilhadas da República

Durante os ataques contra Canudos, ao longo de 1897, talvez o que mais tenha impressionado os militares e correspondentes especiais foi o ódio dos

²⁹ Nogueira observa que, além da insensibilidade, também havia o problema da inexperiência do frei João Evangelista para lidar com a religiosidade popular: “Convém salientar, em relação a frei Monte Marciano, que foi grande erro a sua indicação para tarefa tão delicada [...].// É que o frade capuchinho conhecia mal o nosso povo e pior ainda os nossos políticos, pois havia chegado ao Brasil em 1892, menos portanto de três anos antes da missão a ele confiada. Além disto era jovem e sem experiência. //Quando aqui se arraigou e tomou conhecimento dos fatos e penetrou na psicologia da nossa gente, então, sim, desenvolveu ação religiosa de grande proveito, durante quarenta e nove anos, tanto na Bahia quanto em Pernambuco, Alagoas e Sergipe. [...]//O companheiro do frei Marciano, frei Caetano de Leo, chegou ao Brasil em julho de 1894!”. Cf. Ataliba Nogueira, *Antônio Conselheiro e Canudos...*, p. 45, nota 104. Robert Levine demonstra que os “conselheiros”, tais como Antônio Vicente, eram comuns pelos sertões do Brasil no século XIX. Um dos fatores que os viabilizavam era o distanciamento entre a teologia pregada pela Igreja e a vida material dos sertanejos. Esse abismo se aprofundava com a presença de párocos estrangeiros. Cf. Robert Levine, *O sertão prometido...*

conselheiristas contra a República. Manoel Benício cita várias ocasiões em que essa ojeriza foi evidenciada, conforme os relatos de soldados que participaram da terceira expedição. Logo na primeira carta enviada da capital baiana, o correspondente do *Jornal do Commercio* informa a partir do que lhe relataram os soldados fugidos da terceira expedição. Os militares, que possuíam armamentos mais sofisticados, ficaram impressionados com a ferocidade dos conselheiristas em combate. De acordo com a soldadesca feita prisioneira em Canudos, os habitantes do Belo Monte odiavam tanto as forças legais que destruíram todos os alimentos deixados pela estrada – apesar de aproveitar os armamentos. Além disso, os conselheiristas chamavam os membros das forças do governo de “imundícies”, que nos sertões significava “bicho imundo”, a designação do próprio diabo na “corruptela” que seria a linguagem daquela gente. Um ainda relatou que apanhou violentamente por dar vivas à República, até quando outros inimigos intercederam por ele.

De todo modo, é importante observar que Manoel Benício defendia, na mesma carta, que os conselheiristas eram herdeiros dos tupinambás, “antigos guerreiros baianos”, que começaram uma guerra pelo rapto de uma linda mulher de seu povo, enquanto “hoje os descendentes desta raça primitivamente brava e heroica, nos centros e cafundós de Canudos, tocaiam a clavinote e faca, sem uma causa razoável, irmãos que nada lhes extorquiram e nenhum motivo lhes têm dado para tão encarniçada luta e ódio”³⁰. Apesar dessa versão disseminada pela imprensa coetânea – que os

³⁰ Manoel Benício, “Expedição de Canudos”, 26 de março de 1897. *Jornal do Commercio*, 03 de abril de 1897, p. 1. Em outras cartas, Benício continua a explorar o ódio dos conselheiristas contra a República. Em geral, essa ojeriza era concebida como produto da valentia, da perversidade forjada em ambiente inóspito ou do fanatismo religioso. Cf. Manoel Benício, “Expedição de Canudos”. Queimadas, 12 de abril de 1897. *Jornal do Commercio*, 22 de abril de 1897, p. 1. Essas ideias são igualmente reproduzidas por Euclides da Cunha: “Porque, realmente, este incidente de Canudos é apenas sintomático; erramos se o considerarmos resumido numa aldeia perdida nos sertões. Antonio Conselheiro, espécie bizarra de grande homem pelo avesso, tem o grande valor de sintetizar admiravelmente todos os elementos negativos, todos os agentes de redução do nosso povo. //Vem de longe – repellido aqui, convencendo mais adiante, num rude peregrinar por estradas aspérrimas – e não mente quando diz que é um ressuscitado porque é um notável exemplo de retroatividade atávica e no seu misticismo interessante de doente grave ressurgem, intactos, todos os erros e superstições dos que o precederam, deixando-lhe o espantoso legado. //Acredita que não morre porque pressente, por uma intuição instintiva, que em seu corpo fragílmo de evangelizador exausto dos sertões, se concentram as almas todas de uma sociedade obscura, que tem representantes em todos os pontos da nossa terra. //Arrasta a multidão, contrita e dominada, não porque a domine, mas porque é o seu produto natural mais complexo. //É inimigo da Republica não porque lhe explorem a imaginação mórbida e extravagante de grade [sic] transviado, mas porque o encaçam o fanatismo e o erro. //E surge agora; – permaneceu em vida latente longo tempo e devia aparecer naturalmente, logicamente quase, ante uma situação social mais elevada e brilhante, definida pela nova forma política como essas sementes guardadas há quatro mil anos no seio sombrio das pirâmides, desde os tempos faraônicos, e germinando espontaneamente agora, quando expostas à luz”. Euclides da Cunha, “Canudos – (Diário de uma expedição)”, 15 de agosto de 1897. *O Estado de São Paulo*, 22 de agosto de 1897, p. 1.

conselheiristas eram fanáticos, lutando sem causa definida contra a República –, as rugas de Antônio Conselheiro com o regime republicano se arrastavam desde a Proclamação. Além das questões abordadas no item anterior, havia o concurso de outros aspectos que tornavam a relação entre o célebre peregrino e a República cada vez mais tensa.

Monica Dantas observa que o pós-abolição foi marcado pelo agravamento das condições de vida da população sertaneja sem muitas posses. A autora destaca que essas pessoas forjaram meios de viver com autonomia, a despeito da conjuntura que levou ao empobrecimento – notadamente a Lei de Terras. Nesse sentido, Dantas evidencia a disposição do povo, durante a segunda metade do século XIX, em lutar pela terra contra o domínio territorial exercido pelos poderosos. Ademais, os sertanejos buscavam fomentar laços horizontais de solidariedade através do uso comum da terra e das casas de fabrico de farinha, além de mutirões, feiras e festas.

Contudo, Monica Dantas observa que a seca de 1888, ano da Lei Áurea, contribuiu para dificultar as condições de vida desse mesmo povo que buscava limitar os laços de dependência com os fazendeiros. Essa conjuntura se agravou no período republicano, com o aumento dos impostos sobre as feiras em 1893. A historiadora demonstra que houve várias manifestações contrárias aos tributos pelos municípios e povoados da região. A mais célebre foi a quebra de tabuletas no Soure, termo de Itapicuru, zona de influência do barão de Jeremoabo. Apesar de não liderar a ação, Antônio Conselheiro esteve presente, atuando para conter os ânimos e não foi preso, apesar dos esforços das autoridades, ligadas ao barão de Jeremoabo, para criminalizá-lo³¹.

Esse conflito foi determinante para a fundação do Belo Monte: aumentaram os seguidores de Antônio Conselheiro, unidos contra os impostos abusivos, que penalizavam a população despossuída ou sem muitas posses. Parte significativa do ódio dos conselheiristas contra a República decorria, portanto, da revolta contra os tributos, cujo crescimento era representativo das injustiças do novo regime³². Aliás, o choque de Masseté ocorreu na esteira das tensões oriundas nos protestos contra os impostos. As

³¹ Monica Duarte Dantas. *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)*. São Paulo: Editora Hucitec; FAPESP, 2007, cap. 4. A autora teve acesso ao inquérito policial relativo aos protestos no Soure.

³² Villa teve acesso ao relatório apresentado pelo intendente de Monte Santo, comarca vizinha de Canudos. No documento, datado de 1895, o político reclama da determinação dos conselheiristas em não pagar impostos, o que, em sua visão, prejudicava a arrecadação geral, visto que os moradores da região também desejariam se isentar. Cf. Marco Antonio Villa, *Canudos...*, cap. 2.

autoridades enviaram forças de polícia para debelar os conselheiristas, que os repeliram e se dirigiram a Canudos, criando o célebre povoado sertanejo.

Todavia, a rebeldia dos conselheiristas contra o novo regime tinha raízes ainda mais profundas que os conflitos de 1893 pelos impostos. Desde a Proclamação e dos debates sobre a nova constituição, o povo de Antônio Conselheiro desaprovava o novo regime. Um dos motivos principais dizia respeito à própria abolição da escravidão promovida pelo regime monárquico, conforme consta em um dos escritos de Antônio Vicente.

Existem dois manuscritos atribuídos a Antônio Conselheiro: *Apontamentos dos preceitos da divina lei de Nosso Senhor Jesus Cristo*, datado de 24 de maio de 1895³³; e *Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do mistério da Anunciação*³⁴, que consta ter sido redigido a mando do peregrino em 12 de janeiro de 1897, passando pelas mãos de Euclides da Cunha, pouco antes de ele ser assassinado³⁵. Ambos foram encontrados no Santuário, residência do peregrino no Belo Monte, quando os seus combatentes já haviam sido derrotados, pouco antes do incêndio que destruiu o povoado.

O primeiro consiste na cópia de trechos do Evangelho e de livros populares dos oitocentos sobre o cristianismo. Trata-se de um documento crucial para compreendermos as ideias religiosas do peregrino, assim como alguns aspectos da organização do arraial. Pedro Lima Vasconcellos analisa esse caderno e demonstra a complexidade da teologia de Antônio Vicente, muito distante da imagem canonizada

³³ Esse caderno foi integralmente reproduzido em Antônio Conselheiro, *Apontamentos dos preceitos da divina lei de nosso senhor Jesus Cristo, para a salvação dos homens*. São Paulo: É Realizações, 2017. O texto contém várias notas, além de apresentação e transcrição, todas sob o encargo de Pedro Lima Vasconcellos.

³⁴ Disponibilizado em Ataliba Nogueira, *Antônio Conselheiro e Canudos...*, p. 47-190.

³⁵ Sobre a conservação do segundo manuscrito, Nogueira reproduz as informações que constavam na folha de rosto do caderno de 1897. Na primeira inscrição, explica-se: “No dia 5 de outubro de 1897, em que as tropas legais sob o comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães se assenhorearam vitoriosa e decididamente do arraial de Canudos, dando busca no lugar denominado Santuário, em que morou o célebre Antônio Conselheiro, foi este livro encontrado em uma velha caixa de madeira, por mim, que me achava como médico em comissão do governo estadual e que fiz parte da junta de peritos que no dia 6 exumou e reconheceu a identidade do grande fanático. //Submetido ao testemunho de muitos conselheiristas, este livro foi reconhecido ser o mesmo que, em vida, acompanhava, nos últimos dias a Antônio Maciel, o ‘Conselheiro’. Bahia, março de 1898, João Pondé”. Além disso, há uma informação sem data, escrita por Afrânio Peixoto: “Este livro foi-me oferecido pelo meu amigo e companheiro de estudos João de Souza Pondé, que no 6º ano médico partiu para Canudos como cirurgião da expedição militar Artur Oscar (1897). //Passo-o a Euclides da Cunha, na esperança de lhe informar alguma nota dos seus miríficos ‘Sertões’. Afrânio Peixoto”. Ataliba Nogueira, *Antônio Conselheiro e Canudos...*, p. 22-23.

por Euclides da Cunha, que o considerava um louco, fanático, pregador de ideias atávicas e desarticuladas³⁶.

Apesar das afinidades e continuidades entre os dois manuscritos³⁷, o segundo caderno possui um adendo muito importante: o manuscrito conta com uma prédica sobre a República. No sermão, Antônio Conselheiro insiste que o novo regime ameaça os princípios da religião, os quais nem a própria Igreja atuava por resguardar. Nesse sentido, o beato demonstra grande perplexidade com a tirania do governo, que intervinha em assuntos de ordem divina. Segundo a sua perspectiva, a defesa da Monarquia se dá, portanto, pelo reconhecimento da falta de legitimidade da República, que não seria a emanção do poder divino:

O presidente da república, porém, movido pela incredulidade que tem atraído sobre ele toda sorte de ilusões, entende que pode governar o Brasil como se fora um monarca legitimamente constituído por Deus; tanta injustiça os católicos contemplam amargurados. [...] Todo poder legítimo é emanção da Onipotência eterna de Deus e está sujeito a uma regra divina, tanto na ordem temporal como na espiritual, de sorte que, obedecendo ao pontífice, ao príncipe, ao pai, a quem é realmente ministro de Deus para o bem, a Deus só obedecemos. Feliz aquele que compreender esta celestial doutrina, livre da escravidão do erro e das paixões, dócil à voz de Deus e da consciência, goza da verdadeira liberdade de Deus³⁸.

Até esse trecho, percebe-se que a argumentação do Conselheiro não difere muito do discurso proferido pelo frei João Evangelista. O eclesiástico se baseava na ideia de que o poder temporal era a emanção da vontade divina, o que deslegitimaria a rebeldia dos conselheiristas. Todavia, na continuidade do sermão, Antônio Vicente pondera em direção contrária:

É evidente que a república permanece sobre um princípio falso e dele não se pode tirar consequência legítima: sustentar o contrário seria absurdo, espantoso e singularíssimo; porque, ainda que ela trouxesse o bem para o país, por si é má, porque vai de encontro à vontade de Deus, com manifesta ofensa de sua divina lei. Como podem conciliar-se a lei divina e as humanas, tirando o direito de quem tem para dar a quem não tem? Quem

³⁶ Cf. Pedro Lima Vasconcellos, *Arqueologia de um monumento: os apontamentos de Antônio Conselheiro*. São Paulo: É Realizações, 2017.

³⁷ Pedro Lima Vasconcellos, *Arqueologia...*, p. 183-187.

³⁸ Ataliba Nogueira, *Antônio Conselheiro e Canudos...*, p. 176.

não sabe que o digno príncipe o senhor dom Pedro 3º tem poder legitimamente constituído por Deus para governar o Brasil? Quem não sabe que o seu digno avô o senhor dom Pedro 2º, de saudosa memória, não obstante ter sido vítima de uma traição a ponto de ser lançado fora do seu governo, recebendo tão pesado golpe, que prevalece o seu direito e, consequentemente, só sua real família tem poder de governar o Brasil?³⁹

Antônio Conselheiro se mantinha fiel ao princípio dos governos como emanção da vontade divina. O seu argumento para reafirmar a ilegitimidade da República remete à “traição” que o novo regime realizou: ter despojado a família real de seu direito de governar através de um golpe de Estado. Na visão do peregrino, essa foi uma das formas de intervir nas coisas de ordem divina, assim como na separação entre Igreja e Estado, que culminou na instituição do casamento civil em 1890 – um ponto ao qual se opunham tanto o clero quanto Antônio Conselheiro. Ora, o líder do Belo Monte sabia que a República se instaurara através de um golpe no Brasil, cujas consequências eram os atentados contra a religião.

De todo modo, o sentido da concepção da República enquanto um golpe – contra as leis humanas e as leis divinas – se torna ainda mais claro no fim da sua prédica sobre o governo. Considerando que o apelo popular de Antônio Vicente precedia à abolição do cativo, são muito importantes as palavras finais sobre o novo regime. Dirigindo-se aos republicanos, o Conselheiro mandou escrever:

É preciso, porém, que não deixe no silêncio a origem do ódio que tendes à família real, porque sua alteza a senhora Dona Isabel libertou a escravidão, que não fez mais do que cumprir a ordem do céu; porque era chegado o tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado, o mais degradante a que podia ver reduzido o ente humano; a força moral (que tanto a orna) com que ela procedeu à satisfação da vontade divina constitui a confiança que tem em Deus para libertar esse povo, não era motivo suficiente para soar o brado da indignação que arrancou o ódio da maior parte daqueles a quem esse povo estava sujeito. [...] A sua disposição [em assinar a Lei Áurea], porém, é a prova que atesta do mundo mais significativo que era vontade de Deus que libertasse esse povo. Os homens ficaram assombrados com tão belo acontecimento, porque já sentiam o braço que sustentava o seu trabalho, donde formavam o seu tesouro, correspondendo com ingratidão e insensibilidade ao trabalho que desse povo recebiam. Quantos morriam debaixo dos açoites por algumas faltas que cometiam; alguns, quase nus,

³⁹ Ataliba Nogueira, *Antônio Conselheiro e Canudos...*, p. 176, grifos meus.

oprimidos pela fome e de pesado trabalho. E que direi eu daqueles que não levavam com paciência tanta crueldade e no furor ou excesso de sua infeliz estrela se matavam? Chegou enfim o dia em que Deus tinha de por termo a tanta crueldade, movido de compaixão a favor de seu povo e ordena para que se liberte de tão penosa escravidão⁴⁰.

As palavras do Conselheiro a respeito da ação da princesa Isabel em assinar a Lei Áurea dizem muito sobre a sua concepção política, especialmente no que concerne à troca de governo. Certamente, o aspecto central de sua argumentação, enquanto beato encarregado de orientar as pessoas nos princípios da religião cristã, consistia na definição do Treze de Maio enquanto obra divina, levada a cabo pela filha de Pedro II. De outro lado, o peregrino observa que a República, instaurada após golpe contra a família real, era nada mais do que a vingança dos escravocratas, que “formavam tesouro” com os braços cativos. É possível imaginar a força desses dizeres de Antônio Vicente quando proferidos aos habitantes do Belo Monte – um povoado composto por pessoas prioritariamente não brancas, às voltas para assegurar a liberdade, mesmo em tempos sem cativo, em meio à racialização e às tentativas de controlar seus movimentos.

O monarquismo de Antônio Conselheiro, não obstante as suas meditações sobre assuntos divinos, estava profundamente ancorado em questões da vida material, de interesse do seu povo. A sua preocupação com a liberdade dizia respeito à debilidade da existência em tempos de um governo instaurado por golpe, numa precariedade identificada com a violência policial, com os impostos, com a luta por manter a autonomia sobre os movimentos e o controle sobre o tempo de trabalho. O novo regime seria, em sua perspectiva, a generalização da injustiça. Ademais, o líder do Belo Monte estava ciente de quem eram os inimigos de seu povoado: os fazendeiros da região, “ingratos” e “insensíveis” com o sofrimento dos cativos, que aderiram à República para se vingar da família real.

O monarquismo do Conselheiro se baseava, portanto, na ideia da Redentora. Não obstante o simplismo que carrega a divisão entre negros monarquistas e brancos republicanos, é notório que o apoio à Monarquia ecoou entre a população não branca, especialmente os libertos pelo Treze de Maio. Essa relação perdurou até a década de

⁴⁰ Ataliba Nogueira, *Antônio Conselheiro e Canudos...*, p. 180-181.

1920, quando se indicava que a Abolição fora obra da princesa Isabel⁴¹. Na primeira década da República, os conselheiristas não estiveram sozinhos no combate aberto em defesa da família real. Em 1889, antes do 15 de novembro, a Guarda Negra tentava se impor sobre a juventude branca e republicana na capital baiana⁴². De modo semelhante, no Maranhão, o massacre de Taboão expressou a profundidade dos conflitos entre a população negra e o republicanismo, encarado como uma possibilidade de aprofundar a precarização da vida dos libertos, que temiam o retorno do cativo⁴³.

Durante a existência de Canudos, essas questões permaneceram no horizonte, realçando que o temor da precarização da liberdade e do retorno ao cativo – fosse ele espiritual, com a instauração de um governo ímpio, ou material, através da piora da vida dos sertanejos – se mantivera. Nesse sentido, o modo encontrado pelos conselheiristas para agir diante dessa conjuntura foi a fundação de uma cidade com leis próprias, onde nem mesmo as cédulas de dinheiro republicano eram permitidas de entrar. Com o avançar do conflito, que passou de latente a confronto armado direto, com possibilidade de invasão do povoado, a situação se tornou ainda mais dramática, de modo que Canudos passou a agregar elementos de todo o sertão, insatisfeitos com a nova ordem, dispostos a lutar pelo Conselheiro⁴⁴.

O monarquismo de Antônio Vicente era, enfim, a síntese dos anseios populares. Havia o temor da reescravização, associado ao aumento das ingerências do Estado na vida popular. Além disso, ele reconhecia a precariedade da liberdade em tempos de República, governo considerado pelo povo como reação das elites ao fim do cativo. A República brasileira era um regime excludente, que alijava a população não branca da tomada de decisões, verticalmente orientadas, sem espaço para negociação. Os conselheiristas estavam cientes dessa conjuntura, que não obliterou as ações populares para se afirmar. O Belo Monte foi uma dessas ações: não obstante o seu aspecto de fortaleza, o arraial era um espaço de múltiplas possibilidades para habitantes e transeuntes. A cidade de Antônio Vicente criou as suas próprias leis, sabendo da injustiça que imperava no novo regime, com suas falsas promessas de liberdade e igualdade. Essa era a *política* dos conselheiristas.

⁴¹ Petrônio José Domingues, “‘A redenção de nossa raça’: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n° 62, 2011, p. 19-48.

⁴² Wlamyra de Albuquerque, *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, cap. 3.

⁴³ Matheus Gato, *O massacre dos libertos: sobre raça e República no Brasil (1888-1889)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.

⁴⁴ “Bahia”. *Jornal do Commercio*, 11 de janeiro de 1897, p. 2. Trata-se da transcrição de um excerto do baiano *Jornal de Notícias*, que noticia o afluxo de homens armados dispostos a morrer pelo Conselheiro.

Considerações finais

Antes de partir do Belo Monte, frei João Evangelista profetizou aos conselheiristas:

“Desconheceste[s] os emissários da verdade e da paz, repeliste a visita da salvação, mas aí vem tempos em que forças irresistíveis te sitiarão, braço poderoso te derrubará, e arrasando as tuas trincheiras, desarmando os teus esbirros, dissolverá a seita impostora que te reduziu a seu jugo, odioso e aviltante”.

Na conclusão de seu relatório, o frei apresenta ainda o balanço de sua missão e sugere algumas ações à cúpula da Igreja. No trecho, o eclesiástico ecoa, mais uma vez, a visão sobre os conselheiristas canonizada durante a guerra e na posterioridade: que Belo Monte era uma seita *fanática*, que atentava contra os princípios da religião cristã. Todavia, o frade destacou, ultrapassando a perspectiva vulgarizada posteriormente:

A seita político-religiosa, estabelecida e entrincheirada em Canudos, não é só um foco de superstição e fanatismo: é um pequeno cisma na igreja baiana; é principalmente um núcleo, na aparência desprezível, mas um tanto perigoso e funesto de ousada resistência e hostilidade ao governo constituído no país. Encarados o arrojo das pretensões e a soberania dos fatos, pode-se dizer que é aquilo um estado no Estado: ali não são aceitas as leis, não são reconhecidas as autoridades, não é admitido a circulação o próprio dinheiro da República. [...]

A milícia fanática só dá entrada no povoado a quem bem lhe apraz; aos amigos do Governo ou republicanos conhecidos ou suspeitos, ela faz logo retroceder ou tolera que entrem, mas trazendo-os em vista e pronta a expulsá-los; quanto aos indiferentes e que não se decidem a entrar na seita, esses podem viver ali, e têm liberdade para se ocupar de seus interesses, mas correndo grandes riscos [...]

Naquela infeliz localidade, portanto, não tem império a lei, e as liberdades públicas estão grosseiramente coarctadas¹.

O frei reconhece que Canudos consistia num movimento rebelde politicamente articulado contra a República. Mais do que simples “fanáticos” religiosos, eles criaram um “estado no Estado”, de modo que não reconheciam as leis nem

¹ Relatório enviado pelo frei...

aceitavam as instituições, estando dispostos a combater o governo constituído e seus correligionários.

João Evangelista descreve, portanto, a forma de os conselheiristas fazerem política. Diferente dos meios tradicionais (manifestações públicas, *meetings*, etc.), dos quais eles eram excluídos, os seguidores de Antônio Vicente fundaram um novo “império”, com leis próprias, mas também viabilizando a noção de liberdade que se defendia naquele tempo. Ultrapassando o mero isolamento, qual uma seita, os conselheiristas apenas rechaçavam os símbolos e as leis do novo regime – sem que isso culminasse na ruptura com os laços e atividades nas regiões limítrofes, conforme tentei demonstrar no capítulo II. Tratava-se, enfim, de um Estado dentro do Estado.

Através das fontes analisadas ao longo do capítulo III, tentei demonstrar que o conselheirismo enquanto movimento politicamente articulado ia além do “fanatismo”, do “messianismo” e do “milénarismo”. Se os habitantes de Canudos não tinham intenção de promover a restauração da monarquia, como na Revolta da Armada, eles tiveram grande lucidez em perceber a conjuntura desfavorável às suas vidas, precarizadas com a República.

A missão dos freis capuchinhos foi um fracasso, o que diz muito sobre o movimento de Canudos. Ao que tudo indica, não era a intenção dos conselheiristas romper com a Igreja. O seu respeito pelos sacramentos, assim como a polidez inicial de Antônio Vicente com os visitantes, indica que não havia a intenção de promover um cisma com a criação de uma seita religiosa – segundo afirma João Evangelista no trecho citado acima. O conflito que culminou na ruptura com a Igreja, derivou da suspeita que recaiu sobre os eclesiásticos, uma vez que reproduziam os termos do governo. Isso contribuiu para que os conselheiristas os tomassem como emissários da República, motivo da revolta contra os visitantes. É interessante observar que foi pelo conteúdo político das pregações de João Evangelista, interessado em conclamá-los à obediência, num tom que soou profundamente arrogante, que os conselheiristas se rebelaram e organizaram os protestos.

Essa desconfiança se associava ao espanto pela impiedade dos eclesiásticos, que, ao se aproximarem do governo, deslegitimavam a conjuntura desfavorável às camadas populares e ao próprio Antônio Conselheiro, ameaçado de morte sem ter cometido crime. A ruptura com a Igreja se deu após as evidências de que a instituição se batia pela República, um regime que, além de abusivo e desrespeitoso com os direitos, era, segundo os conselheiristas, contrário aos princípios da fé cristã.

As ingerências do Estado sobre a vida da população – através dos impostos, da violência que impedia o exercício da liberdade de movimentos ou mesmo pela intervenção em assuntos de ordem espiritual – eram vistas pelos conselheiristas como um problema. A fundação do arraial, conformato pela rebeldia e pela possibilidade de um confronto armado contra a República, sintetiza a sua visão sobre a política. Os habitantes de Canudos não reivindicavam maior participação nos moldes disponíveis. Afinal, o novo regime era excludente e não contemplaria as aspirações do povo de Antônio Conselheiro, contra as quais se atentava frequentemente desde 1889. Nesse sentido, é patente que os habitantes do Belo Monte, assim como o seu líder, não consideravam o governo republicano legítimo. A solução encontrada numa conjuntura de exclusão foi a criação de um povoado com leis próprias, afirmando a sua liberdade conquistada mediante as diversas possibilidades que a cidadela facultava – a posse de uma casa simples, de criação miúda e de terra para cultivar; a ocasião de aliar as atividades dentro e fora de Canudos; o respeito pelos princípios religiosos, sem abrir mão das necessidades da vida terrena.

Em seus primeiros anos, a República brasileira esteve numa encruzilhada. Para reconhecê-lo, basta retomarmos o trecho da missiva escrita por Manoel Benício, logo em sua primeira incursão pelos sertões do nordeste baiano, reproduzido no início do Capítulo I. Na carta, o correspondente do *Jornal do Commercio* buscou salientar que o povo rebelde de Canudos não se orientava para a restauração da Monarquia – um espectro que atormentava o novo regime desde a Revolta da Armada e da Revolução Federalista. Em sua perspectiva, os revoltosos eram uma gente “esmolambada”, “de cor negra ou fula”, que claramente não entendia nem tinha condições de se envolver em *política*. Ora, a concepção do Conselheiro e do seu séquito a propósito da República estava profundamente ancorada em suas experiências, que envolviam, como foi dito acima, a intromissão do Estado em suas vidas, debilitando as suas já precárias condições de existência. Todavia, essa ojeriza não tinha legitimidade do ponto de vista de homens como Manoel Benício, nem de seus colegas letrados e políticos do Rio de Janeiro. Para eles, o povo de Canudos eram nada menos que cidadãos de segunda classe, distante social e fisicamente da verdadeira política, ao menos daquela que interessava à nação em construção – a luta pela estabilidade da República.

Sendo cidadãos de segunda classe, o que caberia aos conselheiristas para afirmar a sua liberdade? Destruir o Belo Monte por vontade própria a fim de obedecer cegamente à Igreja defensora de um regime que atentava contra a religião, de acordo

com a concepção de Antônio Conselheiro? Manter o seu Estado dentro do Estado? Todas essas questões levam a outra, verdadeiro espectro que ainda nos atormenta quando refletimos sobre a cidadania no Brasil em perspectiva histórica: havia outra saída que não a violência e o massacre quando as demandas de ampla parcela da população eram desconhecidas ou deslegitimadas?

Referências

Fontes consultadas

Jornais

Jornal do Commercio

O Estado de São Paulo

O País

Gazeta de Notícias

O Fluminense

O Monitor (BA)

Pequeno Jornal (BA)

Outras fontes

BENÍCIO, Manuel. *O Rei dos Jagunços: Crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. In: AZEVEDO, Sílvia Maria. “*O Rei dos Jagunços de Manuel Benício*”: *Entre a ficção e a história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CONSELHEIRO, Antônio. *Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do mistério da Anunciação*. In: NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. São Paulo: Editora Nacional, 1978 [1897], p. 47-190.

CUNHA, Euclides. *Os sertões: Campanha de Canudos*. In: _____. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009, v. 2, p. 3-494.

_____. *Caderneta de campo*. In: _____. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009, v. 2, p. 603-760.

MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*. Rio de Janeiro: Renes; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983.

PIEIDADE, Lélis. *Histórico e relatório do Comitê Patriótico da Bahia: 1897-1901*. Salvador: Portifolium, 2002 [1902].

SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). “As cartas”. In: _____. *Canudos: Cartas para o Barão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 87-234.

Dicionários

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V.* Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu : Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v; 2 Suplementos. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>

SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: 541 p. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Wlamyra de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, esp. p. 94-139.

_____. “A vala comum da ‘raça emancipada’: abolição e racialização no Brasil, breve comentário”. *História Social*, n. 9, 2010, p. 91-108.

ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de. “As origens do povo do Bom Jesus Conselheiro”. *Revista USP (Dossiê Canudos)*, São Paulo; n. 20, p. 88-99, 1994.

BALABAN, Marcelo. “A beleza da raça: imagens de negros na imprensa ilustrada da Corte (1884-1886)”. In: SAMPAIO, Gabriela dos Reis; LIMA, Ivana Stolze; BALABAN, Marcelo. *Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil*. Salvador: Edufba, 2019, p. 95-124.

BARTELT, Dawid Danilo. *Sertão, República e Nação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BRITO, Jailton Lima. *A abolição na Bahia: uma história política – 1870-1888*. Dissertação de mestrado História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1996.

CALASANS, José. *Cartografia de Canudos*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura. EGBA, 1997.

_____. *Quase biografias de Jagunços: o séquito de Antônio Conselheiro*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1986.

_____. *O ciclo folclórico do Bom Jesus do Conselheiro: contribuição ao estudo da Campanha de Canudos*. Salvador: Edufba, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO Jr., Álvaro Pinto Dantas de. *Cícero Dantas Martins – de Barão a Coronel: trajetória política de um líder conservador na Bahia. 1838-1903*. Dissertação de mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COSTA, Vanderlei Marinho. *De medos e esperanças: uma história das crenças apocalípticas, messiânicas e milenaristas no contexto do movimento de Belo Monte (1874-1902)*. Dissertação de mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. *Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1871-1902*. Tese de doutorado em Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

DANTAS, Monica Duarte. *Fronteiras movediças: relações sociais na Bahia do século XIX (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos)*. São Paulo: Editora Hucitec; FAPESP, 2007.

DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DOMINGUES, Petrônio José. “‘A redenção de nossa raça’: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, 2011, p. 19-48.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: Gênese e lutas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FRAGA, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *O Império do Belo Monte: vida e morte de Canudos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GATO, Matheus. *O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889)*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

HERMANN, Jacqueline. “Canudos Destruído em Nome da República. Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 3, p. 81-105, 1996.

LEVINE, Robert. *O sertão prometido: o massacre de Canudos no Nordeste brasileiro, 1893-1897*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do exército brasileiro, 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEDRADO, Joana. *Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

MONIZ, Edmundo. *Canudos: a guerra social*. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1987.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. “O Movimento de Antônio Conselheiro e o abolicionismo: uma visão da história regional”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 25, p. 261-267, 1997.

NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

NOVAIS FILHO, Joaquim Antonio de. *Memória e discurso nas narrativas sobre Antônio Conselheiro e a “guerra” de Canudos: a imprensa de Salvador (1876-1897)*. Dissertação de mestrado em Memória, Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), 2012.

OTTEN, Alexandre. “‘Só Deus é grande’: Interpretação histórico-teológica da figura e do movimento de Antônio Conselheiro”. *Perspectiva Teológica*. Belo Horizonte, v. 21, n. 53, 1989, p. 9-50.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2003.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República – jacobinismo: ideologia e ação, 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, p. 170-198.

SAMPAIO, Consuelo Novais. “Canudos: a construção do medo”. In: _____ (org.). *Canudos: Cartas para o Barão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 31-85.

_____. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República, uma política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis; ALBUQUERQUE, Wlamyra de. *De que lado você samba? Raça, política e ciência na Bahia do pós-abolição*. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

SCHWARCZ, Lília. “Dos males da dádiva: sobre as ambigüidades no processo da Abolição brasileira”. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007, p. 23-54.

_____. “‘Os Sertões’ de Euclides da Cunha: um livro vingador”. *Nexo Jornal*, 01/07/2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2019/%E2%80%99Os-Sert%C3%B5es%E2%80%99-de-Euclides-da-Cunha-um-livro-vingador>. Último acesso em: 29/07/2022.

SILVA, Filipe de Azevedo e. “A dissimulada arte de produzir exclusões: as reformas que encolheram o eleitorado brasileiro (1881-1930)”. *Revista de História*, n. 179. São Paulo, 2020, p. 1-35.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. *Arqueologia de um monumento: os apontamentos de Antonio Conselheiro*. São Paulo: É Realizações, 2017.

VILLA, Marco Antonio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1999.

WANDERLEI, Leandro Aquino. *Conflito no sertão conselheirista: a relação do clero da Arquidiocese da Bahia com Antônio Conselheiro e seus adeptos (1873-1897)*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.